



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado em Serviço Social

MARINA TORRES COSTA LIMA

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES CONDENADAS PELO
TRÁFICO DE DROGAS: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE DE
GÊNERO**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Maria Grisi Veloso

Campina Grande – PB
2016

MARINA TORRES COSTA LIMA

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES CONDENADAS PELO
TRÁFICO DE DROGAS: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE DE
GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Maria Grisi Velôso

Campina Grande – PB
2016

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732h Lima, Marina Torres Costa.
Histórias de vida de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas [manuscrito] : um estudo sobre identidade de gênero / Marina Torres Costa Lima. - 2016.
122 p.

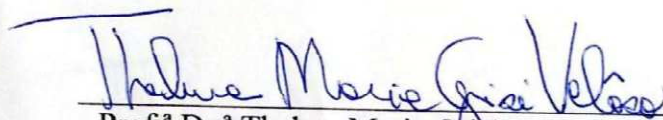
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Thelma Maria Grisi Velôso.
Departamento de Psicologia".
1. 1. Mulher. 2. Tráfico de drogas. 3. História de vida. 4. Identidade de gênero. 5. Análise do discurso. 6. Criminalidade..
21. ed. CDD 305.4

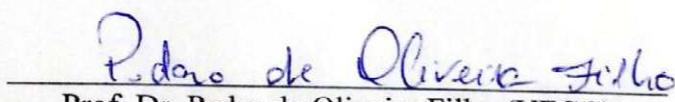
MARINA TORRES COSTA LIMA

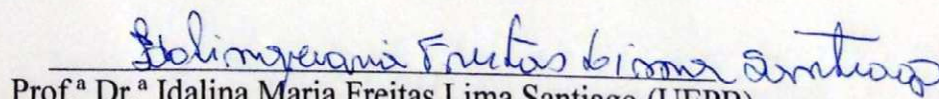
**HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES CONDENADAS PELO
TRÁFICO DE DROGAS: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE DE
GÊNERO**

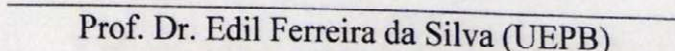
Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 19/09/2016


Prof.^a Dr.^a Thelma Maria Grisi Veloso (UEPB)
Orientadora


Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho (UFCG)
Membro Titular Externo


Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago (UEPB)
Membro Titular Interno


Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva (UEPB)
Suplente

DEDICATÓRIA

A Mãinha, Painho, Gabi, Igor, Rafael, Diogo e Bárbara:

Meus grandes amores, de cuja companhia abri mão, durante tanto tempo, em busca deste projeto.

A vocês, dedico o produto da minha ausência nos domingos, nos aniversários, nos feriados, no dia a dia...

A vocês, a dissertação que eu escrevia enquanto a saudade não me deixava esquecer que eu estava tão longe de todos o tempo todo.

Dedico e agradeço por toda compreensão e por todo amor que regem a nossa relação.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Thelma Maria Grisi Velôso, meu agradecimento especial: pela paciência com que me conduziu neste processo, pela presença constante enquanto orientadora, pela liberdade que assegurou para as minhas reflexões, pela importância de suas provocações... Certamente, sua confiança naquilo que eu propunha, aliada à forma como norteava minhas inquietações de pesquisadora, tornaram este trabalho uma fonte de imensa satisfação pessoal.

À Prof.^{ma} Idalina Santiago, nossa querida Naca, pela contribuição tão importante na confecção desta pesquisa: primeiramente, por significar uma referência no que se refere às discussões sobre gênero e o fazer com tamanha simplicidade, inspirando aqueles que têm a chance de conviver com ela de perto; e, ainda, pela participação tão produtiva nas bancas que auxiliaram na construção desta dissertação.

Ao Prof. Pedro de Oliveira Filho, meu muito obrigada pela presença e pelas palavras tão úteis nos diversos encontros para lapidação desta pesquisa.

Aos Professores Carmita Eulálio e Eli Brandão, por tornarem possível a realização deste Mestrado. Mais do que chefes, sei que posso contar com ambos enquanto mestres e amigos, que confiaram que eu daria o melhor de mim, tanto no setor de trabalho, quanto no campo de pesquisa. Obrigada a vocês pela confiança investida. Contem comigo sempre.

Às mulheres que participaram da pesquisa, por abrirem suas memórias, por vezes tão dolorosas, confessando tantas vezes o quê, para elas, seria inconfessável. Obrigada, meninas, pela coragem e por tornarem essa dissertação possível.

À equipe do Câmpus Avançado da UEPB, Prof.^a Aparecida Carneiro, Prof.^a Lindaci Gomes e Abraão Bruno, pelo apoio incessante para realização desta pesquisa.

À Direção do Presídio Regional Feminino de Campina Grande, em especial à diretora Anáris Simplicio, por assegurar que esta pesquisa saísse inteiramente conforme o desejado.

À minha turma “Queer”. Josi, Edy, Tereza e Chris: dividimos nossos dramas e, por sorte, conseguimos rir na quase totalidade do tempo em que estivemos juntos. Isso é sinal de que devemos seguir por perto um do outro sempre!

À Josilene Nascimento, porque me ouviu em tantos momentos de angústia e, além das sugestões acadêmicas, me lembrou da tranquilidade que eu precisaria e deveria encontrar para realizar um bom trabalho.

À minha família, por acreditar nos caminhos que trilho e me incentivar diariamente a ser melhor, a ser mais humana... Certamente a capacidade de afetar-se, estimulada especialmente por Mãinha desde cedo, me ajudou a realizar uma pesquisa tão difícil e a tentar fazê-la com a máxima sensibilidade. Meu muito obrigada!

Aos meus queridos amigos, pela força e, principalmente, por entenderem minhas ausências ao longo desses mais de dois anos. Agradeço, em especial, às irmãs Diniz, Amanda e Mirella, por se tornarem tão importantes nessa trajetória e pela disposição em ajudar sempre.

Agradeço a Deus, finalmente, porque nossos diálogos cotidianos me inspiram a paz que sinto e que tento multiplicar, especialmente nos momentos de maiores dificuldades, como em alguns dos que atravessaram a realização desta pesquisa.

Muitas outras pessoas deveriam constar nesta lista porque contribuíram com minha trajetória até aqui e me deram força para seguir em frente, sempre em busca de mais saber (e de mais sabedoria!). Aos nomes que aqui não estão expressos, peço desculpas pelas falhas da memória e para que não se esqueçam que vocês estão comigo sempre!

RESUMO

A criminalidade feminina tem experimentado expressivo crescimento nos últimos anos, notadamente no que se refere ao tráfico de drogas. Normalmente, o envolvimento de mulheres com o tráfico é explicado pela tese do amor bandido, em que a figura masculina é vista como determinante, como se a mulher tivesse uma “natureza” menos transgressora e agisse submissa à vontade do homem. Partindo do pressuposto de que esta explicação está fundada nas construções hegemônicas de gênero, que produzem um gênero binário, hierárquico e oposicional (BUTLER, 2015), essa pesquisa teve como objetivo geral investigar a construção da identidade de gênero de mulheres condenadas com sentença transitada em julgado ou que ainda respondiam a processos criminais pelo crime de tráfico de drogas, no Presídio Regional Feminino de Campina Grande-PB, a partir de suas histórias de vida. Os objetivos específicos foram: identificar se essas mulheres constroem os relatos posicionando-se como vítimas para justificar o ingresso no crime e/ou se elas se posicionam como protagonistas desse evento; e. identificar os repertórios utilizados por elas, atentando para as permanências e rupturas nos posicionamentos relacionados aos discursos hegemônicos sobre o gênero. A identidade de gênero foi aqui tratada enquanto construção discursiva, principalmente a partir da perspectiva de Judith Butler e Joan Scott. O método utilizado nesta pesquisa foi a História Oral, sendo colhidas oito narrativas de histórias de vida. Na análise de dados, foi utilizado o método proposto por Mary Jane Spink, que trabalha com os mapas dialógicos como técnica de análise de dados, os quais serviram para compreender o processo de interanimação dialógica e visualizar os posicionamentos assumidos pelas entrevistadas. Nos resultados, observou-se que as identidades dessas mulheres são construídas de forma bastante complexa, em meio a inúmeras contradições e ambivalências. A principal estratégia discursiva utilizada pelas narradoras foi apresentar elementos externos a sua vontade como determinantes para seu ingresso no tráfico: embora a influência masculina tenha sido recorrente nos discursos, outros fatores também apareceram, como a necessidade econômica, os relacionamentos afetivos, a falta de estabilidade e a violência familiar. Na maioria dos casos, as narradoras construíram posicionamentos identitários estabelecidos para o gênero feminino, embora também tenham se posicionado de forma subversiva diante das normas de gênero – neste caso, comumente como “desvio” à heteronormatividade, sem questionamentos sobre as “verdades” estabelecidas socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Tráfico de drogas. História de vida. Identidade de gênero. Análise de discurso.

ABSTRACT

The female criminality has experienced a significant growth in recent years, especially related to the drug trafficking. Normally, the involvement of women with trafficking is explained by the thesis of bandit love, in which the male figure is seen as determinant, as if the women had a less transgressive nature and they would probably be submissive to the will of their men. Assuming that this explanation is based on hegemonic constructions of gender, that produces a binary, hierarchical and oppositional gender, this research aimed to investigate the construction of women's gender identity that were convicted with a final judgment or even responded to criminal prosecution for drug trafficking crime, in the Regional Female Prison of Campina Grande-PB, for that we were based on their life histories. The specific objectives were to identify if these women build accounts positioning themselves as victims in order to justify the entry into the crime and / or if they positioned themselves as protagonists of this event; and identifying the repertoires used by them, paying attention to the continuities and ruptures in their positions related to the gender discourses. The gender identity has been treated here as a discursive construction, we constructed the theoretical background with the perspective of Judith Butler and Joan Scott. The methodology we used was the Oral History, having as a sample eight narratives of their life histories. In the data analysis, we used the method proposed by Mary Jane Spink, who works with dialogical maps as a data analysis technique, which served to understand the process of a dialogic interaction and the perception of the positions taken by the interviewees. In the results, it was observed that the identities of these women were built in a very complex way, for that reason they had contradictions and ambivalences. The main discursive strategy used by the narrators was to present external elements to the women's will as decisive for their entry into trafficking: although male influence has been recurrent in the discourse, other factors have also appeared, such as economic necessity, affective relationships, the lack of stability and the violence present in their family environment. In most of the cases, the narrators built their identity positions established for the female gender, even though they have been positioned to subvert their gender norms - in this case, commonly known as "diversion" to heteronormativity, without questioning about the "truths" that were socially established.

KEYWORDS: Women. Drug trafficking. Life history. Gender identity. Discourse analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – SITUANDO O APORTE TEÓRICO	18
1.1 A mulher na criminalidade	18
1.2 Sobre o conceito de identidade de gênero	24
1.3 Dialogando com outros marcadores da diferença	32
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
2.1 O local da pesquisa e o Câmpus Avançado da UEPB	35
2.2 Do método e da técnica de geração de informações	42
2.3 A negociação das entrevistas	46
2.4 Codificação e análise das entrevistas	51
2.5 Aspectos éticos	56
CAPÍTULO III – HISTÓRIAS QUE ELAS CONTARAM: VÍTIMAS OU PROTAGONISTAS?	58
3.1 Participação no crime	59
3.2 Dialogando com o estado da arte...	74
CAPÍTULO IV – GÊNERO: ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS	84
4.1 As construções sobre os gêneros nas narrativas...	84
4.2 Sobre a condição de estar mulher presidiária...	99
4.3 Repertórios usados nas narrativas	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	119
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ	121

INTRODUÇÃO

Quando me propus o desafio de ingressar no mestrado, buscava um espaço para estudar as teorias de gênero, no intuito de aprofundar as leituras autodidatas que fazia sobre as relações entre os universos masculino e feminino em sociedade.

Apesar das minhas memórias me posicionarem sempre cercada de inquietações sobre as desigualdades e assimetrias existentes entre homens e mulheres nos mais diversos aspectos da vida, demorei bastante tempo para me nomear feminista, certamente pela falta de conhecimento sobre os fundamentos dos movimentos e das teorias feministas e pela presença dos estereótipos que costumeiramente deturpam seu significado e importância para a produção de conhecimento e para a transformação social.

As leituras sobre os estudos de gênero nas aulas da linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de poder” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB foram fundamentais para nortear minha compreensão sobre o assunto e consolidar meu posicionamento enquanto feminista, alargando os meus campos de interesse. Com efeito, são vários os objetos que hoje inquietam e interessam ainda mais do que antes, como as intersecções entre gênero, corpo e sexualidade, as várias formas de violência de gênero até a relação entre gênero e crime, problema central nesta pesquisa.

A relação entre mulher e crime, por sua vez, é uma questão que me acompanha há alguns anos. Ainda na graduação em Direito, em 2011, fui convidada a acompanhar o trabalho da Professora Edjane Dias, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na realização de sua pesquisa de doutorado no Presídio Feminino do Serrotão. Lembro que à época fiquei impossibilitada de participar pela dificuldade de conciliar estágio, aulas e, ainda, a citada pesquisa. Foi frustrante porque era a chance que eu enxergava de ter um norte para entender sobre as relações de gênero, ter indicações de leituras e de me aproximar do universo da pesquisa, uma vez que a nada disso eu tinha acesso no curso que fazia.

A vontade de compreender o número cada vez maior de mulheres envolvidas com o crime, especialmente com o tráfico de drogas, seguiu presente, esperando a oportunidade de explorá-la. Este desejo se tornou ainda mais forte após as primeiras leituras sobre a fluidez das identidades, inclusive das identidades de gênero, que seguem em movimento, rompendo e também permanecendo nas normas estabelecidas e, portanto, distantes da unidade a que os discursos hegemônicos objetivam.

Ao pensar sob este prisma, percebo a mulher presidiária como exemplo desta noção de identidade fragmentada e contraditória, considerando que a transgressão à lei penal por si

só já a posiciona como um sujeito que está “onde não deveria”. Afinal, a mulher criminosa é uma fratura não somente à norma penal, mas também ao discurso dominante sobre o gênero, que estabelece que a mulher deve ser frágil, recatada e ocupar o espaço doméstico. (FRANÇA, 2013)

Com efeito, a criminalidade feminina é uma realidade hoje vista “a olho nu”. Ainda que em número bastante pequeno, se comparada à quantidade de crimes cometidos por homens, as infrações praticadas por mulheres têm experimentado expressivo crescimento nos últimos anos, notadamente no que se refere ao delito de tráfico de drogas.

Segundo os últimos dados consolidados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), divulgados através do InfoPen em dezembro de 2012, a população carcerária paraibana era constituída por 574 mulheres, sendo que 307 delas (53,5%) cumpriam pena pela condenação no crime de tráfico de drogas. No ano anterior, eram 223 mulheres condenadas pelo mesmo crime¹.

Apesar desse incontestável crescimento, o envolvimento de mulheres com o crime ainda desperta pouco interesse em termos de produção de conhecimento. É um apêndice que a sociedade simplesmente ignora e mantém duplamente invisível – pelo gênero e pelo crime.

No livro intitulado —Mulheres Encarceradas, Perruci (1983) apontou que o fato da criminalidade feminina ser insignificante em números se comparada à criminalidade masculina, fez com que a criminalidade feminina fosse estudada como parte da criminalidade geral, com isso, aspectos exclusivos do comportamento criminoso feminino foram invisibilizados. (MOREIRA, 2012, p. 19)

Diante disso, encontra-se o primeiro bom motivo para pesquisar sobre mulheres encarceradas, pois se mostra um importante passo para retirar da invisibilidade esse segmento que lida diariamente com os duros efeitos do cumprimento da pena, os quais vão além do cerceamento da liberdade.

Ademais, com a perspectiva de trabalhar com o gênero como principal categoria de análise, torna-se possível mapear e problematizar construções binárias nos discursos desses sujeitos, nesse cenário de crescente envolvimento da mulher com o crime – aqui, especificamente, com o delito de tráfico de drogas.

¹Disponível em: http://porta-algodão/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{C37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}&fb_locale=pt_BR. Acesso em: 15 de abril de 2015.

Desejando, portanto, trabalhar com mulheres encarceradas, resolvi visitar o Presídio Feminino de Campina Grande, no intuito de delimitar o objeto de pesquisa. Naquela visita, houve um discurso que se repetia quase que como um mantra, partindo tanto dos agentes penitenciários, quanto da administração e das próprias presidiárias: a maioria das mulheres que ali estava tinha sido condenada pelo tráfico de drogas por culpa² dos seus maridos, companheiros ou filhos. Essa frase era dita como uma espécie de justificativa para o seu “desvio”, era como uma condicionante do crime: se não houvesse um homem criminoso por trás, não haveria uma mulher criminosa naquele lugar. Aquela verdade soou vitimista, determinista e essencialista, e isso intrigou mais do que confortou.

O incômodo sentido com a repetição quase mecânica desta “verdade” ocorreu por observar que os estereótipos de gênero não são refletidos quando se trata da relação entre mulher e criminalidade. Em realidade, há uma pretensa vitimização em potencial da mulher, inclusive da mulher delinquente, apoiada nos discursos essencialistas sobre o gênero (SILVA, 2012).

Com efeito, o que observei de pesquisas (MOREIRA, 2012; MOURA, 2005; SOARES; ILGENFRITZ, 2002; CÉSAR, 1995) e do senso comum é uma naturalização da ideia de que a mulher normalmente não comete crimes, senão quando sob coação ou influência de outrem – do sexo masculino, o “sexo criminoso”. Esta tese sobre o comportamento criminoso feminino supõe a existência de uma essência menos delitiva e o crime de tráfico de drogas é um dos mais ladeados desse argumento, inclusive por ser delito preponderante dentre os cometidos por mulheres.

Há uma reiteração de um discurso dominante, por vezes maniqueísta, acerca da mulher do tráfico, uma vez que, para além de mostrar como as construções de gênero produzem esse cenário de envolvimento cada vez maior da mulher com a criminalidade, segue reforçando as premissas do sistema de gênero binário e dicotômico construído culturalmente.

No trabalho de Soares e Ilgenfritz (2002) com presidiárias do Estado do Rio de Janeiro, 39,1% das mulheres entrevistadas afirmaram ter entrado no mundo do tráfico por influência de seus companheiros, maridos, filhos etc. Por sua vez, no universo da pesquisa realizada por Moreira (2012), 30% das mulheres utilizaram a mesma justificativa. Ainda sobre o assunto, Moura (2005) constatou que 18,7% das presidiárias do sistema penitenciário

² Cabe registrar que utilizamos a expressão “culpa” em todo o texto como uma forma de respeito às narradoras, uma vez que elas utilizaram largamente o termo em suas entrevistas, como será observado.

cearense, condenadas pelo tráfico de drogas, colocaram o motivo de ingresso no crime também nesses terceiros.

Como se vê, em princípio, são muitas as mulheres que infringem as normas de gênero, saindo do universo doméstico, do cuidado, da passividade e ingressam numa realidade transgressora a partir de relações afetivas que as induzem por este caminho.

Todavia, em que pese esta tese possa responder a um recorte da realidade do tráfico de drogas, certamente não pode ser tomada como explicação para todos os cenários que envolvem mulheres nesse crime. A partir da existência de outras compreensões sobre o envolvimento da mulher com o crime, primordialmente com o tráfico de drogas, procurei refletir sobre a possibilidade desta mulher não ser vítima de ninguém, mas, ao contrário, ter atuado com certo protagonismo neste novo cenário.

Parti do pressuposto de que a tese do amor bandido³ poderia não ser necessariamente o fator predominante nesta questão. Com efeito, compreender o envolvimento cada vez maior da mulher com o crime atribuindo culpa à figura masculina sem ao menos buscar entender como esse argumento é construído não se mostrava uma alternativa.

Inicialmente, a proposta do projeto de pesquisa seria compreender quais as motivações que guiavam as mulheres ao tráfico. Porém, após as primeiras leituras e o amadurecimento do objeto, resolvi trabalhar em outra perspectiva, buscando analisar a construção identitária dessas mulheres, fugindo, portanto, de uma possível relação causalista.

Assim, ao longo do trabalho tentei superar essa primeira ideia, orientando meu texto para lidar com categorias que se movimentam, com posicionamentos que se contradizem, que exigem uma análise cuidadosa que ultrapasse “verdades” e binarismos, os quais não condizem com o referencial teórico e metodológico que norteiam esta pesquisa.

O interesse era compreender o posicionamento dessas mulheres diante do envolvimento com o crime. Quando decidi desenvolver meu projeto de pesquisa com esse objeto, escolhi um caminho certamente mais difícil para se trabalhar, porém mais condizente com o meu desejo de escutar aquelas mulheres à margem. Não quis enveredar pelo lado institucional, buscando entender os discursos presentes no processo penal das participantes, já que não era a voz da justiça que me interessava, malgrado minha formação acadêmica e profissional. Aqui, eram elas quem eu queria ouvir, mesmo que, para isso, eu despendesse

³ Segundo a tese do amor bandido, mulheres ingressam na criminalidade motivadas pelo amor que sentem por seus maridos/companheiros, já envolvidos com o crime. Ver PIMENTEL, 2008b; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2005.

certamente um maior tempo e energia, inclusive por ser o primeiro trabalho do tipo na minha vida. Eram as suas versões que me encorajavam a me dirigir ao terreno áspero de uma penitenciária, driblando os empecilhos de todas as ordens, dos geográficos aos emocionais.

Assim, elegi como objetivo geral da pesquisa investigar a construção da identidade de gênero das mulheres condenadas pelo tráfico de drogas a partir de suas histórias de vida, no intuito de compreender como elas se posicionam no que se refere às normas hegemônicas de gênero, que essencializam e binarizam as relações entre homens e mulheres em sociedade.

A opção pelas narrativas de história de vida assegurou a fluência nas falas desses sujeitos e dos sentidos atribuídos as suas experiências até a entrada no mundo da delinquência, numa pesquisa eminentemente qualitativa. Trabalhar com a oralidade das mulheres do tráfico se mostrou um caminho para compreender sua versão e sua subjetividade, com uma espécie de mergulho em suas memórias, as quais pareciam querer explicar o porquê de estarem ali privadas de liberdade.

Como objetivo específico, busquei compreender como essas mulheres se posicionariam em relação a seu envolvimento no tráfico: como vítimas de seus maridos, companheiros, filhos etc., da forma como tanto se falou durante minha ida ao presídio, ou se admitiriam protagonismo no crime. Afinal, foi esta a curiosidade que fundou este trabalho.

Além deste, outro objetivo específico se refere à necessidade de identificar os repertórios utilizados por essas mulheres nas suas narrativas, compreendendo as permanências e rupturas em seus posicionamentos relacionados aos discursos sobre os gêneros. Segundo Spink (2000), as permanências significam o pertencimento à ordem das regularidades, a repetição das cristalizações dos discursos institucionalizados. Por sua vez, as rupturas traduzem as ressignificações, as descontinuidades com o que é posto hegemonicamente.

Neste trabalho, utilizei teóricos que trabalham com uma perspectiva da identidade em movimento, muitas vezes substituindo este conceito pelo de posicionamento, por entendê-lo mais fluido e contextual. Com efeito, das leituras de Hall (2011; 2005), Butler (2015; 2001) e Scott (1990), nota-se um rompimento com a ideia tradicional de sujeito centrado e coerente, adotando a perspectiva de uma construção histórica e discursiva. Estas abordagens se propõem a desestabilizar “verdades”, desnaturalizando-as e desessencializando posições identitárias tidas como inatas – como é o caso de uma “essência feminina mais frágil”.

Assim, o conceito de identidade de gênero assumido neste trabalho é a de uma construção discursiva consistente na reiteração de atos ao longo do tempo, norteados pelos discursos hegemônicos que ditam normas para os universos masculino e feminino em

sociedade (BUTLER, 2015). Aqui, trabalha-se com a perspectiva de que o gênero constrói significados, organiza as relações sociais e, ainda, constitui as identidades dos sujeitos (SCOTT, 1990).

Para análise das entrevistas, utilizei a perspectiva do estudo da produção de sentidos a partir da análise das práticas discursivas de Spink (2014; 2010), cuja finalidade é compreender as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas. Para tanto, utilizei como técnica de análise dos dados os mapas dialógicos (SPINK, 2014), que serviram para compreender o processo de interanimação dialógica e visualizar os posicionamentos assumidos pelas entrevistadas.

No primeiro capítulo, é trazido o aporte teórico utilizado para compreender a situação das mulheres envolvidas com a criminalidade, apresentando primeiramente as diversas teses defendidas para explicar o envolvimento cada vez maior desses sujeitos neste cenário.

Além disso, é dedicado espaço para compreender a identidade enquanto uma construção histórica e discursiva e, dentro disso, para entender as construções de gênero. Neste ponto, ainda, é realizado um diálogo com outros marcadores de diferença, que mostram que o gênero não está sozinho na construção de desigualdades. Com efeito, há uma evidente intersecção entre classe, gênero, raça, sexualidade etc., que precisa ser considerada no processo de análise da situação de mulheres presidiárias, afinal neste campo há um padrão composto normalmente por mulheres jovens, de baixa renda e com pouco acesso a empregos formais, de pouca escolaridade e não-brancas (FRANÇA, 2013; MOREIRA, 2012; MOURA, 2005; SOARES; ILGENFRITZ, 2002; CÉSAR, 1995).

No segundo capítulo, por sua vez, é apresentado todo o caminho seguido para realização da pesquisa, desde a escolha do método até a abordagem das mulheres entrevistadas. Lá constam como foram estabelecidos os contatos, bem como a relação entre pesquisadora e participantes, as negociações no processo de pesquisa, as impressões, os cuidados, os limites etc... Em suma, a metodologia escolhida satisfaz o que se esperava, inclusive ajudando a driblar alguns desafios em alguns momentos, a exemplo do estabelecimento de uma relação de confiança entre a pesquisadora e as entrevistadas.

No terceiro e quarto capítulos foram analisadas e discutidas as narrativas das participantes a partir da elaboração dos mapas dialógicos (SPINK, 2014), encontrando categorias comuns e, dentro delas, analisando os repertórios usados pelas narradoras para se posicionar.

Desse modo, o terceiro capítulo ocupa-se do primeiro objetivo específico desta pesquisa, buscando compreender o posicionamento das entrevistadas acerca de sua participação no crime. Por sua vez, no quarto capítulo são trazidos os relatos que envolvem as construções de gênero, tanto no que se refere ao crime como em outras questões levantadas por elas em suas histórias de vida, com objetivo de responder o segundo objetivo específico da pesquisa, qual seja, compreender as permanências e rupturas em seus posicionamentos relacionados aos discursos hegemônicos sobre os gêneros.

Nesses dois últimos capítulos, acima citados, as histórias contadas pelas participantes são discutidas a partir do estado da arte, sempre buscando compreender os posicionamentos construídos pelas narradoras e, com eles, responder as finalidades elencadas por este trabalho. Além disso, a partir da leitura dos dois capítulos em conjunto, procurei responder o objetivo geral do trabalho, o qual atravessou toda a análise, compreendendo como as mulheres condenadas pelo tráfico construíram sua identidade de gênero nessa pesquisa.

Por fim, seguem as considerações finais, nas quais são sintetizados os resultados obtidos, apontando as principais estratégias discursivas utilizadas pelas narradoras. Além das respostas aos objetivos da pesquisa, este item aponta como as conclusões deste trabalho abriram portas para reflexões importantes acerca da construção das subjetividades e dos posicionamentos das pessoas nas relações em sociedade.

Importa ressaltar que a elaboração desta pesquisa servirá para compreender o posicionamento de mulheres no mundo do crime, que tem crescido a cada dia, principalmente a partir de suas versões. Assim, é possível entender o alcance das construções de gênero na ocupação deste novo lugar, contribuindo para a produção de conhecimento, bem como a formulação de políticas públicas sobre o assunto.

Aqui merece destaque uma novidade que representa avanço no país, qual seja, a publicação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), do Ministério da Justiça em conjunto com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República, através da Portaria Interministerial n.º 210/2014.

Esta portaria significa importante passo porque elegeu a perspectiva de gênero para formulação de políticas públicas para mulheres encarceradas no Brasil, dando importância à formação profissional dos agentes que lidam diariamente com o segmento, visando a necessidade de se construir dados que considerem as determinações de gênero, pensando na

importância de fortalecer os laços familiares, diminuindo distâncias e fornecendo condições mínimas de acesso a trabalho e renda, entre outras

Sem dúvidas, todas as diretrizes, bem como os objetivos e metas traçados na PNAME sugerem uma mudança paradigmática importante, e acredito que trabalhos como esta dissertação poderão ser úteis à compreensão da realidade de mulheres do tráfico, fornecendo informações que poderão ser aproveitadas, principalmente a partir deste novo marco político e legal, e, porque não, ajudando a contribuir para avanços e melhorias neste âmbito.

CAPÍTULO I

SITUANDO O APORTE TEÓRICO

1.1 A mulher na criminalidade

O estudo da criminalidade é um desafio que impõe ultrapassar sua definição jurídico-normativa, dada a complexidade do crime enquanto fenômeno social cercado de motivações e circunstâncias diversas, produzidas em cada contexto sócio-histórico.

A princípio, a Criminologia se pautou numa perspectiva positivista, principalmente a partir de César Lombroso (1876), apontando elementos biológicos e psicológicos como principais determinantes da conduta criminosa. Esta e outras vertentes criminológicas se estruturam numa visão androcêntrica, tratando o crime como fenômeno diretamente ligado à natureza masculina e tornando a Criminologia um campo em que homens estudam homens e, por sua vez, invisibilizam a mulher presente nessa realidade.

Para Lombroso, por exemplo, a mulher seria biológica e intelectualmente inferior ao homem. Aquelas consideradas desviantes, como prostitutas e criminosas, eram separadas em três categorias, conforme explica França (2013):

as criminosas natas, que constituíam um tipo mais perverso, em razão da grande quantidade de caracteres degenerativos (evoluíram menos do que os homens). Apesar dos “defeitos genéticos” era a que mais se aproximava das características masculinas, isto é, demonstravam um comportamento mais violento do que muitos homens; **as criminosas por ocasião**, portadoras de características femininas, porém, de forma dissimulada, demonstrava tendência delituosa em graus variados; e por fim, **as criminosas por paixão** que agem conforme a intensidade de suas paixões. (FRANÇA, 2013, p. 100. Grifos da autora)

Nas palavras de Matos e Machado (2012, p. 37), “nos discursos tradicionais da criminologia, a mulher foi genericamente ignorada ou analisada com base nos estereótipos de gênero inerentes ao discurso social dominante”, o que pode justificar, inclusive, a análise recorrente de mulheres em crimes normalmente ligados ao ambiente doméstico e familiar no decorrer da história.

Para Pereira (2008), distintas abordagens criminológicas, sociológicas e jurídicas convergiam em um sentido, já que se verificava o “aprisionamento” de mulheres à esfera privada e, por isso mesmo, a pouca relação dos crimes cometidos com a vida pública.

Segundo a autora, os crimes ditos femininos eram o infanticídio, o aborto, o envenenamento, os pequenos furtos, além da prostituição, que era recorrente nos prontuários policiais.

É possível afirmar que, na atualidade, a criminalidade feminina ainda é de diminuta visibilidade na produção de conhecimento nas ciências sociais, mesmo já tendo crescido consideravelmente nos últimos anos. Todavia, importa dizer que, comparado ao índice de envolvimento de homens com atividades delituosas, o número de mulheres no crime parece irrisório⁴ e isso talvez justifique a escassa produção acadêmica sobre o assunto. Porém, a população carcerária feminina tem aumentado bastante nos últimos anos, inclusive bem acima da média do crescimento da população de homens presidiários, o que demonstra a urgência em se pesquisar e se compreender esta realidade.

Para França (2013, p. 97), essa parece ser uma justificativa plausível para a pouca visibilidade da produção científica para com as mulheres encarceradas, a saber:

Tal postura é amparada pela percepção de que a participação feminina, se comparada à masculina, é praticamente invisível na criminalidade geral, uma vez que representa, aproximadamente, apenas 6% do total de presos. Logo, a impressão que se tem é de que esses teóricos não têm porque se espantar com números tão insignificantes do ponto de vista criminal.

Por outro lado, é possível dizer que a ausência dos estudos sobre a mulher na Criminologia se fundamenta também na expectativa social sobre o comportamento feminino. Apoiando-se nas construções heteronormativas de gênero, a sociedade a compreende como um ser naturalmente dócil, passivo e, por isso mesmo, menos sujeito ao ingresso no mundo da ilegalidade e da violência. A mulher é pensada como mãe e dona de casa e não é vista enquanto criminosa, apesar de ser incontestável sua presença nesse contexto. Sobre o assunto, ressalta Pimentel (2008a, p. 07):

Loraine Gelsthorpe (2002: 118) problematiza, por um lado, a negligência quanto à criminalidade feminina e aponta como diagnóstico o fato de que a criminologia se desenvolve como uma profissão predominantemente masculina, onde homens estudam homens. Por outro lado, afirma que, quando a presença da mulher é lembrada na criminologia, o debate gira em torno tanto da base biológica feminina, quanto de uma ideia acrítica de dominação sexual preocupada com estereótipos femininos, como a passividade, o doméstico e a maternidade.

⁴ Ver Infopen. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.html>. Acesso em Dezembro de 2015.

Dessa maneira, a criminalidade feminina tem sido estudada majoritariamente à luz de elementos utilizados para investigar a delinquência masculina, sem se atentar às especificidades trazidas pelas construções de gênero, tanto para o universo feminino quanto masculino. O argumento de que mulheres naturalmente cometem menos crimes ou crimes de menor gravidade que os homens está edificado em um discurso essencialista que utiliza elementos do determinismo biológico e acarreta uma visão reducionista sobre o alcance das motivações e circunstâncias que levam a mulher a delinquir, como já explicitado.

Conforme explicam Soares e Ilgenfritz (2002, p. 64),

diversas explicações de ordem biológica, psicológica e sociológica foram utilizadas para justificar as especificidades do fenômeno, segundo a natureza das infrações que as mulheres cometiam, o seu modo de participação no crime e sua menor reincidência em comparação ao sexo masculino. Tais fatores serviam para justificar “cientificamente” a sub-representação das mulheres na população prisional e sua super-representação no inventário dos “típicos delitos femininos”. (Grifos das autoras)

Todavia, cumpre destacar a emergência de estudos sobre a aproximação entre crime e mulher numa perspectiva feminista, os quais propõem compreender o fenômeno tomando o marcador de gênero como fundamental categoria de análise. Na perspectiva da Criminologia feminista, há o interesse em corrigir a ausência da mulher nesse campo do conhecimento, deslocando os discursos pretensamente neutros e analisando a mulher enquanto sujeito imerso em um contexto marcado por construções de gênero que ditam comportamentos e regras para a sua vida, dentro e fora do crime.

Segundo Moreira (2012, p. 21), não há como compreender a criminalidade feminina fora das determinações do gênero na construção das identidades, à medida que o gênero

[...] auxilia na demarcação das relações de poder e/ou opressão entre indivíduos que cometem e/ou são acusados de atos criminosos sejam do mesmo sexo e/ou de sexos distintos. Essa incorporação permite uma intersecção com outras categorias como raça, etnia, geração e classe social, possibilitando compreensão do problema.

A emergência desses novos saberes de viés feminista tende à superação da invisibilidade dessa mulher, cada dia mais presente nos números penais e penitenciários do Estado, através de uma análise que considere as experiências desse sujeito. Sobre as incursões do feminismo no âmbito da ciência do crime, Matos e Machado (2012, p. 34) esclarecem que

As perspectivas feministas na criminologia emergem da contestação face à ausência da mulher nos estudos da *linha tradicional* e face ao claro reducionismo biológico e psicológico patente nas primeiras tentativas de estudar a mulher que comete crimes. Ainda numa fase em que o termo ‘feminismo’ está ausente dos textos da criminologia, diversas autoras tocam

já os pontos-chave da crítica feminista à disciplina, tecendo duras críticas aos erros fundamentais cometidos em relação à mulher. Por um lado, a sua quase ausência dos estudos criminológicos, onde é praticamente invisível como agressora, como vítima ou em qualquer outro tipo de relação com o sistema de justiça criminal. Por outro lado, a sua presença desajustada nos estudos da criminologia, através da distorção das suas experiências transgressivas de modo a enquadrá-la nos estereótipos dominantes. (Grifos das autoras)

Analisar a criminalidade feminina à luz das construções de gênero permite compreender senão necessariamente as causas, pelo menos os efeitos que a ocupação deste novo lugar traz às mulheres. Afinal, as consequências *extra muros* se distinguem para mulheres e homens encarcerados.

Segundo Moreira (2012, p. 99), “Os dados mostram que a prisão, ao isolar as mulheres do mundo externo, põe os laços familiares sob pressão, favorecendo a perda do contato e a ruptura de relacionamentos”, o que não ocorre exatamente com homens presos. Afinal, raramente estes são abandonados por esposas, filhas e mães, e, portanto, nesse quesito sentem muito menor o peso do que aquelas quando encarceradas.

O que se vê de estudos envolvendo mulheres presidiárias é que estas comumente sentem a dor de ter falhado como mães, como filhas, como companheiras, antes mesmo do desvio quanto à norma penal. Elas representam uma fratura à norma de gênero que lhes imputa o dever do cuidado e, por isso, são punidas de maneira muito mais dura (MOURA, 2015; MOREIRA, 2012).

França (2013) argumenta ser a mulher presidiária discriminada em dobro, por ser mulher e por ter rompido com os discursos dominantes sobre o gênero, porque ao cometer um crime ela assume um lugar aparentemente reservado ao homem, isto é, o lugar de agressora e de violadora da ordem estabelecida. Para a autora,

ao mesmo tempo em que as detentas, ao adentrarem o caminho da criminalidade e da prisão, conseguindo entre seus pares um reconhecimento, são excluídas pelo resto da sociedade, que impõe regras, valores e condutas morais à vida dessas mulheres. (FRANÇA, 2013, p. 103)

No que se refere às possíveis causas da entrada de cada vez mais mulheres no “mundo do crime”, várias teses sugerem porquês distintos, mesmo quando utilizam o gênero como categoria de análise fundamental.

A tese do amor bandido, que produziu a inquietação que originou este trabalho, parece estar espalhada em todo senso comum e ser embasada por outras pesquisas científicas (PIMENTEL, 2008b; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2005). Segundo esta tese, o envolvimento

de mulheres com o crime de tráfico de drogas está estreitamente ligado ao amor, já que as mulheres ingressam no tráfico em virtude do sentimento que nutrem pelos maridos ou companheiros.

Os significados e sentidos que elas atribuem ao amor e ao papel que devem desempenhar no contexto das relações de afeto são construídos a partir de práticas interacionais ao longo de suas vidas, e levam-nas a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela cultura de submissão da mulher ao homem. (PIMENTEL, 2008b, p. 12)

Esta compreensão de que mulheres são levadas à criminalidade pelas relações afetivas que cultivam traduz a permanência desses sujeitos no marco binário do gênero, com cada um deles ocupando os espaços construídos conforme o discurso dominante, a despeito de todas as transformações pelas quais a sociedade vem passando na contemporaneidade, com a presença de mulheres e homens em novos espaços e com novos arranjos identitários.

Com efeito, a mulher que deve acompanhar seu marido em todas as situações da vida, ainda que isso signifique se posicionar em lugares “errados” e/ou ilegais, é a mulher construída por um discurso patriarcal, cuja necessidade de ser submissa e de obedecer o homem sem questionamentos parece o caminho ideal para manter a unidade da família e do relacionamento.

Em outra direção, para Barcinsky (2012), por mais que a ideia de influência masculina possa ser considerada determinante para ingresso de muitas mulheres no mundo do tráfico, utilizar esse argumento de forma generalizada abre a possibilidade de se incorrer no erro de negar o protagonismo desses sujeitos.

Segundo a autora, que focou seus estudos na questão do *status* e do poder, o ingresso no tráfico de drogas pode se mostrar uma chance de visibilidade social para mulheres naquele determinado contexto, justamente por ocuparem um lugar reservado aos homens, conforme os discursos dominantes.

Cumprido destacar que o desejo de serem visíveis, segundo as explicações supramencionadas, não refuta a existência de posicionamentos de gênero ainda desiguais. Como bem lembra Barcinski (2012), costumeiramente a dinâmica do tráfico reproduz as posições hierárquicas construídas socialmente, o que significa que a participação com poder e *status* dessas mulheres, em tese subversiva, encontra limite nos discursos hegemônicos.

Uma outra tese tem centralidade no elemento econômico, já que explica que as limitações para reprodução da vida material também aparecem como motivação coerente para a entrada dessa mulher na criminalidade. A necessidade material de prover suas famílias

aparece normalmente como principal motivação para o envolvimento de muitas mulheres com o crime de tráfico, já que a atividade ilícita proporciona uma renda muito maior do que possuíam, inclusive pelo pouco acesso ao mercado de trabalho formal (MOREIRA, 2012; MOURA, 2005; SOARES; ILGENFRITZ, 2002; CÉSAR, 1995).

Pereira (2008) argumenta ser o tráfico uma porta de entrada para a sociedade de consumo, reunindo os desejos e aspirações dos jovens para se inserirem no seio social. A vontade de se tornar reconhecidas se mistura à simbologia que esse crime representa, já que “constrói ídolos, projeta socialmente os membros da quadrilha e pode trazer muita rentabilidade” (PEREIRA, 2008, p. 117).

Observa-se que a maior parte das mulheres envolvidas com o crime é composta por jovens, mães, de baixa renda e com pouco acesso a empregos formais, de pouca escolaridade e não-brancas. Aqui merece destaque a ressalva de Pereira (2008, p. 118), que acredita que

as estatísticas demonstram um acentuado número de mulheres pobres presas por tráfico de drogas, isso não significa que apenas elas pratiquem este crime. As mulheres das classes média e alta também cometem este delito, mas não são alvo constante das abordagens e revistas policiais. De certa forma, elas estão mais protegidas socialmente, pois dificilmente a polícia realiza operações nos locais frequentados por elas.

Soares e Ilgenfritz (2002), por sua vez, defenderam a tese de que o envolvimento da mulher com o crime se explica a partir de experiências de violência, considerando que a maioria das mulheres chega às prisões trazendo uma história prévia de maus-tratos e/ou abuso de drogas, próprio ou de familiares. As referidas autoras ressaltam que

existe uma relação, não necessariamente de causa e efeito, mas no mínimo de continuidade, entre participação em atividades criminosas e experiências de relações abusivas, ou de imersão em ambientes violentos, vividas na infância, na adolescência e/ou na fase adulta. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.78)

Segundo as autoras, na pesquisa feita com mulheres encarceradas no Estado do Rio de Janeiro, quase todas as participantes relataram experiências de violência, individuais ou no seu contexto próximo, com parentes, amigos etc.

Ainda na tentativa de apontar explicações para esse novo lugar da mulher na sociedade, Silva (2012, p. 20) assevera que

o ingresso de mulheres no *mundo do crime* tem relação com a mudança operada na forma como os indivíduos estão se construindo como sujeito a partir da associação entre crime e gênero. Um processo de mudança na subjetividade perpassado pela (des) construção do crime como uma prática associado a um gênero, o masculino. (Grifo da autora)

Para a autora, há uma eminente mudança na subjetividade dessas mulheres, que hoje se veem como capazes de delinquir, independentemente do comando de uma figura masculina. Saem do lugar de “mula do tráfico, passando a assumir posição de chefe de boca de fumo” (SILVA, 2012, p. 294). Haveria uma mudança de perspectiva de acordo com a própria configuração do tráfico de drogas enquanto um crime globalizado, que está no mundo inteiro e também dentro das casas, se tornando um “empreendimento familiar”, que teve como efeito a produção da identidade de mulheres criminosas.

1.2 Sobre o conceito de identidade de gênero

A tentativa de compreender como se constitui uma determinada identidade pressupõe uma análise historicamente situada, que ultrapasse essencialismos e ressignifique o processo de construção do sujeito a partir dos múltiplos sistemas de representação em que este se insere.

O entendimento da identidade como fenômeno sólido e permanente ignora que o ser humano está, durante toda a vida, envolto por elementos que se movimentam e, assim, o constroem num processo, sempre em andamento, de transformações constantes.

Ressaltando a complexidade que envolve o conceito de identidade, Stuart Hall (2005) identifica três concepções diferentes, a saber: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro era dotado da razão, era o homem constituído por uma essência inata, um “núcleo interior” que emergia com seu nascimento e o acompanhava durante toda sua existência, representando sua identidade. A visão era focada sobre o indivíduo e sua capacidade de ação sobre o mundo.

O sujeito sociológico, por sua vez, representava a mediação entre o eu e a sociedade. Esse sujeito permanecia com este núcleo interior, todavia era levado a subjetivar o que a realidade lhe oferecesse, o que o mundo cultural ao qual pertencia produzisse. Segundo o autor, “a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’” (HALL, 2005, p. 11, grifos do autor).

Por fim, sobre o que denomina de identidade pós-moderna, Hall (2005, p. 12) argumenta que esse “sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. A essa fragmentação, o referido autor denominou de “deslocamento do sujeito”, para o qual a identidade passa a ser uma celebração

móvel, já que esse sujeito assume diferentes identidades em momentos também diferentes na vida.

Hall (2005) argumenta que o sujeito descentrado é cada vez mais presente nos dias atuais. É o sujeito das identidades fragmentadas e múltiplas, bastante distinto da ideia iluminista de identidade centrada. Ainda para Hall (2005, p. 13),

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Nessa perspectiva, abre-se caminho para a problematização das identidades dadas socialmente como verdades inquestionáveis, mas que, em realidade, são “cristalizadas” a partir da reiteração de discursos e práticas construídas culturalmente.

Com efeito, o que se vê no cotidiano e a partir de algumas perspectivas teórico-metodológicas é uma maciça quantidade de afirmações sobre alguém ser algo, como um ser posto, pronto e acabado, ignorando que a identidade é constituída, dia após dia, através da articulação com os sentidos construídos nos discursos produzidos cotidianamente.

Nessa perspectiva, o sujeito *seria* algo, e não se *tornaria* algo. As pessoas teriam uma substância imutável, ignorando o caráter temporal da identidade num processo de constante construção.

A compreensão sobre a identidade como algo estável e permanente serve não apenas à tentativa de conservação desse sujeito idêntico a si mesmo durante toda sua existência, como à conservação das relações sociais e das expressões de poder que as fundamentam. É um instrumento útil ao fortalecimento das normas e à manutenção dos espaços da maneira como são hegemonicamente pensados, construindo hierarquias e processos de exclusão.

Como sintetiza Hall (2011, p. 109), as identidades

emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (Grifo do autor).

A partir desse raciocínio, é possível pensar sobre as identidades de gênero, que devem ser trabalhadas em seu caráter relacional, isto é, buscando compreender a construção das identidades – e das diferenças – masculinas e femininas, e não apenas na realidade das mulheres, como os primeiros estudos feministas o fizeram.

Com efeito, segundo Scott (1990, p. 07), o termo gênero

é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

As relações sociais estabelecidas com base nas identidades de gênero são também permeadas por atos de poder que hierarquizam e subordinam as relações entre aquilo que constitui o universo masculino ou feminino no seio social.

Há uma tentativa de naturalização de comportamentos e características para a constituição de um sujeito coerente com o que para ele é pensado. É feito uso corriqueiro de elementos biológicos, procurando aquilo que é capaz de diferenciar essencialmente o homem da mulher, desconsiderando a construção discursiva de suas identidades e de como esse processo é fruto de uma reiteração de atos ao longo do tempo (BUTLER, 2003).

O gênero impõe normas, produz sujeitos e lugares, constrói diferenças. É um sistema em que o poder é articulado para a manutenção de toda uma estrutura social baseada em privilégios de uns sobre outros. No discurso hegemônico sobre o gênero, assim, ser homem ou ser mulher significa seguir regras específicas, ocupar mundos distintos, viver diferenças sobre as quais se fundamentam as desigualdades e hierarquias.

Scott (1990) situa o gênero como categoria de análise fundamental à compreensão de como se constituem os modelos sobre os quais se organizam e se percebem as diferenças entre os corpos sexuados. Ao explicar que o gênero é uma primeira forma de dar significado às relações de poder, porque fundamenta a oposição masculino-feminino, Scott (1990, p. 16) esclarece que

para proteger o poder político, a referência [ao gênero] deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, tornando parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social tornam-se ambos partes do sentido do poder; pôr em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema inteiro. (Grifo nosso)

A historiadora elabora um caminho metodológico composto por elementos imprescindíveis a entender a maneira como o gênero se espalha nas relações sociais, a saber: *símbolos culturalmente definidos*, consistentes nas representações constantes na linguagem, e os *conceitos normativos*, que serviriam a explicar aqueles símbolos, como o binarismo entre os universos masculino e feminino; *instituições e organizações sociais*, cuja responsabilidade

se atrela à construção e ao controle da força dos conceitos normativos; e, por fim, na reprodução das identidades de gênero, a autora destaca a *identidade subjetiva*, uma vez que, em cada discurso elaborado na cultura, o sujeito se constitui enquanto tal.

Por esse caminho, o gênero é categoria a partir da qual se atribui sentido a tudo, organizando as relações sociais e construindo as identidades pessoais. Assim, o azul está ligado ao universo masculino, as roupas e profissões são destinadas a cada um de acordo com o gênero ao qual pertençam, entre tantas outras regras, constituindo-se enquanto homens ou mulheres – afinal, são as possibilidades permitidas pelo discurso dominante.

Considerando que os sujeitos e suas relações são constituídos discursivamente, a partir de saberes que instituem modelos e normas, de saberes que moldam comportamentos, para Scott (1990), não haveria como dissociar o gênero da própria gênese e da expressão do poder no seio social, primordialmente no seu aspecto político – como na parca visibilidade da mulher enquanto sujeito político e histórico.

Na sua reflexão sobre a construção da identidade de gênero, a autora ainda afirma ser um dos principais desafios da contemporaneidade a necessidade de explodir essa noção de fixidez do sujeito e de descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero, considerando as limitações da lógica invariável de homem e mulher como polos opostos que se relacionam num sistema de dominação-submissão (SCOTT, 1990).

Conforme lembra Louro (2003), uma das principais consequências da desconstrução da oposição binária sugerida por Joan Scott (1990) seria a possibilidade de se compreender as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente.

Dialogando com essa perspectiva, Judith Butler (2015; 2000) reforça o caráter de construção do gênero, compreendendo-o como a cristalização de normas vivenciadas através da reiteração de atos ao longo do tempo. O gênero não traduz o que o sujeito é, mas o que ele faz, a partir do que ela chama de performatividade. Conforme Butler (2015, p. 69),

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.

Significa dizer que o sujeito se constitui no momento do ato que pratica, numa condição performativa e citacional, isto é, no momento em que a norma está sendo citada e repetida no corpo. Assim, o homem se torna homem à medida que vive o que para ele é colocado, acarretando a ideia de uma naturalização das características que o compõem.

Segundo Salih (2012, p. 94), “na perspectiva de Butler, o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo”.

Butler (2015) afirma que a identidade de gênero não é pré-discursiva e problematiza os binarismos, inclusive e principalmente a dicotomia sexo/natureza e gênero/cultura. A filósofa contesta o caráter de dado “natural” comumente atribuído ao sexo, uma vez que, na sua perspectiva, o sexo também ganha sentido a partir dos discursos, não havendo distinção em relação ao gênero. O sexo não é causal, e sim efeito do gênero, sendo por este subsumido. Nesse sentido, a autora não ignora a materialidade dos corpos, porém defende que estes só são percebidos a partir dos enunciados que os circundam, numa relação de simultaneidade, produzindo significados e sendo produzido por eles.

A filósofa explica que uma criança não é “ela” ou “ele” antes do discurso ou, ainda, não se torna instantaneamente quando de sua nomeação de gênero. O ato médico que transforma um corpo em menina ou menino é a interpelação fundante que define o corpo, mas não sozinho. É o início performativo dos sentidos atribuídos a esse sujeito, os quais serão reiterados por diversas autoridades durante vários intervalos de tempo, servindo para reforçar ou contestar esse efeito cristalizado. Assim, a nomeação não descreve o corpo, mas o constitui. Segundo Butler, essa “nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também de a inculcação repetida de uma norma” (BUTLER, 2000, p. 156).

É nesse sentido que Louro (2003, p. 27) afirma que

Não é possível fixar um momento – seja o nascimento, a adolescência ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (Grifo da autora)

Assim, nesta perspectiva, o sexo é efeito do gênero e, enquanto construção cultural, é visto como mecanismo utilizado para garantir a produção e governo dos corpos. Referida categoria é marcada e formada por práticas discursivas e exerce o poder de regular e normatizar a materialização dos corpos, não sendo, portanto, meramente uma descrição do que o sujeito é. O sexo representa uma das normas pelas quais o sujeito torna-se viável de acordo com os discursos dominantes na sociedade (BUTLER, 2015).

Na compreensão da filósofa, os discursos hegemônicos sobre o gênero são produzidos para garantir sua inteligibilidade, pressupondo o estabelecimento de relações binárias, oposicionais e hierárquicas. Os corpos passam a ter sentido e ser inteligíveis – macho/homem/masculino e fêmea/mulher/feminino – quando há uma estabilidade e uma

coerência entre sexo, gênero e desejo, tudo isso baseado numa lógica heteronormativa de produção das sexualidades.

Assim, hegemonicamente o gênero é assegurado quando uma pessoa que nasce com uma vagina, nomeada mulher, sente atração sexual por homens. A heterossexualidade aparece como matriz desse processo pelo qual a inteligibilidade do gênero torna-se possível e “naturalizada” dentro dessa perspectiva dominante dos discursos sobre o gênero. Segundo Butler (2015, p. 53),

a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opacionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo.

Nesse sentido, tem-se os lugares dos homens e das mulheres delineados desde muito cedo, confirmados pelos discursos dos símbolos, das instituições e normas que regem a vida em sociedade. Mulheres ainda são destinadas ao cuidado, ao espaço doméstico, a serem as maiores responsáveis pela formação do caráter na constituição da família. Ainda são ensinadas a serem recatadas, a serem frágeis, bonitas, dóceis, delicadas e submissas. Por sua vez, os homens ocupam os espaços públicos, os espaços de poder e visibilidade, são criados para serem fortes, viris, mesmo que, para tanto, violem a liberdade e a dignidade alheia em tantos momentos.

É assim desde o berço. Do universo rosa e da boneca da menina e do carrinho e do azul para o menino. No mesmo sentido, as meninas são ensinadas desde muito cedo a sentirem vergonha de se expor, de mostrarem seu corpo. Em contrapartida, a vivência de uma liberdade sexual, pelos meninos, é estimulada desde sempre, abertamente.

Compreende-se que a “imitação persistente” (BUTLER, 2015, p. 09) desses discursos e atos durante uma vida inteira acarreta a ideia de que as características são inatas, de que são a essência do ser homem ou do ser mulher. Significa que há a tendência a biologizar aquilo que, em realidade, é construído culturalmente, afinal o gênero é essa construção social num determinado tempo e num determinado espaço.

Aqui reside a ousadia e a enorme contribuição de Judith Butler (2015) e Joan Scott (1990), uma vez que, ao trazerem o sexo para o campo do discurso, as autoras deram munição para desestabilizar os processos de construções de “verdades” e de saberes sobre o corpo e sobre as relações sociais de gênero. A compreensão do sexo enquanto elemento discursivo e performativamente produzido retira-o de um lugar anteriormente imune às críticas. Afinal,

considerar o sexo como elemento da natureza, como um elemento a-histórico, implica numa pretensa estabilidade que o situa fora do âmbito da crítica e da subversão.

Com efeito, o discurso dominante que posiciona o sexo num lugar pré-discursivo é o mesmo discurso que elege a heterossexualidade compulsória como matriz de inteligibilidade cultural e, portanto, é o discurso que exige e limita a existência de dois gêneros opostos e fixos. Por outro lado, quando historicizado, o sexo é visto enquanto mecanismo regulador de corpos e permite pensar na proliferação de identidades de gênero que superem o referido binarismo, justamente pela existência de corpos que subvertem e desordenam a inteligibilidade citada.

As identidades incoerentes e desafiadoras das normas binárias e heterossexistas corroboram o caráter de construção cultural do sexo e do gênero no seio social e se mostram instrumento capaz de problematizar a falsa estabilização do gênero. Elas apontam as fissuras que se abrem no processo performativo de fabricação da identidade e, segundo Butler (2015, p. 44),

sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero.

Assim, as discontinuidades entre sexo, gênero e desejo promovem um questionamento às identidades “sedimentadas” a partir dos discursos hegemônicos e trazem à tona a instabilidade do sujeito. Mostram que esse sujeito é um devir e que a identidade pressupõe um processo contínuo e regulado de repetição justamente pela dificuldade de que os corpos se adequem completamente às normas.

Na perspectiva de Butler (2015), essa instabilidade pode ser vista como aquilo que excede à norma ou foge dela e, dessa maneira, abre a possibilidade de ressignificar o discurso dominante e de fazer com que se volte contra ele próprio. Aqui onde ela situa os corpos abjetos, os quais perturbam a inteligibilidade de gênero de tal forma que sua humanidade mesma é questionada pelo discurso norma.

A concepção do abjeto é construída pelos processos de exclusão. Ele escapa da norma, não tem sentido dentro de uma determinada matriz cultural. Cumpre salientar que, para a filósofa, o abjeto não se restringe ao campo do sexo e da heterossexualidade compulsória. É mais que isso, o conceito abarca os corpos cuja vida e materialidade não importam, pois “o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do

status de sujeito” (BUTLER, 2000, p. 112, grifos da autora). Nesse sentido, resta a interrogação: as mulheres do tráfico poderiam materializar o conceito de abjeto?

Os corpos abjetos são aqueles que não devem ser nomeados e, no que se refere à inteligibilidade de gênero, aqueles em que “o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’” (BUTLER, 2015, p. 44, grifos da autora). São esses os corpos que desestabilizam as “verdades” e servem como recurso crítico para a categorização sexual predominante na sociedade.

Com isso, Judith Butler (2015) ratifica que a identidade de gênero é um efeito de práticas reguladoras, que normatizam os sujeitos através da reiteração discursiva ao longo do tempo. Todavia, a autora salienta que, em que pese haja um discurso hegemônico que produza um gênero binário, hierárquico e oposicional, a existência de corpos subversivos apontam as possibilidades de rupturas também existentes. Nessa direção, a filósofa explica que não há gênero verdadeiro ou falso, mas apenas construções como efeitos de “verdade” de um discurso sobre uma identidade estável.

Em linhas gerais, numa análise desse viés, ser homem ou ser mulher torna-se uma posição que se ressignifica o tempo todo. Há mais especificidades e fragmentos do que unidade e coerência. É um sujeito descentrado, um sujeito do discurso, da contradição.

Afinal, nas palavras de Louro (2003, p. 28), as identidades de gênero

também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desaranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe...

Nesse sentido, a importância de se desestabilizar a ideia de identidade de gênero sólida, fixa e essencial perpassa a necessidade de se compreender as transformações constantes a que está submetida e como essas transformações impedem a produção de sujeitos idênticos a si mesmo durante toda a sua existência.

Assim, este trabalho propõe investigar um recorte importante sobre o sujeito nessa perspectiva, quando pretende compreender a construção da identidade de gênero da mulher condenada pelo tráfico de drogas a partir de sua história de vida.

Ora, o aumento do envolvimento de mulheres com o crime é, certamente, um fenômeno que posiciona este sujeito que se constrói entre continuidades e discontinuidades. É

a mulher ocupando novos lugares na atualidade, desconstruindo as normas de gênero que costumeiramente a excluem do mundo do crime.

Especificamente no delito de tráfico de drogas, essa investigação torna-se ainda mais pertinente: nesse crime, há uma corriqueira repetição de discursos atravessados pelas normas de gênero para justificar o envolvimento da mulher como comumente relacionado a relações afetivas e às desigualdades de poder oriundas do elo entre o masculino e o feminino.

A mulher do tráfico, em tese, representa essa identidade contraditória – ou essas várias identidades – já que suas experiências podem sugerir tanto uma ruptura com as normas de gênero como o próprio reforço a esses estereótipos.

De fato, os discursos desse sujeito podem revelar uma vivência, com questionamentos ou não, de todas as normas de gênero produzidas para ela, mesmo sabendo que o envolvimento com o crime já é, por si só, uma quebra nos estereótipos formados para o gênero feminino. De outro lado, suas memórias podem apontar para condutas e questionamentos subversivos sobre o gênero, na relação com o ingresso no mundo do tráfico.

1.3 Dialogando com outros marcadores da diferença

Como dito anteriormente, esta pesquisa partiu do pressuposto de que os discursos sobre as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas estão, em regra, embasados nos discursos hegemônicos sobre o gênero, considerando as continuidades e rupturas relacionadas às desigualdades e aos cenários de submissão normalmente reservados à mulher.

Embora o enfoque no gênero enquanto categoria de análise seja notório e assumido neste trabalho, não se ignora que há outros tantos elementos que constituem eixos de diferenças entre os sujeitos, sendo também responsáveis pelo estabelecimento de normas para as relações sociais e para a construção das identidades.

Anne McClintock (2010), cujas reflexões remetem às relações de poder provocadas pelos determinantes de raça, gênero e classe em sociedades marcadas pelo poder imperialista, argumenta que inúmeras contradições são provocadas por estes elementos, os quais, para além de se encaixarem ou se repelirem, se entrecruzam de forma articulada, por vezes, conflitiva e desigual no seio das sociedades.

Na compreensão da referida autora,

nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e

contraditórios. Mas o poder raramente é atribuído por igual – diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela raça, pelo gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categorias por sua vez. (McCLINTOCK, 2010, p. 27)

Assim, sua análise impõe a articulação íntima, recíproca e contraditória dessas categorias, já que o gênero está vinculado à sexualidade, mas também ao trabalho subordinado; e a raça é uma questão que ultrapassa a cor da pele, incluindo a força de trabalho atravessada pelo gênero.

Significa dizer que homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres etc., são afetados diferentemente por estes elementos em cada contexto, considerando que as múltiplas expressões de poder provocadas pelos marcadores da diferença se sobredeterminam, gerando o encontro e o embate de inúmeras hierarquias.

Cumpramos relativizar a construção didática do último parágrafo para concordar com McClintock (2010) quando enfatiza a necessidade de ultrapassar os binarismos para compreender esse cenário. Um exemplo citado pela autora se refere à ambiguidade da situação das mulheres coloniais: as mulheres brancas colonizadoras experimentaram de forma contraditória as relações de poder, uma vez que, em relação às mulheres e aos homens colonizados, estavam em posição de superioridade, atuando numa verdadeira cumplicidade privilegiada; ao passo que permaneciam subjugadas aos homens colonizadores, no que tange à ausência de voz nas decisões políticas e no espaço público.

Nessa passagem, McClintock (2010) aponta como o gênero, a raça e a classe aparecem numa relação íntima, porém não homogênea, na produção das teias de poder nas sociedades imperiais. A partir disso, problematiza a necessidade de teorizar e historicizar tais categorias analíticas, evitando a sobreposição de umas às outras, já que, para ela, não se pode falar em uma única questão como fundadora de desigualdades.

É nesse mesmo sentido que Louro (2000) se posiciona acerca da sexualidade enquanto marcador da diferença construído socialmente. Para a autora, faz-se necessário desestabilizar a ideia de uma sexualidade “natural”, pertencente ao terreno determinista da biologia, já que esta concepção hegemônica acerca da sexualidade ancora-se no corpo e na perspectiva de que todos vivem seus corpos universalmente da mesma forma.

Todavia, como ressalta Louro (2000, p. 06),

a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e

transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. (Grifo da autora)

Nessa perspectiva, com os corpos ganhando significados socialmente, os sujeitos se constituem a partir dos discursos que produzem “verdades” sobre sua sexualidade, a qual é fortemente regulada e controlada. Aqui, a maneira amplamente divulgada e garantida de vivência da sexualidade refere-se à heterossexualidade, haja vista ser a sexualidade “normal”, “universal”, segundo os discursos dominantes (LOURO, 2000).

Importa ressaltar que as identidades sexuais guardam íntima ligação com a construção das identidades de gênero, haja vista que a heterossexualidade compulsória e reprodutora, aliada ao falocentrismo, é o pilar que divide e fixa os universos masculino e feminino, produzindo assimetrias e relações de poder que pretendem traduzir um caráter de substância (BUTLER, 2015).

Mas não há somente relação com o gênero. Segundo Louro (2000), as identidades de raça, gênero, classe, entre outros, estão imbricadas à identidade sexual, de modo que esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a sexualidade, sendo, também perturbados ou atingidos pelas transformações e subversões da sexualidade. A autora se refere à multiplicidade de discursos e formas possíveis de identidades sexuais na contemporaneidade.

É possível afirmar que os vários marcadores da diferença – como gênero, raça, classe, sexualidade etc. – por vezes se entrecruzam e produzem situações em que várias formas de desigualdade dialogam entre si e não estão necessariamente em situação de hierarquia umas em relação às outras.

Tal fenômeno se refere ao que Crenshaw (2004; 2002) chama de “interseccionalidade”. Seguindo a opinião de Piscitelli (2008), é notória a contribuição de Kimberly Crenshaw com a elaboração do referido conceito, que tem por finalidade capturar as conseqüências da interação entre dois ou mais eixos de diferença. Para Crenshaw (2004, p. 10), cuja posição teórica estruturalista e dualista se afasta da adotada no restante deste trabalho, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”.

Significa que, ao sobrepor vários grupos assinalados por elementos de diferença, normalmente aqueles que ficarem no centro, isto é, que carregarem mais marcas, são aqueles que maiores dificuldades enfrentam no que tange a processos de exclusão e desigualdade. É o que ocorre, por exemplo, com uma mulher, negra, pobre, portadora de alguma deficiência

etc.: sempre estará mais sujeita às diversas formas de discriminação. Para Crenshaw (2002, p. 173),

assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (Grifo da autora)

Assim, numa perspectiva interseccional, torna-se possível compreender não apenas como homens e mulheres são afetados diferentemente pelos diversos eixos de diferença, mas primordialmente compreender como as próprias mulheres são atravessadas por essas diferenças.

Como ressalta Butler (2015, p. 21), afinal,

se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (Grifos da autora)

No que se refere às mulheres presidiárias, vê-se um grupo que notadamente carrega inúmeras marcas de diferenciação. A maior parte delas é jovem, de baixa renda, de pouca ou nenhuma escolaridade e não branca, fatores que sugerem necessidade de reflexão sobre a construção dessas diferenças e dos posicionamentos assumidos por estes sujeitos.

Para Crenshaw (2004), as mulheres presidiárias não são incluídas na agenda geral dos grupos de mulheres, permanecendo subincluídas nos grupos maiores. Estas mulheres não costumam estar presentes nas agendas de discussão de nenhum dos grupos aos quais pertencem mesmo parcialmente, apesar de todos os elementos que a constituem.

Significa dizer que mulheres presidiárias enfrentam um problema nitidamente relacionado à questão de gênero, ao fato de ser mulher, além de todas as outras marcas de diferenciação que carregam, e não são vistas dentro das agendas dos grupos dominantes, seja porque não os afetam ou deles não fazem parte.

Assim, é visível que estas mulheres carregam “diferenças que fazem a diferença”, cujos significados precisam ser problematizados, haja vista que suas marcas também devem ser compreendidas como construções que precisam ser histórica e culturalmente situadas, vencendo abordagens essencialistas que as naturalizam.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 O local da pesquisa e o Câmpus Avançado da UEPB

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, que fica localizada no bairro do Serrotão, fora do centro urbano. A penitenciária integra o complexo prisional na cidade, onde também estão situadas a Penitenciária Regional Raimundo Asfora (Serrotão) e a Penitenciária Padrão (Máxima), ambas masculinas.

O presídio feminino é o menor dos três prédios e se localiza por trás da Penitenciária do Serrotão, existindo um portão que divide os dois terrenos. Segundo Silva (2012), o espaço foi aproveitado de uma antiga igreja evangélica construída no presídio masculino, sendo adaptado para receber as mulheres que lá estão.

É interessante destacar que a penitenciária feminina existe como uma espécie de apêndice ao prédio principal, qual seja, o presídio masculino do Serrotão. Para Silva (2012, p. 59), é possível enveredar

por uma leitura de que a identidade da mulher criminosa está sendo construída como um ser complementar ao homem, como alguém que não foi pensada na sua gênese como uma criminosa, mas como alguém que vai sendo construído a partir das sobras de estrutura pensada para o homem.

Nesse contexto, a penitenciária feminina se torna invisível, já que é necessário dar a volta e passar pelas duas outras unidades presentes no complexo para chegar até ela. Além disso, tal presídio não recebe o mesmo número de visitas, bem como de visitas íntimas das penitenciárias masculinas. De fato, nestes dias, são vistas filas enormes de mulheres indo ao encontro de maridos, companheiros, filhos, em comparação às contadas pessoas para as mulheres encarceradas na unidade prisional, o que comprova o que foi dito anteriormente, os homens quando estão presos raramente perdem o contato com o mundo externo (MOREIRA, 2012).

O lugar situa-se numa região um pouco íngreme, o que torna o acesso relativamente difícil, principalmente em épocas chuvosas – período da maior parte das idas para a pesquisa. As atividades cotidianas do local, a exemplo de manutenção, limpeza e cozinha, são

realizadas pelas próprias apenadas, distribuídas entre aquelas de bom comportamento, sendo todas remuneradas – ainda que precariamente – pelo trabalho prestado.

Segundo a direção do presídio, em 31 de agosto de 2015, havia 94 (noventa e quatro) mulheres encarceradas, com destaque para as seguintes informações: destas, 73 (setenta e três) estão na faixa de 18 a 34 anos; 74 (setenta e quatro) são pardas ou negras; 52 (cinquenta e duas) têm apenas o Ensino Fundamental incompleto e apenas 11 (onze) concluíram o Ensino Médio; e a maior parte é nordestina, havendo, todavia mulheres naturais do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Goiás e, ainda, 03 (três) estrangeiras na unidade. Cumpre ressaltar que, das 94 mulheres presentes no local da pesquisa, quase metade foi condenada e/ou responde pelo crime de tráfico de drogas, sendo o delito mais recorrente no presídio.

Aqui, importa dizer que a penitenciária é uma unidade que recebe não só mulheres já sentenciadas, como também aquelas que ainda respondem a processo judicial em Campina Grande e região. Atualmente a Administração do presídio é composta por três diretoras, além de agentes penitenciários homens e mulheres na equipe.

Diferentemente de outras pesquisadoras, como Soares e Ilgenfritz (2002) e Moura (2005), não encontrei problemas para a entrada e permanência no presídio durante a pesquisa. Num primeiro encontro, a diretora solicitou que eu apresentasse toda a proposta de investigação, inclusive como pretendia realizar a aproximação com as participantes e que espaços pretendia utilizar no presídio. Daí me orientou como deveria proceder para obter a autorização institucional necessária para entrada e realização das atividades no presídio enquanto pesquisadora.

A direção, de maneira geral, a todo momento se mostrou aberta aos meus pedidos de informações sobre o funcionamento do lugar, sobre as mulheres lá encarceradas, bem como às solicitações de espaço e tempo com as participantes da pesquisa. Tudo, de fato, correu da melhor forma possível, dentro das regras e restrições previstas para uma unidade de segurança.

Cabe ressaltar que no presídio feminino, existe uma unidade do Câmpus Universitário Avançado “Dom José Maria Pires” (Câmpus Avançado do Serrotão) da Universidade Estadual da Paraíba, onde são desenvolvidas inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, cujo funcionamento foi essencial para o bom desenrolar deste trabalho, como retomarei mais adiante.

O Câmpus Avançado foi um projeto idealizado no reitorado da Prof.^a Marlene Alves Sousa Luna, sendo criado pela Resolução nº 53/2011 do Conselho Universitário (CONSUNI).

Está inserido no presídio masculino do Serrotão e no feminino, tendo por objetivos implementar, junto aos reeducandos e reeducandas, ações educativas na tríade de sustentação do Ensino Superior citada, a fim de auxiliar no processo de ressocialização e contribuindo para a redução do índice de reincidência prisional com a construção de novas perspectivas para o momento da saída das unidades.

Segundo a Prof.^a Aparecida Carneiro, Coordenadora do Câmpus Avançado da UEPB, a construção do lugar contou com inúmeras doações de empresas, bem como com a mão de obra dos próprios apenados, que até os tijolos produziram na unidade, orientados por um projeto de extensão da Universidade.

O projeto iniciou suas atividades em agosto de 2013, quando a UEPB construiu uma estrutura física própria para viabilizar suas ações: na penitenciária feminina, o Câmpus Avançado conta com um salão multiuso, uma sala para atendimento das apenadas, parlatório, núcleo de atenção à saúde bucal e consultório odontológico, salas de aulas, biblioteca, oficinas de costura e artesanato, berçário e brinquedoteca.

Além da execução de suas atividades, a construção do Câmpus da UEPB dentro do presídio garantiu espaços adequados para o desenvolvimento de ações por parte de outras instituições, inclusive para aquelas de atribuição do Governo do Estado, como as consultas médicas e odontológicas.

Além dessas, o Câmpus Avançado cedeu uma de suas salas para as aulas para educação de jovens e adultos ministradas pelo Núcleo de Aceleração do Ensino Supletivo (NACES), vinculado à Secretaria de Educação do Estado, em que funcionam o Ensino Fundamental I e II. As referidas aulas já existiam antes do Câmpus, mas de forma precária, tendo a UEPB oferecido novas e bem melhores condições de trabalho.

Há também parcerias com o Sistema “S” (Sesi, Senai etc.) e com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado para oferta de cursos profissionalizantes, como informática, serigrafia, corte e costura, entre outros, bem como cursos do ProJovem Urbano.

É possível citar, ainda, a construção de uma sala para realização das visitas íntimas, direito assegurado pela Lei de Execuções Penais, de responsabilidade também estatal, demonstrando que, mais do que um lugar para o desenrolar de atividades acadêmicas, a Universidade consolidou uma parceria em busca de desenvolvimento humano e social.

São inúmeros os projetos desenvolvidos nas penitenciárias, todos coordenados e orientados por docentes da Universidade, além de várias pesquisas de pós-graduação, da UEPB e de outras Instituições de Ensino Superior, desenvolvidas nas dependências do

Câmpus. O espaço serve como campo de estágio para estudantes do curso de Direito, no Escritório Modelo de Práticas Jurídicas, bem como para estudantes de Serviço Social, que ministram palestras, oficinas e realizam as chamadas “salas de espera”.

Além disso, o Câmpus Avançado proporciona estágio para estudantes das licenciaturas por meio do Cursinho Preparatório ProEnem, que visa a preparação das reeducandas para fazerem a prova do Enem prisional, de modo semelhante ao que é realizado pela UEPB para a comunidade oriunda da rede pública de Ensino.

Outros projetos são desenvolvidos, de natureza de extensão, como os que descritos a seguir: Leitura que Transforma, cujo objetivo é o desenvolvimento do hábito da leitura nos reeducandos e reeducandas; Cineclube Fênix, que visa a contribuir para o enriquecimento cultural das pessoas que ali estão, enfocando a função pedagógica do cinema e apresentando filmes que contribuam para a valorização pessoal e do outro; O Ensino-aprendizagem da Matemática no Sistema Prisional de Campina Grande-PB, que objetiva a ampliação da aprendizagem dos conteúdos da matemática no cotidiano; Atividade física, saúde e qualidade de vida de mulheres encarceradas, cuja finalidade é proporcionar melhor saúde e qualidade de vida através de programas específicos de atividade física sistematizada; Saúde e Qualidade de vida de Agentes Penitenciários, voltado à melhoria no estilo de vida da equipe que lá atua; Saúde Penitenciária – da universalidade do direito aos limites da operacionalidade, que tem por objetivo ampliar o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, além de fomentar estudos e pesquisas nesse cenário; e o Núcleo de Atenção à Saúde Bucal.

Alguns dos trabalhos acima mencionados deram origem também a projetos de pesquisa, que são desenvolvidos ao lado de vários outros, como o projeto “Determinação do perfil epidemiológico e avaliação da condição de saúde bucal de reeducandas da unidade prisional feminina” e o “Qualidade do sono de mulheres encarceradas”.

Todos esses projetos movimentam o cotidiano na unidade prisional, contribuindo de forma significativa para a vida das mulheres que ali estão. Muitas delas, em várias ocasiões, afirmaram o quanto acham bom participar de todas as atividades possíveis, inclusive para *“distrair a mente e esquecer, pelo menos por um minuto, que estão na prisão”*. Nesse sentido, reclamavam quando não havia atividades do Câmpus.

Sem dúvidas, o Câmpus Avançado da UEPB, em dois anos de funcionamento, tem alcançado resultados dignos de comemoração, representando um ato de pioneirismo e ousadia da Instituição no processo de reeducação e ressocialização de mulheres e homens presidiários.

Com efeito, do pequeno acompanhamento que fiz das atividades nele desenvolvidas e a partir de conversas com os responsáveis pela sua coordenação, observei que todo projeto nele realizado não é um “fazer por fazer”, senão um processo que envolve estudantes, professores, o apoio institucional e todo um conjunto educativo e reflexivo sobre aquele contexto.

O ProEnem é um exemplo da contribuição do projeto. Segundo informações dadas pela Prof.^a Aparecida Carneiro, no ano de 2014 mais de quarenta apenados e apenadas prestaram exames, com dezoito aprovações. Mais do que estarem aptos a ingressarem numa universidade, conseguem concluir o Ensino Médio utilizando a nota do Enem, grau de escolaridade que poucos lá têm. Vale a ressalva de que atualmente ainda é um desafio garantir o acesso ao Ensino Superior para as pessoas privadas de liberdade, seja pela impossibilidade de se garantir logística por parte do Estado, seja pelo pequeno número de apenados e apenadas com Ensino Médio completo.

O Câmpus Avançado tem sido de extrema relevância para o cotidiano das mulheres e homens que cumprem pena no complexo penitenciário em Campina Grande e também para vários docentes e estudantes que, como eu, têm interesse em pesquisar esta realidade. Com efeito, para esta pesquisa em particular, o Câmpus foi fundamental, considerando que as atividades por ele desenvolvidas e o seu espaço físico garantiram que tudo saísse conforme o desejado.

As aulas do ProEnem no presídio feminino foram o caminho que encontrei para me aproximar daquelas mulheres e não parecer uma total estranha quando fosse convidá-las para participar da pesquisa. Durante quase dois meses frequentei semanalmente as atividades no presídio, normalmente nas terças e quintas-feiras, e assisti todas as aulas ministradas, interagindo quando necessário e anotando todas as impressões que tinha no diário de campo. Realizei, portanto, uma observação participante como estratégia de aproximação.

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhem dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto. (SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1955, apud MINAYO, 2004, p. 135)

Concluí que o Câmpus Avançado aparentemente “higienizou” e, porque não, “humanizou” o presídio, uma vez que causa outra impressão quando se entra na unidade prisional atualmente: exceto pelos agentes circulando e pelas apenadas uniformizadas, não parece uma penitenciária da forma como se acostumou a ver no sistema penitenciário

brasileiro. Lendo o trabalho de Silva (2012) e vendo as fotos de sua tese, cuja pesquisa foi realizada no mesmo presídio antes da construção da estrutura da UEPB, me assustei com a discrepância dos nossos olhares, reconhecendo que o que ela viu àquela época é o que é comum e esperado, em realidade.

Com efeito, enquanto ela “se deparou com uma imagem de um grande galpão abandonado que ao final tem um prédio em condições precárias de funcionamento” (SILVA, 2012, p. 58), eu me surpreendi por estar dentro de um ambiente prisional com instalações limpas, amplas, que fugiam ao padrão. Foi, de fato, a primeira impressão que tive. Cumpre destacar, todavia, que esta é a entrada do presídio, sendo responsável realmente pelo impacto de uma boa imagem ao chegar ao lugar. Não é possível dizer o mesmo das celas e do espaço do banho de sol das apenadas, os quais padecem de problemas estruturais, para os quais as apenadas dizem ser prometida reforma pela Administração há bastante tempo, sem que saia do lugar.

Durante os dias em que estive na unidade, observei que as mulheres utilizavam a presença de pessoas que não faziam parte daquela realidade para desabafar sobre as experiências no lugar. Fossem os discentes da UEPB, que ministravam aulas no ProEnem, fossem os pesquisadores que apareciam na unidade, elas estavam lá, contando sobre suas histórias e repetindo alguns pontos principais com frequência: as reclamações sobre a vida na prisão; as regras estabelecidas, pelas presidiárias, para o convívio; e a religião.

As mulheres com quem tive contato, em regra participantes das aulas do ProEnem, reclamavam bastante sobre o cotidiano no presídio. Reclamavam de como sentiam falta de caminhar, de uma “coca cola”... Reclamavam, ainda, das regras institucionais, desde os horários às restrições referentes às visitas etc.

Na observação participante, ainda tive acesso a algumas das regras estabelecidas, por elas mesmas, para garantia do convívio na penitenciária. Citaram a moeda de troca no lugar, o cigarro. Troca-se cigarro por tudo! O cigarro paga os melhores espaços na prisão, serve para pagamento de serviços, a exemplo daquelas que escrevem as cartas das colegas a serem encaminhadas para familiares, entre outras.

Além disso, algumas delas contavam que havia uma hierarquia dentro da prisão, sobre detentas mais respeitadas que outras e, normalmente, as mulheres condenadas pelo tráfico de drogas gozavam de maior prestígio na unidade.

Ademais, um outro ponto que chamou bastante atenção durante o período em que estive lá foi a recorrência à religião. As mulheres falavam o tempo todo de como precisavam reforçar sua fé para suportar o dia a dia na prisão.

Interessante notar que uma das aulas do ProEnem em que as apenas mais participavam era a aula de Língua Espanhola, porque a professora, que era evangélica, trabalhava com distintos materiais religiosos, da leitura da Bíblia às músicas que falavam bastante em Deus. As mulheres cantavam e interpretavam as passagens costumeiramente fazendo referência às suas próprias experiências, repetindo que precisavam “*segurar-se em algo mais forte para tirar a cadeia*”.

2.2 Do método e da técnica de geração de informações

Como dito ao longo deste trabalho, a “verdade” constante no senso comum e nos ainda escassos documentos produzidos sobre o tema sugere que mulheres ingressam no cenário da delinquência envolvidas em relações de poder fabricadas pelo gênero.

Nesse sentido, a escolha da história oral como método para esta pesquisa residiu no desejo de ouvir as narradoras e compreender, a partir de sua vivência nessa realidade, as expressões de sua subjetividade e sua versão para a participação no referido crime.

Da mesma forma que a história oral pode confirmar os dados disponíveis acerca de uma realidade, este método possibilita conhecer “outros olhares” justamente pela aproximação com o sujeito que viveu e sentiu diretamente determinado fenômeno. Segundo Alessandro Portelli (1997a, p. 31), “a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados”, o que permite afirmar que, para além de revelar uma única história oficial, a oralidade permite principalmente ter acesso aos significados atribuídos, pelos narradores, aos fatos vividos.

Esta afirmação não retira a credibilidade da história oral em revelar fatos. Apenas realça que as entrevistas de história oral sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida dos entrevistados (PORTELLI, 1997a). Isso porque este tipo de fonte não fala apenas do acontecimento em si, mas traduz o sentido dado pelos narradores ao que viveram, pois “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997a, p. 31).

Trabalhar com a história oral implica trabalhar com as memórias dos sujeitos, categoria em movimento, complexa, contraditória... Afinal, a memória não pode ser vista

como um armazenamento de dados, estático e sem vida. Ela é construída e moldada em meio às relações estabelecidas, às normas postas pelas instituições, aos interesses e experiências dos indivíduos. É dinâmica e seletiva, permitindo enxergar os sentidos atribuídos à vida e os posicionamentos assumidos pelos entrevistados.

Na perspectiva de Portelli (1997b), a memória é um processo individual, que acontece em meio à dinâmica da vida social, valendo-se de instrumentos socialmente construídos e compartilhados. Assim, embora as memórias possam ser compartilhadas ou guardar semelhanças, nunca são iguais, já que os indivíduos dão sentidos distintos aos fatos vividos.

Ainda segundo Portelli (2014, p. 215), a memória

fixa-se em fragmentos, ou melhor, em unidades de memória que não estão necessariamente conectadas em uma narração, em um relato cronológico ou em uma sequência lógica, contudo se associam, cada vez de uma maneira distinta, buscando uma relação entre eles na criação de um sentido que todos estes fragmentos constroem juntos.

Essa memória dinâmica, fragmentária e, por vezes, contraditória não é um problema para a pesquisa com história oral. Ao contrário, Joutard (2000) afirma serem os limites da memória justamente uma potencialidade do método. Para o autor, a capacidade de esquecer, as “deformações” e “equivocos” da memória são bastante úteis para o pesquisador compreender os significados atribuídos às experiências.

Assim, as fontes orais não são um caminho para obtenção de verdades, ou melhor, o único caminho. O trabalho com a memória permite a construção de versões para os eventos, que não são necessariamente corretas ou erradas, mas apenas expressões das subjetividades construídas pelos narradores no momento da entrevista e que podem e devem ser considerados como fatos da história.

Sobre a relação entre as narrativas orais e as “verdades” constantes nos discursos dominantes de documentos oficiais, Portelli (1997a, p. 32) argumenta que “a diversidade da história oral consiste no fato de que alternativas ‘erradas’ são psicologicamente ‘corretas’ e que essa verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis” (Grifos do autor).

Para Portelli (1997b), a história oral é a arte do indivíduo, todavia, em que pese seu foco no sujeito, o método não desconsidera o contexto que o envolve. O autor ainda acrescenta:

Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, [a história oral] visa

aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. (PORTELLI, 1997b, p. 15, grifo nosso)

A pesquisa guiada por esse método não pretende, portanto, desconsiderar o acúmulo de conhecimento produzido. No entanto, se coloca como alternativa para compreensão do outro lado da história, lado comumente ignorado pelas fontes oficiais – no caso específico desta pesquisa, pela própria Criminologia, a partir de categorias de análise que não obscureçam a existência das mulheres enquanto participantes de crimes.

Sobre esse aspecto, a propósito, o autor italiano salienta a importância das fontes orais para a história das classes não hegemônicas, exatamente porque estas não têm o domínio sobre os registros que produzem as verdades sobre suas vidas. Segundo Portelli (1997b, p. 18),

A bem da verdade, embora realmente entrevistemos pessoas de elite, fomos motivados a iniciar nosso trabalho, e a ele darmos continuidade, porque, em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos – as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros – e, sem exceção, muito especiais –, é igualmente importante e necessária.

Importa mencionar aqui um questionamento que pode surgir à escolha deste método para realização da pesquisa, em face de todas as considerações teóricas e metodológicas tecidas neste texto. Trata-se da questão da identidade na perspectiva da história oral.

Com efeito, o que se lê de muitos autores é a proposta das fontes orais como um instrumento para o fortalecimento de identidades de determinados grupos, fato que poderia sugerir a unidade da identidade, elemento tão questionado ao longo deste trabalho. Todavia, esta não é uma visão única dentro deste campo. Joutard (2000), por exemplo, defende a necessidade de uso da história oral para relativização das identidades, inclusive, considerando que a defesa de uma identidade forte e fechada significa a defesa de sua “integridade” contra tudo que porventura a ameace, o que tem gerado muito mais conflitos e confrontos do que convívio.

O referido autor compreende a identidade como uma construção histórica e cultural, que, assim como a memória, está em movimento constante, devendo se abrir ao diálogo e ao reconhecimento de que as verdades são sempre parciais. Para Joutard (2000, p. 44), “fazer compreender, a uns e outros, que se reconhece a parte da verdade que exprimem, mas que sua verdade não é a verdade global é ajudá-los a abrir suas identidades”.

Assim, a perspectiva aqui trabalhada dialoga com a ideia defendida durante todo o trabalho, de buscar compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres do tráfico de drogas às suas experiências, em que não são pretendidas verdades universais, senão os significados construídos nas narrativas. A subjetividade das entrevistadas fornecerá, portanto, mais uma versão para os eventos vividos, não exatamente a única.

Nesse sentido, decidi trabalhar com a técnica da narrativa da história oral de vida justamente pela possibilidade de conhecer as experiências dessas mulheres e os significados a elas atribuídos no decorrer da sua história, até o ingresso no “mundo do crime”. Essas narrativas caracterizam-se como o

relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, contando livremente sua vida, imprimindo ao relato suas próprias categorias, impondo um ordenamento e selecionando ele mesmo o que quer relatar (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010, p. 45).

As referidas autoras diferenciam as narrativas de história oral de vida do relato oral de vida e, ainda, do depoimento oral. Segundo elas, o relato de vida é um instrumento menos amplo e livre, já que é solicitado que o narrador fale sobre determinadas fases da sua vida. Já o depoimento oral “constitui uma modalidade bastante diversa das anteriores, à medida que se busca, através dele, obter informações e o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar.” (LANG; CAMPOS; DEMARTINI 2010, p. 45).

Já a história oral de vida possibilita adentrar à trajetória das pessoas, compreendendo a dinâmica das relações que estabeleceram ao longo da vida, tudo a partir da ótica e da voz daquele que vivenciou os fatos e eventos. Por isso, na história de vida, o que interessa é o ponto de vista do narrador, a forma que ele interpreta e relata aquilo que importa para si.

Nesse sentido, o pesquisador não se coloca como avaliador da autenticidade do que foi narrado, considerando que a relevância recai sobre os relatos contados por aquele que os viveu. Segundo Glat (1989 apud SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 123), a história de vida “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de ‘dono do saber’ e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida”. (Grifo do autor)

Spindola e Santos (2003) ainda argumentam que a história de vida tem uma função avaliadora, além daquela que descreve os fatos vividos. Significa dizer que o sujeito, no momento em que narra sua trajetória, tem a oportunidade de refletir sobre o que viveu e só a

ele cabe esse julgamento, justificando o que foi dito acima, de que ao pesquisador cabe apenas respeitar as memórias do narrador e sobre elas construir um saber ético e responsável.

As entrevistas realizadas para a pesquisa foram longas – em média, sessenta minutos – e isto é normal ao se trabalhar com esta técnica, considerando que o entrevistador deve permitir que o narrador esteja à vontade para contar o que lhe aprouver. Segundo Spindola e Santos (2003), é importante permitir uma interação mais fluida possível, inclusive para que o próprio narrador passe a conduzir a conversa, afinal ele é o protagonista da pesquisa, é aquele que tem o que contar.

Conforme será demonstrado no item *A negociação das entrevistas*, trabalhar com as narrativas de história de vida mostrou-se a escolha certa. As participantes contaram muito de suas vidas, normalmente selecionando o que gostariam que fosse ouvido, sendo imprescindível total atenção para garantir que os objetivos da pesquisa fossem atingidos.

2.3 A negociação das entrevistas

Como dito acima, o processo de aproximação com as participantes da pesquisa se deu com meu envolvimento nas atividades desenvolvidas pelo Câmpus Avançado do Serrotão, assistindo aulas do ProEnem com elas.

Lembro de um fato que reforçou a sensação de acerto que tive na escolha dessa estratégia de aproximação. No final de uma manhã em que eu estava no presídio, chegaram dois professores com uma turma de cerca de cinquenta estudantes do curso de Direito de uma faculdade particular da cidade para conhecer a unidade prisional. Eles viram todas as instalações do Câmpus Avançado e depois se dividiram em turmas e entraram nos pavilhões. Eu estava de fora, observando cada passo, cada cara de espanto e imaginando como seriam dez, vinte, cinquenta pessoas percorrendo um corredor e olhando atentamente para mulheres enroscadas em grades, cujos nomes ou rostos não interessavam. Não era aquilo que eu queria ou que eu conseguiria fazer.

Incomodava-me o fato de nada deixar... Era estranha a sensação de ir até elas, pedir para saber de algo tão elementar, sua vida, sendo uma completa desconhecida. Assim, tentei a todo tempo garantir certo equilíbrio na minha aproximação. Não gostaria de permanecer distante a ponto de parecer alguém totalmente alheio às vidas e aos anseios daquelas mulheres.

Certamente, assiste razão a Portelli (1997c) quando informa que a pesquisa não pode criar uma igualdade que não existe entre entrevistador e entrevistado. Todavia, segundo o autor, a aproximação dessa ideia de igualdade se torna indispensável para o estabelecimento de uma comunicação adequada. E em outro sentido, porém, não se pode deixar de negar que reside justamente na diferença entre ambos a relevância de se entrevistar e de se procurar conhecer as experiências do outro.

Na pesquisa, eu não queria nem precisaria parecer neutra, afinal concordo com Spink e Menegon (2000) quando dizem que não há que se falar em neutralidade nesta perspectiva teórico-metodológica e que a subjetividade do pesquisador é um recurso a mais nesse processo. Mas também não poderia me envolver a ponto de deixar a posição de pesquisadora, afinal era aquilo que eu era ali.

Quando assisti ao ProEnem pela primeira vez, me apresentei e expliquei que estava ali para realizar uma pesquisa para o mestrado. Expliquei que também era aluna e que assistiria ainda muitas aulas junto a elas e, nesse momento, uma das mulheres respondeu: *“Não se preocupe que aqui a gente **adora (ênfase)** responder!”*. Mas a verdade é que o primeiro contato foi marcado por um estranhamento. As mulheres que assistiam às aulas – não eram muitas, cerca de seis ou sete, no máximo – me olhavam com certa desconfiança.

Essa sensação não durou muito. Na aula seguinte, elas já estavam à vontade, interagindo mais na minha frente e me posicionando, inclusive, como semelhante, já que por vezes me incluíam na aula como se também fosse aluna dali. Durante as explicações dos professores, minha função se resumia às observações e anotações no diário de campo, interagindo com um sorriso, um balançar de cabeça quando cabível... O momento em que eu aproveitava para chegar mais perto e conhecê-las um pouco mais era no “intervalo para o cigarro”, como costumavam chamar, na metade da aula.

Nesses dez a vinte minutos, eu descobria quem era mãe, quantos filhos tinham, ouvia as impressões sobre o dia a dia no presídio, sobre a comida, as visitas, a direção, as colegas de cela... Elas sempre tinham muita história para contar e logo nos primeiros encontros eu concluí que tinha acertado em escolher as narrativas de história de vida como técnica para geração dos dados da pesquisa. Elas eram, de fato, excelentes narradoras!

Raramente, todavia, elas falavam no porquê de estarem ali. Havia uma regra de silêncio sobre o assunto. Quando falavam sobre o crime, cochichavam umas com as outras, me excluindo daquele universo naquele momento. Em uma ocasião, a propósito, um agente

penitenciário tinha me dito que “*as mulheres gostam quando chega alguém de fora para conversar, só não gostam de contar porque entraram aqui*”.

Após um pouco mais de um mês participando das aulas semanais, comecei a realizar os convites para as entrevistas. Quando as abordava, explicava como seria todo o procedimento ético e técnico para realização da entrevista e, ainda, sempre lembrava da minha posição de aluna sem possibilidade de qualquer acesso ou interferência nos processos penais a que respondiam etc. Admitia, inclusive, que poderia parecer uma troca desigual, haja vista que eu pediria para que me contassem sobre suas vidas, oferecendo-lhes apenas minha escuta atenciosa e meu compromisso ético e político de construção de um saber sobre aquela realidade.

Todas aceitaram de imediato. Impressionante como pareciam ter vontade de contar sua história, suas versões, de explicarem-se diante de mim e de quem mais fosse ler aquela narrativa. Com efeito, cada entrevista deixava a impressão de que meus ouvidos eram grande apoio para cada uma, já que todas mostraram mais do que interesse em contar suas vidas, demonstraram, em realidade, uma vontade genuína de desabafar! Utilizaram aquele momento para trazer memórias que, no dia a dia, por vezes, preferiam esquecer.

Histórias de abusos, maus tratos, prostituição, drogas, traições... relatos que não constam necessariamente nas letras oficiais sobre suas vidas, que não estão nos processos que as posicionam como traficantes, como criminosas, mas que foram contados diante da pesquisadora. Da experiência, poderia afirmar que, ao menos escutando atenciosamente cada vida ali contada, consegui ser um pequeno alento para aquelas mulheres que pareciam ter sede de falar e, mais que isso, de se justificar.

As entrevistas foram marcadas por um processo de constante negociação, respeitando os silêncios, os vazios, os desejos de parar... Em várias ocasiões o gravador foi desligado a pedido das narradoras, respeitando-se sempre seu tempo e sua disposição em continuar ou não a “conversa”.

Esta postura se funda no cuidado que Cordeiro *et alli* (2014) sugerem para o não estabelecimento de relações de poder abusivas durante a pesquisa. Segundo os autores, é fundamental criar uma relação de confiança que assegure aos participantes o direito de não revelação ou de revelação velada, de desligamento do gravador, bem como a sensibilidade aos limites apropriados da revelação. Afinal, “de nada adianta ter um belo termo de consentimento informado se nossos(as) participantes sentem-se obrigados(as) a responder a

todas as nossas perguntas, como se estivessem em um inquérito policial!” (CORDEIRO *et alli*, 2014, p. 52).

Esta relação de confiança foi reconhecida em alguns momentos pelas próprias entrevistadas. Margarida⁵, por exemplo, confessou que só se disponibilizou a participar da pesquisa porque gostou da minha abordagem. Segundo ela, já se recusou a conceder outras entrevistas porque não se sentiu à vontade com a conduta de outras pesquisadoras, “*de sequer conhecer e já querer saber da vida*”.

Interessante observar que algumas das entrevistadas pediram para ter seu nome verdadeiro colocado no trabalho, mesmo eu explicando que elas permaneceriam no anonimato, em respeito à ética exigida em pesquisa. Este pedido, por si só, sugeria uma afirmação de seu posicionamento de mulher que transgrediu a lei (e o gênero hegemônico), mas que está respondendo por isso e que não teria problema em assumir aquela posição.

Importa destacar que o processo de obtenção das entrevistas também foi marcado por algumas limitações. A própria inexperiência em se fazer entrevistas representou um desafio, principalmente nos primeiros momentos, que apresentaram maior dificuldade. Após duas ou três entrevistas, algumas estratégias ficaram mais claras e o processo fluiu melhor.

Além disso, a própria carga emocional das histórias contadas representou um enorme obstáculo ao andamento da pesquisa. O peso que eu imaginava que sentiria na primeira visita ao presídio, antes mesmo de reformular meu projeto de pesquisa, foi sentido, em realidade, durante as entrevistas. Histórias marcadas por múltiplas formas de violência, de dores intensas, ao passo que me posicionavam como uma espécie de “confessionário” e até um certo alívio para aquelas que contavam, me proporcionavam um desgaste impactante a cada dia. As reflexões sobre aquelas vidas não se encerravam no término de cada entrevista, já que me acompanharam até o momento de tecer esta dissertação e, certamente, não me abandonarão durante toda a existência.

A ideia inicial seria realizar entrevistas de história de vida até alcançar o ponto de saturação, que se caracteriza pelo momento em que as entrevistas se tornam repetitivas, seja no conteúdo ou na forma pela qual se constroem as narrativas, sugerindo que a continuidade do trabalho não trará nada de novo sobre o objeto de estudo (BERTAUX, 1980, apud ALBERTI, 2005).

Desse modo, não havia se estabelecido uma meta mínima de entrevistas a serem realizadas, porque, além da necessidade de observação dos critérios de saturação, a própria

⁵ Os nomes verdadeiros das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos.

riqueza da história de vida poderia permitir que fosse ouvido um número de mulheres menor do que o proposto a princípio. Afinal, como bem ensina Portelli (1997b, p. 17),

Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. [...] Cada entrevista é importante por ser diferente de todas as outras. (Grifo do autor)

Todavia, no desenrolar da pesquisa, alguns limites foram encontrados, obrigando a readequar o que fora proposto. No total, foram realizadas oito entrevistas e não é possível afirmar que o processo foi encerrado por ter chegado ao critério de saturação. Com efeito, não havia mais como contatar diretamente outras mulheres condenadas ou que respondessem pelo tráfico de drogas porque não participavam de nenhuma das atividades às quais eu tinha acesso.

Assim, das oito entrevistas realizadas, cinco das participantes já haviam recebido sentença condenatória pelo crime de tráfico de drogas, enquanto três delas ainda respondiam a processo. Em que pese a ideia inicial fosse entrevistar apenas aquelas que já tivessem recebido sentença definitiva, inclusive por garantir em tese maior liberdade para falar, a proposta foi flexibilizada diante da vontade das três mulheres acima referidas participarem. Como se ofereceram para ajudar, não pude negar e ampliei os critérios do trabalho.

Das oito participantes, três eram reincidentes, condenadas anteriormente também pelo crime de tráfico de drogas. Além destas, três entrevistadas respondiam por outros crimes, como lesão corporal, roubo e estelionato. Quatro delas eram paraibanas e as demais oriundas de outros estados do país. Ainda, metade das narradoras tinha apenas o Ensino Fundamental incompleto, duas tinham o Ensino Médio e apenas uma o superior incompleto. As penas recebidas variavam de 1 ano e 8 meses até 12 anos de prisão em regime fechado.

Cumprir destacar que três das entrevistadas eram negras e as demais brancas. E isto dito pela observação da pesquisadora, e não pela autodeclaração dessas mulheres. Com efeito, o elemento raça não apareceu nas narrativas da pesquisa. Em nenhum momento elas se identificaram enquanto negras, brancas... nem demonstraram qualquer interesse em levantar discussão a respeito.

Este fato justifica, inclusive, a opção por trabalhar muito mais fortemente com a categoria do gênero nesta dissertação, porque teve uma centralidade incontestável nas narrativas e na construção da identidade das entrevistadas, como se verá na análise das entrevistas.

Além disso, o marcador geracional chamou atenção na pesquisa. Primeiramente, porque metade das entrevistadas estão na faixa etária de jovens, conforme dispõe o §1º do art. 1º do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), isto é, entre 15 e 29 anos. A outra metade das narradoras, por sua vez, não ultrapassou os 35 anos de idade.

Em segundo lugar, algo que se destacou na pesquisa foi observar que as duas entrevistadas mais novas, justamente as que tinham 19 anos de idade, pareciam as mais “vida louca”, como elas costumavam falar no presídio. Como se verá no Capítulo III, Dália foi a única narradora que admitiu entrar no crime devido à vontade de sentir adrenalina. Além disso, é a única que admite não ter sido uma mãe responsável – segundo ela, era da “banda voou”.

Na história de vida de Verônica, por sua vez, que também tinha 19 anos à época da entrevista, o crime assume certa centralidade. Sua narrativa girou quase sempre em torno do tráfico, de como ela, de um lado, não enxergava alternativa além desse mundo; e de outro, de como sentia prazer no que fazia.

A ambivalência nos sentimentos de Verônica, que sente saudade e arrependimento em relação ao crime, marca toda sua narrativa. E em diversos momentos ela diz sentir orgulho do mundo do qual fazia parte, por ser uma das “mais consideradas” no presídio e no tráfico, como também será visto no Capítulo III.

2.4 Codificação e análise das entrevistas

Para fins de análise dos dados, utilizou-se o método proposto por Spink (2010), cujo foco nas práticas discursivas propõe compreender as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas.

A autora trabalha numa perspectiva construcionista, que metodologicamente tem uma “postura desreificante, desnaturalizante, desessencializadora que radicaliza ao máximo a natureza social do nosso mundo vivido e a historicidade de nossas práticas” (SPINK, 2010, p. 11). Spink não se alinha a uma teoria específica. Ao contrário, parte da leitura de várias vertentes que dialogam nesse sentido, inclusive sobre a desconstrução do sujeito e da identidade de Judith Butler (SPINK *et alli*, 2014), ressaltando a própria diversidade de abordagens construcionistas, porém destaca que todas as correntes neste campo têm como

elemento comum servir como um convite ao questionamento do que está instituído, desconfiando da natureza pré-discursiva de qualquer objeto social.

Assim, situa a linguagem como prática social que não apenas produz sentido e explica a realidade, mas que constitui as relações em sociedade. Ainda, o sentido é produzido num determinado contexto, no tempo e no espaço, havendo um diálogo permanente entre sentidos produzidos ontem e hoje, bem como permanências e rupturas que constituem e orientam as práticas discursivas dos sujeitos.

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (SPINK; ARAGAKY; PIANI, 2014, p. 34)

Na perspectiva de Spink, para apreensão dos sentidos, torna-se necessário trabalhar com uma interface entre os aspectos performáticos da linguagem e as condições de sua produção, significando que, por mais que a análise das práticas discursivas se dê num plano micro, se faz fundamental situar esse processo no contexto em que se insere. Parte-se do pressuposto de que as pessoas podem se expressar de formas variadas, de acordo com o local onde estão, com quem estejam falando etc (SPINK, 2010).

Para a referida autora, o trabalho com práticas discursivas permite certa aproximação com a fluidez dos sentidos, já que, nesta perspectiva, não se busca aspectos estruturais dos conteúdos, senão compreender a forma pelas quais as pessoas se posicionam e produzem sentido nas relações cotidianas. A propósito, Spink (2010) faz uma diferenciação entre práticas discursivas e discursos, sendo estes o uso institucionalizado da linguagem, normalmente relacionados a determinados campos do saber.

Segundo a autora, as práticas discursivas são constituídas pela dinâmica (enunciados orientados por vozes), pelos *speech genres* (formas) e pelos repertórios linguísticos. Baseia-se na perspectiva de Bakhtin para conceituar os enunciados, compreendendo-os como a unidade básica de comunicação: “o enunciado vai da pergunta de alguém até a finalização da fala de outra pessoa. É um elo na cadeia de comunicação” (SPINK, 2010, p. 29). Nesse sentido, Spink (2010) ressalta a importância do enunciado para compreensão das práticas discursivas, pois permite contextualizar o sentido num processo de conversação e de interanimação dialógica.

Pelo processo de interanimação dialógica, tem-se que qualquer enunciado é colocado em diálogo e, nesse sentido, pressupõe a existência de interlocutores variados, cujas vozes

cruzam as práticas discursivas. As vozes caminham junto aos enunciados, compreendendo os interlocutores presentes ou presentificados nos diálogos. Por vezes, vozes que não estão participando fisicamente do diálogo são trazidas à cena e se mostram presentes na produção dos sentidos daquele que fala. Para Spink e Medrado (2000, p. 46), “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes”.

Segundo Spink (2010), para compreensão da dialogia, é preciso compreender não somente o que a pessoa falou, mas ainda o que precedeu esta fala, considerando que é nesse contexto de trocas que se visualiza a produção de sentidos. Aqui, não se trata apenas de um diálogo entre os interlocutores, mas também um diálogo entre os discursos que constituem as práticas discursivas.

O enunciado se caracteriza, ainda, pela existência das fronteiras, do endereçamento e dos *speech genres* (“gêneros da fala”). A fronteira está relacionada à mudança de locutor, por meio do conceito de “finalização”, que ocorre quando “o conteúdo discursivo tem o potencial de evocar uma reação de resposta” (SPINK, 2010, p. 29). Por sua vez, por endereçamento entende-se que todo enunciado é uma resposta a um enunciado anterior. Por fim, os *speech genres* relacionam-se à competência que se adquire no processo de socialização, sendo as formas mais ou menos fixas de falas que asseguram a comunicação.

Segundo Spink (2010), os “gêneros da fala” são atravessados de expressividade, representando formas típicas de enunciados utilizados tanto nas relações cotidianas quanto nas práticas profissionais. Denotam as formas de socialização construídas culturalmente.

Por fim, os últimos elementos que constituem as práticas discursivas, os quais traduzem seu conteúdo propriamente dito são os repertórios linguísticos. Segundo Spink (2010, p. 32),

os repertórios linguísticos são os termos, os conceitos, os lugares-comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos. Esses repertórios circulam na sociedade de formas variadas. Aprendemos repertórios no próprio processo de aprendizagem da linguagem, por meio de livros que lemos, dos filmes que assistimos e daí por diante.

Assim, tem-se que, aliados aos enunciados e aos gêneros da fala, os repertórios linguísticos colaboram para a produção de sentidos a respeito de um determinado tema, servindo, ainda, à identificação de como os sujeitos se posicionam e posicionam os seus interlocutores dentro das práticas discursivas.

Posicionar-se implica navegar pelas múltiplas narrativas com que entramos em contato e que se articulam nas práticas discursivas. O posicionamento, como é por nós utilizado, é o processo discursivo no qual os *se/ves* são situados nas conversações como participantes observáveis e subjetivamente

coerentes em termos das linhas de história conjuntamente produzidas. Ou seja, o *self* sempre se situa numa linha de história que é produzida em determinados contextos. (SPINK, 2010, p. 36-37. Grifos da autora).

Conforme asseveram Spink, Aragaky e Piani (2014), dentre outras finalidades, os repertórios podem ser utilizados para identificar as maneiras de falar sobre um tema e as tradições discursivas que lhe originaram; para entender como os repertórios contribuem para a construção de fatos e de versões para a realidade; e, ainda, para compreender os posicionamentos e as relações de poder, bem como as controvérsias presentes num determinado campo.

Conceituados como uma construção histórica e cultural, os repertórios são vistos como entidades teóricas fluidas, que se associam de uma determinada forma em um contexto e de outra maneira em outro, passíveis, portanto, de ressignificação, de acordo com a própria dinâmica da vida social. Os repertórios linguísticos permitem a visualização de rupturas e permanências nos sentidos construídos acerca de um determinado objeto e, ainda, a compreensão do próprio processo de produção das práticas discursivas.

Em busca dos sentidos produzidos pelos participantes da pesquisa, Spink e Lima (2000) afirmam que é preciso iniciar a análise de dados com verdadeira imersão no material colhido na pesquisa, permitindo aflorar o processo interpretativo sem quaisquer categorias ou tematizações definidas antecipadamente. As categorias de análise devem surgir do confronto entre os sentidos construídos no processo de pesquisa e aqueles existentes previamente, a partir do contato com o estado da arte e as teorias de base.

Spink (2014; 2010) trabalha com os mapas dialógicos como técnica de análise de dados, cuja finalidade é compreender a prática discursiva e a produção dos sentidos a partir da sistematização e contextualização do conteúdo obtido.

Cumprе salientar que Mary Jane Spink avançou no que se refere à conceituação e à operacionalização de suas ferramentas de análise, adequando-as à nova perspectiva teórica com a qual trabalha (SPINK, 2010). Anteriormente denominados de mapas de associação de ideias, estavam diretamente relacionados à teoria das representações sociais. Atualmente, todavia, trabalhando numa perspectiva construcionista, que considera a linguagem como prática em movimento que constrói as relações sociais e, ainda, a importância da interanimação dialógica na produção das práticas discursivas, a autora não descartou as referidas técnicas, porque são importantes instrumentos para tal finalidade, mas trouxe alterações compatíveis com sua nova abordagem.

Segundo Spink (2010, p. 38),

os mapas são instrumentos de visualização do processo de interanimação que possibilitam, entre outras coisas, mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a existência de múltiplas modalidades de diálogos.

Assim, os mapas permitem enxergar o processo de produção das práticas discursivas em sua dialogia e, a partir dos modos como as pessoas falam, dos repertórios que usam e das vozes com as quais dialogam, compreender o posicionamento dos entrevistados diante de um determinado assunto.

Em termos visuais, o mapa dialógico é uma tabela com linhas e colunas definidas tematicamente, de acordo com as categorias surgidas nas práticas discursivas dos entrevistados. Os repertórios são organizados nessas categorias, garantindo a sequência das falas e tornando a análise plenamente contextualizada e sem fragmentação. Sobre este aspecto, Spink e Lima (2000, p. 107) esclarecem que

embora iniciando com categorias teóricas, que refletem os objetivos da pesquisa, o próprio processo de análise pode levar à redefinição das categorias, gerando uma aproximação paulatina com os sentidos vistos como atividade-fim.

Ainda sobre o assunto, Nascimento *et alli* (2014) explicam que os mapas são organizados de acordo com os objetivos do estudo em questão, o(s) tema(s) identificados e, ainda, o que é necessário ou o que se quer dar visibilidade na análise.

Para análise do material colhido nesta pesquisa, foram elaborados os mapas dialógicos, após uma criteriosa apropriação de todo processo dialógico, obtida através de inúmeras leituras das transcrições realizadas. Para confecção dos mapas, foi necessária uma imensa dedicação sobre as narrativas transcritas, a fim de sistematizar as categorias comuns.

Tal sistematização constituiu um segundo passo no processo de análise, servindo para identificar os repertórios utilizados. Por sua vez, a identificação das categorias se apresentou como a terceira etapa nesse processo, considerando que, após o esforço de uma leitura criteriosa de cada entrevista e de uma sistematização adequada, foi possível visualizar categorias comuns a todas as narrativas e que respondiam às problematizações e aos objetivos da pesquisa.

Realizadas estas fases, quando da construção dos mapas, foram preenchidos com as categorias analíticas identificadas, as falas destacadas da leitura da transcrição integral das entrevistas, tentando garantir visibilidade aos repertórios linguísticos que correspondiam às

finalidades da pesquisa e, ainda, ao próprio processo dialógico em que se inseriam as práticas discursivas.

Além da sua finalidade em si, os mapas dialógicos propostos por Spink (2014; 2010) se mostraram ferramentas importantes porque deram visibilidade ao passo a passo no processo de interpretação da produção de sentidos, demonstrando preocupação em se assegurar o rigor metodológico pressuposto para toda e qualquer pesquisa científica. Afinal, “possibilita ao/à leitor/a identificar os passos de análise e compreender as interpretações do/a pesquisador/a, uma vez que a produção de conhecimento é sempre contextual e situada no tempo” (NASCIMENTO *et alli*, 2014, p. 270).

Os mapas são importantes, inclusive, para assegurar a reflexividade, compreendida como a capacidade da pesquisadora refletir sobre suas experiências e sua atuação durante a pesquisa, considerando que não age mecanicamente na produção de conhecimento. Afinal, segundo Spink e Menegon (2000, p. 88), “a reflexividade refere-se à espiral da interpretação e aos efeitos da presença do pesquisador no resultado da pesquisa”, uma vez que não se fala em neutralidade numa perspectiva construcionista e que a subjetividade do pesquisador passa a ser um recurso a mais nesse processo.

2.5 Aspectos éticos

A presente pesquisa foi desenvolvida com todos os cuidados éticos, cumprindo todas as exigências formais, bem como garantindo a não discriminação na seleção das participantes e a não exposição destas a riscos desnecessários.

Sem desconsiderar a necessidade de obediência à chamada ética prescritiva, respeitando códigos e normas exigidos para a realização de uma pesquisa, este trabalho procurou trabalhar também com o que Spink (2014; 2000) denomina de ética dialógica, que permeia a produção de conhecimento numa perspectiva construcionista, buscando garantir “a visibilidade dos procedimentos de coleta e de análise de dados como condição *sine qua non* de rigor” (SPINK, 2000, p. 19).

Para a autora, a ética dialógica é fundada em três cuidados fundamentais, a saber: consentimento informado, livre e esclarecido; proteção ao anonimato e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e pesquisado.

Em primeiro lugar, por consentimento informado tem-se o início da colaboração para realização da pesquisa. É o espaço em que são apresentados e discutidos objetivos e

procedimentos, assegurando transparência e responsabilidade no que se refere às informações necessárias ao entrevistado. É aqui que é negociada inicialmente a parceria entre pesquisador e pesquisado.

Este critério foi totalmente respeitado durante a geração dos dados. A cada início de entrevista, todo o procedimento era explicado, apresentados os documentos que necessitavam da assinatura das participantes e, ainda, dita a possibilidade de desistirem da entrevista a qualquer tempo.

No que se refere ao anonimato, a pesquisa garantiu total discrição sobre quaisquer elementos que pudessem identificar as participantes, de modo a assegurar-lhes máxima proteção e nenhum prejuízo. Esta garantia foi reforçada em todo momento de geração dos dados, mesmo quando algumas das entrevistadas repetiam que gostariam de ter seu nome verdadeiro aparecendo no trabalho. As entrevistadas tiveram seus nomes substituídos por nomes de flores, sendo identificadas, portanto, por pseudônimos.

Ademais, o resguardo do uso abusivo da relação de poder entre os sujeitos da pesquisa implica reconhecer que pesquisador e pesquisado não ocupam necessariamente o mesmo espaço de poder quando da realização de uma pesquisa, considerando que o pesquisador aparece como espécie de “autoridade” no campo, porém busca assegurar que todos os esforços serão envidados no sentido de estabelecer uma relação de confiança entre ambos, visando ao bom desenvolvimento do trabalho. E foi assim que aconteceu.

Como já dito, todo o processo das entrevistas foi realizado em meio a uma constante negociação, em que foram respeitadas todas as necessidades das entrevistadas. Antes de cada entrevista, era reforçada a liberdade que elas tinham para parar a hora que julgassem necessário, adotando uma postura sempre respeitosa e sensível aos limites impostos pelas participantes.

Todo o procedimento foi submetido à análise do Comitê de Ética da UEPB, em conformidade com a Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos. Além disso, as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e o Termo de Autorização para Gravação de Voz (Apêndice B), conforme exigido.

CAPÍTULO III

HISTÓRIAS QUE ELAS CONTARAM: VÍTIMAS OU PROTAGONISTAS?

Neste capítulo, procurei responder o objetivo específico sobre o posicionamento de mulheres diante do crime: se se posicionam como vítimas dos parceiros e/ou se admitem protagonismo no tráfico. Aqui analiso os fragmentos das narrativas que mencionam diretamente a participação no crime, bem como a presença dos companheiros/maridos/namorados nos relatos.

Ademais, ainda neste momento, analiso outras motivações narradas pelas entrevistadas, as quais pareciam buscar justificar, a todo instante, o porquê do envolvimento com a atividade criminosa.

Importa destacar que as narrativas desta pesquisa são circunstanciais, do que se infere que as narradoras se posicionaram para o momento da entrevista certamente a fim de produzir determinados efeitos de sentido sobre seu lugar, sobre sua vida (SPINK, 2010).

Considerando que todas estão dentro de uma penitenciária, algumas ainda esperando sentença condenatória, não é de se estranhar que tenham buscado, na maior parte do tempo, um tom de justificativa ao falar do envolvimento com o tráfico. Nenhuma delas alegou total inocência, porém por vezes buscaram diminuir sua responsabilidade no crime a partir de diversas estratégias, como será visto nos próximos itens.

Ainda sobre as estratégias usadas, cabe destaque ao uso recorrente do discurso direto pelas entrevistadas, o qual pode significar a necessidade de legitimar aquilo que afirmaram (SOUZA, 1998). Isto é, ao posicionarem outras pessoas confirmando suas histórias dentro do processo dialógico, as narradoras certamente buscaram atribuir maior veracidade às suas versões, já que o lugar de onde falam normalmente não lhes oferece credibilidade social.

Esta afirmação não visa a diminuir a validade do que foi contado pelas entrevistadas, inclusive porque a finalidade da história oral é valorizar a subjetividade e os sentidos construídos pelas memórias dos narradores. Ao contrário, a ressalva serve para enaltecer a importância de se considerar estes posicionamentos no processo de análise.

Com efeito, as estratégias usadas pelas narradoras para o posicionamento interativo (DAVIES; HARRÉ, 1990, apud SPINK, 2010), isto é, aquele que posiciona o outro, podem sugerir que a eleição de um culpado neste caso tenha uma intenção, a exemplo da possibilidade de diminuir a reprovabilidade – moral e jurídica, talvez – da sua ação. Segundo Spink (2010, p. 37),

o posicionamento é necessariamente intencional. Então, na dinâmica da interação, podemos até nos posicionar conscientemente de alguma forma específica, mas no fluxo da interação o interlocutor pode nos posicionar de forma tal que exija uma reorientação (ou reiteração) da posição inicial.

3.1 Participação no crime

Vários foram os sentidos atribuídos à participação das mulheres entrevistadas no tráfico. Em diversos momentos, admitiram que participaram da atividade, todavia normalmente situaram fatores externos à sua vontade como principais determinantes de seus posicionamentos.

BEGÔNIA, 32 anos: Entrei no mundo do crime por causa do meu marido, que se envolveu com coisa errada. Aí eu entrei junto com ele, até hoje já tentei sair... passei mais de ano afastada, quando foi o ano passado caí na fraqueza e tornei a fazer, e tô aqui nesse lugar.

*ACÁCIA, 33 anos: E assim, eu tive medo, nem queria me envolver logo... meu marido foi preso, passou dois anos preso, entrou no Albergue e... começou a usar droga. **usava muita maconha... (ênfase)** Eu até brincava: “Mistura com feijão!”, de tanto fumar, né? E eu tinha medo... como eu via que ele tava se aprofundando a cada dia e a forma que eu achei, assim... pra ajudá-lo... era vender e (ininteligível) morrer... Aí foi ajudando ele que eu terminei aqui (emoção/chorando)...*

*ROSA, 35 anos: Não é porque eu queira ser santa, mas eu quero te dizer que aceitar eu nunca aceitei, mas eu convivía com aquilo porque **eu não conseguia me ver sem ele (ênfase)**, entendeu? Até chegar ao ponto de dizer assim: “Se você não quiser continuar comigo sabendo quem eu sou e aceitando e me dando a mão em tudo que eu sou, então a gente vai se separar”. E aí eu me desesperei, entendeu?*

GARDÊNIA, 27 anos: Aí então eu arrumei esse namorado e ele me viciou na droga. Na maconha, primeiro (...) Aí eu fui entrando nas drogas, aí ele começou a fumar crack, aí me colocou no crack. Aí eu fumei durante doze anos crack. Aí foi durante... eu ter entrado no tráfico, foi o vício. (...) Tudo por causa desse homem, que me botou nas drogas! Tudo eu culpo ele.

Normalmente, todas as falas convergiam no sentido de apontar a culpa de um homem como resposta imediata quando se falava nas drogas, ainda que no decorrer da entrevista elas trouxessem contradições às suas posições de mulheres do crime, inclusive apontando outras motivações, desejos etc. A culpa masculina, apesar de recorrente, não se fundava sempre nos mesmos elementos, afinal, como se vê, vício, amor, fraqueza, lealdade são algumas das razões trazidas por elas para seu ingresso no tráfico.

Nas narrativas de Begônia e de Acácia, é notória a existência de certa hesitação ao falar do envolvimento com o crime, demonstrada pelo ritmo pausado que dão à conversa. Aparentemente demonstram uma dificuldade em reconstruir suas memórias sobre esse assunto.

Begônia explica que já tentou sair do “mundo do crime”, mas foi fraca e voltou a traficar, seguindo o marido que se envolveu com “coisa errada”. Constrói a ideia de que, apesar de considerar o marido culpado por seu ingresso no tráfico, teria alternativa, poderia ter sido mais forte e evitado o retorno a essa atividade.

No trecho de Acácia, a narradora enfatiza o medo que sentia de se envolver com o tráfico, mas que o fez no intuito de ajudar seu marido, que estava se “afundando” nas drogas. Chora ao falar da prisão e, aqui, um destaque se faz necessário: quando da realização da entrevista, a narradora tinha recebido a sentença condenatória há poucos dias, com pena de oito anos de privação de liberdade; talvez esse fato tenha contribuído para seu estado de ânimo.

No que diz respeito à Rosa, nota-se a ênfase na intensidade do sentimento que nutria pelo companheiro e a transmissão da ideia de que seria capaz de tudo para continuar com a relação, inclusive de se envolver com o tráfico de drogas: “*Não conseguia se ver sem ele*”. A entrevistada recorre à voz do companheiro, citando-o para justificar sua decisão de entrar no crime, já que ele lhe oferece uma espécie de ultimato: ou ela se envolveria no tráfico ou eles terminariam a relação. Importa destacar que, durante todo o tempo, a narradora utiliza o vício de linguagem “entendeu/entende?” no fim dos argumentos que traz. Considerando sua postura e relatos ao longo de toda a entrevista, o uso desta expressão sugere que busca senão a aprovação, ao menos a compreensão da entrevistadora para com a realidade que viveu.

A entrevistada Gardênia, que se posiciona sempre como alguém que vendia para poder comprar droga, pois era usuária, salienta que se não fosse um namorado traficante, jamais teria se envolvido com o tráfico. Nota-se que ela reforça essa ideia quando afirma e repete que “*tudo é culpa dele*”. Em outras passagens, a narradora se posiciona como alguém que não teria razões para ingressar no crime, considerando que morava em “bairro nobre” e que não convivia com qualquer tipo de vício em casa:

GARDÊNIA, 27 anos: Morei em vários cantos, só em favela aqui. Mas minha mãe mora num bairro nobre, no bairro do [diz o nome de um bairro da cidade] aqui, próximo ao [diz o nome de um grande hospital na cidade].

(...)

Eu nunca vi droga dentro de casa, nunca vi bebida, esses negócios, nada... De bebedeira... Meu pai não bebe, minha mãe não usa droga, eu não tinha

ninguém errado. É tanto que minha irmã é casada com um delegado. Pra senhora ver... Meu erro foi ter entrado no vício da droga...

Algumas vezes as entrevistadas recorreram a outras vozes para posicionar um homem, geralmente seu companheiro ou marido, como aquele que incitou suas ações “erradas”. É como se, sozinhas, não tivessem sido capazes de enxergar que existia um “culpado” por aquela realidade, corroborando a premissa de Spink e Medrado (2000, p. 46), para quem “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes”.

VIOLETA, 25 anos: E agora que eu vim perceber o que meu pai disse, que eu só tô nesse lugar pela pessoa que eu conheci, que eu tenho que mudar de vida.

DÁLIA, 19 anos: “Tu ainda não foi presa?”, eu disse: “Mainha [avó], tu tá me desejando mal?”, Ela disse: “Não, nem tô lhe desejando mal nem tô jogando (ininteligível) pra você... simplesmente é o que vai acontecer, porque você tá com uma pessoa errada... então o que tem de acontecer é isso. Porque se ele for preso e você estiver com ele na hora, você vai também... Deixe esse... é melhor você ficar por aqui mesmo, deixe esse homem...”. Eu não escutei ela, no outro dia eu fui presa...

Em ambas as falas, nota-se o desejo de posicionar o homem como culpado pelo envolvimento com o tráfico e, para tanto, há o uso da voz de outras pessoas significativas corroborando esta ideia. A ideia de trazer os trechos da avó e do pai se apresenta como reforço às posições que predominam no discurso dessas mulheres, de que foram influenciadas, de que são vítimas dos maridos, companheiros, namorados...

Segundo Souza (1998), os narradores recorrem a outras vozes no intuito de fortalecer as visões apresentadas, garantindo plausibilidade à sua história. A autora explica que esta forma de construir narrativa pode ser vista como estratégia na elaboração de uma versão coerente de si e de uma trajetória que expressa a existência de diálogo com outras pessoas e outros discursos.

Para que uma interpretação seja subjetivamente dotada de sentido, deve ser afirmada como 'real' por outros membros do grupo social. É a colaboração de outros tidos como significativos e a confiança na continuidade desta colaboração que garantem a sustentação de uma versão dos fatos e da autoimagem dos indivíduos. (SOUZA, 1998, p. 166, grifo da autora)

Esta explicação torna-se ainda mais pertinente considerando que a posição identitária de presidiária é socialmente marcada pelo descrédito, como já referido. Ao falarem de dentro de um presídio, cercadas de todos os estereótipos que aquele lugar proporciona, é possível que as narradoras tenham sentido necessidade de confirmar aquilo que contavam sobre si e, por isso, em tantos momentos fizeram uso dos discursos de outrem.

A narrativa de Dália, acima mostrada, não é a única nesse sentido. Em realidade, as entrevistadas recorrem constantemente ao discurso direto, certamente com a intenção de legitimar a posição que assumem em cada momento da entrevista – neste caso específico, de vítimas de seus companheiros.

Embora a relação conjugal e/ou as uniões estáveis sejam colocadas como referências imediatas para o ingresso no tráfico – afinal, são as primeiras respostas quando se pergunta sobre o assunto –, no decorrer da narrativa, outras vozes tensionam e provocam outros posicionamentos, tanto das entrevistadas quanto de terceiros. Normalmente, essas vozes também são de homens que, segundo essas mulheres, contribuíram para sua presença no “mundo do crime”.

A entrevistada Margarida atribui a sua participação no crime ao relacionamento difícil que teve com o pai.

MARGARIDA, 33 anos: ...uma parte do meu sofrimento foi a maioria ele porque assim... tudo que eu tentava ele tirava de mim. Com ele era rígido demais. (...) Ele não era aquele pai (ininteligível): “Filha, sente aqui, filha tá errado, não faça isso. A próxima vez que você fizer, você...”. Não, o negócio dele era logo espancar! (...) Entre, assim, os dois sofrimentos... eu sofri mais com meu pai do que com meu marido. Porque assim, meu pai me tirou tudo que eu tinha na minha vida, assim... nada, ele não me deu oportunidade, como eu já disse a senhora.

(...)

Assim, até hoje eu não tive sorte de nada na minha vida (emoção – voz trêmula). De nada. Todo sonho que eu tinha ele destruiu... Num me deu oportunidade de nada na minha vida. Nada. Nem de palavra, nem de me ajudar em nada.

Em diversos momentos, a narradora se coloca como vítima de um pai violento e controlador, que não permitiu que ela fizesse suas próprias escolhas na vida, restando, então, um relacionamento amoroso que, segundo ela, veio junto com o tráfico de drogas e com duas condenações criminais, as quais já lhe rendem mais de seis anos de cumprimento de sentença privativa de liberdade.

Em outras passagens da entrevista, a narradora atribui a culpa pela entrada no tráfico ao marido, que era envolvido com o crime, porém a todo momento ela posiciona o pai como aquele que retirou dela toda e qualquer oportunidade na vida. A ênfase que a entrevistada dá a este aspecto é marcada pelo uso de vários elementos de negação e de exclusão e a emoção sentida quando afirma que “até hoje eu não tive sorte de nada na minha vida (emoção – voz trêmula). De nada. Todo sonho que eu tinha ele destruiu... Num me deu oportunidade de nada na minha vida. Nada. Nem de palavra, nem de me ajudar em nada”, produz o sentido de um

pai que a fez sofrer muito durante toda a vida, sendo que tudo – inclusive a entrada no tráfico – poderia ter sido diferente se ele tivesse sido uma pessoa compreensiva, que dialogasse etc.

MARGARIDA, 33 anos: Assim, eu pedi apoio a mãe... aí eu sempre dizia assim: “Mãe, por que a senhora não me deixou sair mais cedo, mãe? A senhora não via que ele não era um homem assim... não era um marido bom e não era um pai bom...”. “Minha filha, eu não tinha como ficar com seis filhas fêmeas...” Tinha cinco filhas fêmeas e um hom... um menino, meu irmão era pequeno, tudinho era pequeno, não tinha como ficar... (...) Minha mãe não podia fazer nada, ela ia fazer o quê? Ele não dava nela, mas ela tinha medo dele, que ele era muito bruto.

Apesar de também identificar o marido como responsável pelo ingresso no crime em outras passagens da narrativa, a entrevistada despende muito maior tempo para contar a relação com o pai na sua história de vida.

No diálogo, ela apresenta a súplica que repetia à mãe, para que se libertasse do marido e, dessa forma, possibilitasse à narradora a busca de outros caminhos para sua vida, quando afirma: “*Aí eu sempre dizia assim: ‘Mãe, por que a senhora não me deixou sair mais cedo, mãe? A senhora não via que ele não era um homem assim... não era um marido bom e não era um pai bom...’*”.

Porém, a narradora imediatamente justifica a impotência da genitora, recorrendo ao discurso da mãe, que dizia: “*Minha filha, eu não tinha como ficar com seis filhas fêmeas...*”. Segundo a narradora, ancorada na voz de sua mãe, a existência dos filhos e a brutalidade do pai não permitiram o rompimento.

Mais uma vez observa-se o recurso do discurso direto nas narrativas, o qual produz o efeito de legitimar aquilo que as narradoras estão relatando. Como já ressaltado, segundo Souza (1998, p. 166), “a versão adquire maior grau de ‘veracidade’ para si e para os outros quando corroborada por outros que lhe são significativos” (grifo da autora), como a mãe da narradora, neste caso.

Observa-se também que a história de Margarida corrobora a tese de Soares e Ilgenfritz (2002), para quem as relações de mulheres com o crime estão permeadas por situações de violência, considerando que a maior parte dessas mulheres tem um histórico de maus-tratos na família em várias fases da vida. O pai da entrevistada não maltratava ela somente, mas sua mãe, seus irmãos...

Quando Margarida pergunta “*Minha mãe não podia fazer nada, ela ia fazer o quê?*”, é possível compreender que o questionamento trazido pela entrevistada tenha natureza meramente retórica, haja vista que a narradora não busca uma resposta da entrevistadora ou de quem quer que seja. Com efeito, ela mesma responde, dizendo que “*Ele não dava nela, mas*

ela tinha medo dele, que ele era muito bruto.”, sugerindo que aquele que conheça sua história reflita sobre a ausência de alternativas não somente da mãe, mas da própria Margarida diante da posição autoritária do pai.

A todo instante Margarida posiciona a mãe como uma mulher que não tinha como enfrentar o marido em virtude do medo e das dificuldades financeiras, já que dependia dele para tudo, como se vê da seguinte passagem: *“E mãe, tipo assim... tinha muito filho... tinha que relevar, né? Tinha medo de deixar ele e ficar com a gente tudo pequeno em casa...”*.

Já no que se refere às suas irmãs, embora tenham vivido sob o mesmo teto e enfrentado a mesma brutalidade paterna que Margarida, tiveram um diferencial que anos mais tarde as fariam “independentes”, nas palavras da narradora.

MARGARIDA, 33 anos: Mas a minha mãe ela é muito sofrida, ela tem que ter um descanso. Porque assim, independente... minhas irmãs, elas tiveram oportunidade que eu não tive. Elas tiveram oportunidade de trabalhar, a minha mãe deixou, já depois que aconteceu tudo isso daí, assim, de eu ter engravidado, aí ela teve que soltar, ela foi obrigada. Meu pai foi obrigado.

Quando Margarida traz a história de vida da mãe à narrativa, é como se tratasse da sua própria, de uma mulher que precisa estar ao lado do marido, suportando as dificuldades e driblando os problemas para manter o casamento e o sustento da família, como se vê do fragmento abaixo:

*MARGARIDA, 33 anos: A família dele [marido] me culpava, dizia que a culpada era eu. “Sim, [diz o nome da sogra]... mas me diz uma coisa, como é que eu sou culpada? Se eu já conheci teu filho... eu conheci teu filho praticamente na vida errada... (...) “Não, mas você dá apoio...”. Eu digo: “Dá apoio a quê? Ele é **meu marido (ênfase)**, eu tenho que tá com ele em todos os momentos.*

A entrevistada dialoga com a sogra, que a culpa pelo envolvimento do marido com o tráfico. Em face do argumento da sogra, de que ela apoiava o marido e, por isso, ele permanecia no crime, a narradora se posiciona como alguém que precisava fazê-lo simplesmente pelo vínculo que os une.

Da ênfase dada pela narradora ao apoio que precisa oferecer ao marido, quando diz *“Ele é **meu marido (ênfase)**, eu tenho que tá com ele em todos os momentos”*, observa-se a permanência de Margarida no terreno linear da heteronormatividade, repetindo atos construídos para o sujeito nomeado “mulher”, neste caso, apoiando o marido em todas as horas. (BUTLER, 2015)

Assim, vê-se que as narrativas de si, do mundo e dos outros são construídas em meio a essas interações cotidianas e aos discursos que as legitimam, a partir dos quais são negociados os sentidos atribuídos aos fatos e fenômenos vividos (SPINK, 2010).

Os relatos de Margarida se assemelham a outras histórias de vida contadas em pesquisas com o mesmo objeto, principalmente pela relação difícil com o pai e a aparente submissão da mãe. Benites e Barbarini (2009, p. 19), por exemplo, ao apresentarem a história de Lia, uma das narradoras de sua pesquisa, informam que:

Da infância [Lia] traz que os pais a menosprezavam, dizendo coisas do tipo: “*Ah, essa menina não vale nada...*”. Em meio a desavenças, contudo, ressalta um lado carinhoso do pai; da mãe, que era mais fechada, conta: “*Ela era muito forte, muito batalhadeira E ao mesmo tempo era fraca – gostava do meu pai e meu pai não gostava dela*” (pelo fato do pai ter amantes). Falava que antes de casar queria estudar, mas como os pais não a deixavam sair de casa, casou porque queria liberdade. (Grifo das autoras)

Para as autoras, as mulheres de sua pesquisa trouxeram marcas de uma moral sexual conservadora e, além disso, os

significados de ser mulher emergem entrelaçados na esfera da saúde/sexualidade, na história intergeracional e na própria posição de gênero que, em distintos momentos, denota certo sofrimento pelo lugar socialmente “ocupado” como mulher e, em outros, impulsiona mudanças desse lugar. (BENITES; BARBARINI, 2009, p. 20, grifo das autoras)

Na mesma direção, no âmbito desta pesquisa, a participante Verônica, que é órfã de mãe, posiciona o pai como uma pessoa violenta, que maltratou muito a ela e aos seus irmãos, gerando sentimento de revolta que a aproximou do “mundo do crime”.

VERÔNICA, 19 anos: Meu pai bebe muito, morei só com minha avó, minha avó cuidando de sete meninos. Meus irmãos apanhando muito do meu pai, eu apanhando muito do meu pai. Ele não queria saber, xingava nós, batia minha cabeça na parede, fazia coisas ruins... eu falei: “Quer saber? Eu não aguento mais não...”. (...) Aí meu pai também, toda vez que eu tava em casa, toda vez que eu tava ajudando minha vó, ele chegava, já estressado com alguma coisa já, aí já botava nós pra fora, eu e meus irmãos... muitas vezes eu dormi com meus irmãos na rua, em posto da cidade, ou senão na casa de vizinho, que ele chegava, batia na minha avó, batia em nós, aí isso vai como... tias maltratando nós, que é a mãe do meu pai, eu sempre fui criada com ela... tias maltratando nós, eu e meus irmãos... quando eu era pequena... aí eu fui vendo isso e cresci revoltada, né? Porque não tinha outra coisa, aí eu cresci muito revoltada com minha família.

A repetição dos verbos “bater” e “apanhar” em vários períodos enaltece a situação de violência constante a que a narradora era submetida pelo genitor. Da forma como construiu a narrativa, traz a ideia de que não havia nada além de violência na sua vida. O pai maltratava

toda a família e ainda havia os maus tratos das tias. Nas suas memórias, a falta de estrutura familiar, aliada à ausência de perspectiva de quem mora numa periferia sem acesso aos direitos mínimos, propiciou o mergulho nas drogas e no tráfico como meio de vida.

A narradora se posiciona como alguém imerso em um contexto de múltiplas violências e assim resume sua trajetória:

VERÔNICA, 19 anos: É assim minha história, só de desgraças e desgraças... na minha vida... de não saber o quê que é um amor... a não ser de um homem pra uma mulher, né? Agora um amor assim, de família... um amor de uma mãe... eu nunca senti, nunca tive esse amor. Fui chamada de mundiça... é... só isso... que eu tive na minha... assim, não lembro de ser amada, não lembro... por alguém, alguém falando que me ama, eu não lembro... não lembro. (...) meu pai nunca me deu um abraço, nem um beijo... que eu lembre não. Nunca falou: “Vem cá, minha filha, senta aqui, vamo conversar”. Nunca recebi um conselho dele.

Neste trecho, a sequência de inúmeros elementos de negação – “não”, “nunca”, “nem” –, bem como o uso de termos de conotação negativa como “mundiça”, “desgraça” e a alegação de que nunca se sentiu amada sintetizam os posicionamentos de Verônica sobre sua história: “*É assim minha história, só de desgraças e desgraças... na minha vida... de não saber o quê que é um amor...*”.

O pai é posicionado como aquele que nunca demonstrou carinho e preocupação para com ela e com seus irmãos. Ao contrário, quando Verônica afirma “*meu pai nunca me deu um abraço, nem um beijo... que eu lembre não. (...) Nunca recebi um conselho dele*”, informa que o comportamento do pai sempre os afastou e, no caso dela, a aproximou do tráfico, pois se viu revoltada e sem expectativa de mudanças na relação em casa.

Verônica fala pausadamente durante toda a entrevista, como se a todo instante refletisse sobre a sua história. Os momentos de silêncio, ainda que breves, são vistos no decorrer do fragmento, os quais podem indicar uma dificuldade de entrar no assunto ou ainda um momento de reflexão acerca do tema (ARAGAKI *et alli*, 2014).

Como se vê das narrativas apresentadas até aqui, quando não posicionam o marido ou companheiro, aparece outra figura masculina para justificar o envolvimento com o tráfico. No caso de Dália, abaixo, o abuso sexual que sofreu do padrasto é nomeado como responsável por iniciar seu caminho no crime. Durante toda a entrevista, a narradora se coloca como alguém que sempre fora despreocupada com as consequências das ações que praticava, seja com filhos, com família, com relacionamentos, bem como com o próprio crime, e argumenta que o abuso pode ter “*revirado sua cabeça*”.

DÁLIA, 19 anos: Quando pequena fui muito agredida, fui abusada pelo meu padrasto aos nove anos de idade. E eu culpo por eu estar aqui minha família

hoje porque eu acho que, se não tivesse acontecido esse pequeno fato, eu não tinha caído nessa vida, nesse mundo do crime.

ENTREVISTADORA: Esse pequeno fato?

DÁLIA, 19 anos: Só esse pequeno fato que fez minha vida revirar tudo. Porque eu tinha tudo pra... pra hoje tá praticamente formada. Mas só por esse pequeno fato eu revirei minha cabeça, não queria saber se tava sendo bom pra mim ou se tava ruim. Sei que eu fui, entrei, e foi aquele negócio... gostei da adrenalina em tá no mundo errado e continuei.

Na fala, a participante posiciona o abuso sexual sofrido como o “pequeno fato” que mudou a sua vida. Quando sua voz foi refletida pela entrevistadora, a narradora repetiu que o abuso foi “o pequeno fato” que revirou tudo, afinal “*não queria saber se tava sendo bom pra mim ou se tava ruim*”. Sem demonstrar qualquer ênfase ou mudança no ritmo da conversa, talvez Dália tenha desejado minimizar os efeitos deste fato, inclusive porque ela não detalha ou continua falando nele. Talvez seja um modo mesmo de se defender daquilo que essas memórias poderiam revelar.

O relato sobre violência sexual de Dália é uma forma de violência de gênero sofrida pela entrevistada, considerando que o corpo feminino é normalmente visto como disponível e passível de violação. Com efeito, considerando, o disposto no art. 1º do Decreto 1.973/96, que promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994, violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

A violência de gênero não deve ser entendida como violência contra a mulher tão somente. Segundo Santos e Izumino (2005), não se deve compreender a violência no binômio algozes e vítimas, seguindo uma lógica patriarcal de dominação. Este conceito deve considerar, em realidade, em que se funda este tipo de violência, considerar a dinâmica de poder das relações de gênero.

Assim, tratar de violência de gênero exige o cuidado de não enxergar as relações sociais de forma estrutural, fixa, dividida em opressores e oprimidos, sem maiores questionamentos sobre a maneira como são construídos os próprios gêneros e as expressões de violência dele decorrentes (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Segundo Debert e Gregori (2008), há uma tendência dos principais estudos sobre o assunto em alimentar o efeito vitimizador da violência contra a mulher, reproduzindo as assimetrias das relações de gênero em que a mulher aparece como um ser passivo, vitimado por uma situação já determinada pela estrutura de dominação.

Para as autoras, há a necessidade de relativização da concepção sobre a violência de gênero, para enxergar que essa violência deve ser analisada a partir da desigualdade constante na relação masculino-feminino. Neste cenário, por exemplo, homens com corpos femininos sofrem de violência baseada na mesma relação de poder que, em regra, subordina o universo feminino (DEBERT; GREGORI, 2008). Ainda segundo as autoras,

examinar as articulações entre violência e gênero permite avançar a análise sobre as dinâmicas que configuram posições, negociações e abusos de poder nas relações sociais, constituindo um campo vigoroso para desafiar as dificuldades sugeridas. (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 66)

Na sequência, Dália posiciona, ainda, sua família, especialmente a mãe, o padrasto e o pai, como pessoas indiferentes ao seu bem-estar, as quais contribuíram para que ela seguisse o caminho que a levaria às drogas. O padrasto porque a violentou, a mãe porque perdeu o referido abuso e o pai porque não é presente e não a auxilia em nada.

DÁLIA, 19 anos: Quando eu vejo, ela fala pra mim que não ia abandonar ele, porque ele era o pai das filhas dela, era quem dava as coisas às filhas dela, e eu não fazia nada. Então me jogou, praticamente... me jogou na casa da minha avó, sem mais sem menos. E aí eu comecei a dar trabalho (...)

*Eu tenho um **palhaço!** (ênfase) (...) Um palhaço... porque meu pai, ele tem uma transportadora na China, transporta máquinas de gráficas... que, no mínimo, uma seja cem mil. No mínimo, no mínimo, seja cem mil. Meu pai é vereador numa cidade. Meu pai (ininteligível) em Campina Grande e ele só liga pra esculhambar minha mãe. Ele não liga pra dizer “[diz o nome da mãe], eu vou te ajudar” não. “[diz o nome da mãe], Dália [diz o seu nome] tá viva? Dália [diz o seu nome] já morreu?”. Não, ele só liga pra esculhambar minha mãe, pra dizer que eu tô aqui por causa da minha mãe, por causa disso, por causa daquilo... Mas ele não imagina que se eu também tivesse com ele, eu poderia também me dá mal...*

Quando narra a decisão da mãe em não abandonar o padrasto após o abuso sofrido pela entrevistada, Dália também posiciona a mãe como responsável por seu ingresso no tráfico. Com efeito, quando relata “*Então me jogou, praticamente... me jogou na casa da minha avó, sem mais sem menos. E aí eu comecei a dar trabalho*”, produz efeito de sentido de que suas ações foram consequências dos problemas que enfrentou em casa.

Por sua vez, sobre o pai, Dália utiliza do sentido figurado atribuído à palavra palhaço para o descrever. Ao enfatizar a frase “*Eu tenho um **palhaço!***”, Dália em seguida explica o porquê, demonstrando que nunca teve nenhum apoio do genitor. Exemplifica isso a partir da situação financeira do pai – segundo ela, “*ele tem uma transportadora na China, transporta máquinas de gráficas... que, no mínimo, uma seja cem mil. No mínimo, no mínimo, seja cem mil. Meu pai é vereador numa cidade*” –, bem como a falta de interesse em saber da sua vida.

Além de Dália, conforme se vê abaixo, Violeta é outra entrevistada que trouxe outras figuras para justificar o envolvimento com o tráfico. Durante toda a entrevista, a narradora dá muito maior ênfase às suas relações com pai, filho e mãe, do que a própria relação com o companheiro. No que se refere ao crime, especificamente, em que pese se posicione como alguém que ingressou no tráfico após iniciar o relacionamento amoroso, responsabiliza muito mais a falta de amor e cuidado materno.

VIOLETA, 25 anos: Eu culpo minha mãe, por tudo que aconteceu, pela decepção. (...) Ela chegou ao ponto de dizer que criou e amamentou os filhos do diabo. Isso me criou uma dor muito grande, porque eu tanto confiava na minha mãe, tanto que amava ela e num... decepcionante. Chegou a despejar eu e minha irmã da casa, da própria casa... deixar as coisas da gente tudinho na rua, roubar as coisas que ela achava que tinha valor pra poder vender... Eu acho que muita coisa de ruim do que aconteceu foi a revolta.

A mãe é posicionada como “culpada” na história de vida de Violeta. A narradora afirma e repete que sua mãe foi responsável por muitos dos caminhos que trilhou. “*Eu culpo minha mãe, por tudo que aconteceu, pela decepção. (...) Eu acho que muita coisa de ruim do que aconteceu foi a revolta*” é um trecho que sintetiza o sentimento da entrevistada.

A construção da narrativa com alguns momentos de pausa, ao dizer que a mãe “*chegou ao ponto de dizer que criou e amamentou os filhos do diabo*”, que chegou a despejá-la junto à irmã da própria casa, entre outras, sugere reflexão da narradora sobre tudo que viveu. Segundo Spindola e Santos (2003), a função avaliadora é uma das características da história de vida, já que o entrevistado normalmente reflete e avalia os fatos que vivenciou quando relata suas memórias. E Violeta permanece responsabilizando a mãe no fragmento que segue:

VIOLETA, 25 anos: Tudo que eu fiz... minha mãe começou nas coisas que tava fazendo de errado, foi o que me fez ter revolta de querer tá longe, de querer não ver, não me sentir pior... foi o que me levou a fazer, conhecer pessoas erradas, buscar esquecimento em coisas que só fazem esquecer naquele momento ali, depois eu lembrava de tudo que tinha acontecido, as angústias voltavam... E eu tenho muita mágoa dela por isso, pelo que ela fez pelos meus irmãos (...) pra eles serem testemunhas pra ela, apoiar ela, ela fazia o que eles queriam e incentivava eles a fazer coisas erradas...

Ao falar da revolta com a mãe “*foi o que me levou a fazer, conhecer pessoas erradas, buscar esquecimento em coisas que só fazem esquecer naquele momento ali, depois eu lembrava de tudo que tinha acontecido, as angústias voltavam...*”, Violeta não cita explicitamente quem são as pessoas erradas com quem se envolveu ou as coisas às quais se

refere. No entanto, conclui-se de outros momentos da entrevista tratar-se da prostituição, além, é claro, do próprio envolvimento com tráfico, como se vê abaixo.

*VIOLETA, 25 anos: Aí quando eu decidi voltar pra Recife, tentar minha vida lá, aí conheci minha prima... Prima de criação, que a gente tinha sido criada um pouco junta... Aí ela me mostrou coisas da vida que eu... até eu não conversava com as pessoas. Num era de falar. Poucas pessoas sabem dessa parte da minha vida. É... Como eu queria mostrar a meu pai que eu **podia (ênfase)** fazer algo só, que podia tomar conta de mim mesma, ela fazia algo errado e queria me levar pra isso.*

ENTREVISTADORA: Algo errado...

VIOLETA, 25 anos: Ela fazia programa. (ininteligível). Comecei com isso. Passei por quase morrer.

A mãe da narradora não aparece no fragmento acima, porém dele se depreende do que se tratam as coisas erradas de que Violeta tanto fala. Por fim, ainda sobre a mágoa que sente da mãe, a entrevistada afirma:

VIOLETA, 25 anos: Pra você ter ideia, se você perguntar a alguém aqui sobre a minha mãe, todo mundo diz que ela faleceu, porque... pra mim eu esqueci, é uma parte da minha vida que eu quero apagar. Claro que eu não nasci de chocadeira, sem mãe, mas é uma parte da minha vida que eu quero excluir, que foi... que teve muita dor.

A narradora utiliza uma expressão popular – “ser filho de chocadeira” – para falar sobre a relação com a mãe. Este dito faz alusão ao instrumento usado para garantir o desenvolvimento de algumas espécies de aves e figurativamente serve para se referir a filhos que não tiveram orientação e amor maternos. Ao dizer “*Claro que eu não nasci de chocadeira, sem mãe, mas é uma parte da minha vida que eu quero excluir, que foi... que teve muita dor*”, Violeta ressalta que saiu do ventre materno, mas com ele não guarda e não quer guardar qualquer vínculo, em virtude de todos os problemas que enfrentou.

Em outra direção, cumpre destacar que, em alguns momentos nas narrativas de história de vida das entrevistadas, houve certas negociações sobre o sentido atribuído à culpa do outro e à sua própria. Ainda que não admitissem, neste momento, protagonismo ou independência dentro do espaço do tráfico, relativizaram a presença do companheiro como determinante, trazendo outros repertórios de justificativas à versão construída.

Agora não se trata, exclusivamente, de um marido/companheiro traficante, ainda que em todas as narrativas esta figura tenha aparecido.

ENTREVISTADORA: O que te motivou a entrar nesse mundo?

VERÔNICA, 19 anos: ...veio com tudo, com sandália, celular, moto, com moto, carro, carro de som, vendo as outras pessoas crescendo com aquilo, as pessoas que eu conhecia tinha tudo e eu não tinha nada. Aí eu falei: “Eu vou fazer o que eles fazem pra mim ter também o que eles têm!”. (...) Aí eu

comecei a traficar na minha cidade, aí comecei a ganhar dinheiro fácil, até que eu vim parar aqui... (...) porque na periferia onde eu moro, no [diz o nome do bairro] lá é muito comum tráfico de drogas. É raro uma criança que cresce lá e não se envolve com isso, com tráfico.

ACÁCIA, 33 anos: Eu fui morar nessa cidade que eu morava, em [diz o nome da cidade]... e lá... pelo custo de vida que é muito alto e a gente não tinha emprego, não tinha profissão, todos sem escolaridade terminada... aí começou a vender droga e terminou eu estando aqui agora... presa (...) porque se eu tivesse estudado, eu creio assim, né? eu creio que se eu tivesse estudado, tivesse uma profissão, eu não precisava ter vendido droga, porque eu tinha como me manter... fosse uma professora, qualquer coisa assim, tivesse um ensino completo, pra trabalhar num cargo, alguma coisa... não precisava vender...

ENTREVISTADORA: E o que te motivou a entrar no tráfico?

BEGÔNIA, 32 anos: Da primeira vez, necessidade. Não tinha o que dar aos meninos, aí eu me vi agoniada, sem emprego, fui e comecei a vender maconha... naquele tempo era só maconha mesmo... (...) aí dessa vez foi por causa da cirurgia da minha menina e as coisas também tavam faltando dentro de casa... aí ele pegou e... fazia um mês que ele tinha pegado... aí eu rodei... quando ia fazer um mês que ele tinha pegado, eu rodei...

ENTREVISTADORA: Que ele tinha pegado...

BEGÔNIA, 32 anos: Sim, ele tinha ligado pro rapaz, aí o rapaz tinha deixado em casa, porque ele era o responsável pra pagar...

MARGARIDA, 33 anos: E, assim, o motivo de eu ter chegado ao mundo do crime foi através dele... mas eu não culpo ele cem por cento porque eu vivia com ele e eu tava envolvida também... até porque eu não tinha trabalho, eu com outra barriga, não tinha como ir pra dentro da casa de mãe...(...) E... assim, eu... quando eu vim ver o perigo mesmo que eu tava envolvida com ele, né? Eu não tinha como eu mais eu sair. Porque assim, eu ia fazer o quê? Morrer de fome? Como era que eu ia trabalhar com dois filhos?

A classe, enquanto marcador da diferença, é utilizada por elas para se situar nesse cenário e para justificar a ausência de alternativas na vida.

No primeiro trecho, Verônica traz o seu contexto social para o foco. Quando questionada pela entrevistadora sobre o motivo de ter entrado na atividade do tráfico, a narradora apresenta os desejos de consumo que nunca pode concretizar, materializados na frase “...veio com tudo, sandália, celular, moto, com moto, carro, carro de som, vendo as outras pessoas crescendo com aquilo, as pessoas que eu conhecia tinha tudo e eu não tinha nada”.

Ao posicionar o bairro em que morava como um lugar propício ao envolvimento com o tráfico, Verônica retira de si a responsabilidade por ter ingressado no “mundo do crime”. É como se ela tivesse seguido um destino já previsto para quem vivia ali, como se tivesse pouca ou nenhuma escolha para o contrário. O “dinheiro fácil”, citado por Verônica, aparece em

outros momentos na sua narrativa e nas outras entrevistas, é uma expressão recorrente para caracterizar o tráfico de drogas.

Por sua vez, Acácia e Begônia convergem no sentido de que a falta de emprego e de escolaridade, aliada à necessidade de sobrevivência, favoreceram a entrada no tráfico de drogas.

Ao dizer que acredita que se tivesse uma profissão e um emprego fixo, não teria se envolvido com as drogas, Acácia sugere que seu contexto favoreceu a ocupação desse novo lugar. Na construção *“porque se eu tivesse estudado, eu creio assim, né? eu creio que se eu tivesse estudado...”*, o efeito de sentido que a narradora produz é que se trata de sua opinião, não necessariamente de uma certeza ou verdade inquestionável. A sua crença, portanto, é que a série de possibilidades elencadas no discurso, todas relacionadas à independência financeira, poderiam ter proporcionado outro rumo à sua vida.

Na narrativa de Begônia, nota-se um silenciamento ao se referir às drogas que vendia. Primeiramente, apresentando as necessidades que passou, a entrevistada deixa claro que, no começo de seu envolvimento com o tráfico, só vendia maconha. Todavia, não detalha nada mais. As reticências postas entre as frases sinalizam as pausas que permeiam seu discurso, principalmente no que se refere *“ao que o marido pegou”*, afinal. Ela silencia sempre que o assunto é o crime.

Mesmo quando sua história é refletida pela entrevistadora, a narradora não detalha muitos elementos do tráfico, principalmente da sua participação. A postura de Begônia informa o conceito de finalização que Spink (2010) apresenta, apoiada na abordagem bakhtiniana: significa que o narrador disse tudo que precisava ou queria dizer naquele instante, evocando uma reação de resposta do outro locutor.

Por sua vez, embora admita participação no tráfico e, diante disso, não culpe o marido *“cem por cento”*, Margarida ainda o coloca como figura que a induziu a se envolver com o crime. Ela o culpa por ter se envolvido com as drogas, mas também traz o contexto social de alguém que dependia financeiramente do marido para tudo como elemento determinante.

Quando interpela repetidamente a entrevistadora através dos questionamentos *“quando eu vim ver o perigo mesmo que eu tava envolvida com ele, né? Eu não tinha como eu mais eu sair. Porque assim, eu ia fazer o quê? Morrer de fome? Como era que eu ia trabalhar com dois filhos?”*, não parece buscar uma resposta, mas certamente uma aliança,

uma cumplicidade, a capacidade da pesquisadora se colocar ao seu lado para entender o porquê de tudo ter acontecido da forma como narrou.

Em outro sentido, todavia, a entrevistada Dália apresenta certa ruptura com os posicionamentos acima assumidos:

ENTREVISTADORA: O que te motivou a entrar no crime?

DÁLIA, 19 anos: A adrenalina que... eu sou daquele tipo de pessoa, eu gosto de me arriscar... E eu sentia aquilo arriscado e eu ia. Já tava com uma pessoa que era também errada, não precisa muito de ajuda, né? Aí eu não quis saber.

Ainda que ressalte que estava com “*uma pessoa errada*”, Dália descreve seu envolvimento como uma busca por adrenalina. No enunciado acima, o outro é posicionado como um complemento da sua vontade de transgredir e de se arriscar.

A narradora utiliza-se de um repertório que não posiciona ninguém ou nenhuma questão social como responsável além da sua própria vontade. A adrenalina, aqui usada para significar a busca por emoção, por aventura, é a única motivação indicada por ela mesma, ainda que, em outros momentos, esta mesma entrevistada tenha presentificado a voz da avó para posicionar o marido como responsável pela sua prisão e responsabilizado também a família, conforme já demonstrado.

Abaixo, as narradoras também apresentam justificativa para o envolvimento com o crime, narrando certo protagonismo na atividade:

GARDÊNIA, 27 anos: Eu comecei a traficar dentro do presídio, eu vendia pra mim. Eu não levava pra ninguém. Eu vendia pra mim. Eu tinha o meu... Eu levava e eu mesma vendia. Quando eu saía, saía com três mil... achava bom! Levava cinquenta gramas, fazia três mil dessas cinquenta gramas... E eu comprava por cento e vinte... Achei um bom negócio, parei de vender pedra na rua e fui vender dentro do presídio. Entrei com uma carteira falsa, mandei uma noíada fazer uma carteira pra mim (riu)... Achei pouco, ainda botei duas “de menor” pra dentro...

VERÔNICA, 19 anos: ...conheci uma amiga e aí também fazia o que eu fiz... aí ela começou, aí ela me explicou se eu queria ir, que eu ia ganhar bem, ia ajudar minha avó, que ela também é muito... não tem uma situação boa... ia ajudar minha avó, meus irmãos, aí eu comecei a ir, viajar, eu fazia uma viagem, chegava com dinheiro... muito bom, achava bom, gastava, comprava roupa, comprava sandália, arrumava o cabelo, dava dinheiro pra minha avó comprar carne, verduras, que a aposentadoria dela é muito pouca. Aí cada vez mais eu ia indo, e toda viagem eu já queria ir já. Começou como um esporte, toda viagem eu queria ir. Aí começou a faltar (ininteligível) pra minha família. Ajudei meu irmão, que tem síndrome de down...

Gardênia inicia sua narrativa repetindo diversas vezes que o tráfico que fazia dentro do presídio era inteiramente seu, “*não levava pra ninguém*”, e, portanto, se posiciona como responsável pelo sucesso do negócio – afinal achou “*um bom negócio*”. Além de descrever a atividade do tráfico, a narradora relata ter cometido outros crimes correlatos, quando afirma “*entrei com uma carteira falsa, mandei uma noitada fazer uma carteira pra mim (riu)... Achei pouco, ainda botei duas ‘de menor’ pra dentro...*”. A risada de Gardênia certamente sugere a afirmação de seu protagonismo neste espaço, da capacidade que teve de burlar o instituído.

No relato de Verônica, ela admite sua atuação no tráfico, como iniciou e permaneceu na atividade. Para a narradora, o crime era a possibilidade de proporcionar acesso à sociedade de consumo, quando afirma “*achava bom, gastava, comprava roupa, comprava sandália, arrumava o cabelo...*”. Mas, além disso, o tráfico era a oportunidade que tinha de ajudar a família, fato que ela repete várias vezes no fragmento, sempre ressaltando a situação precária em que vivia sua família: “*... dava dinheiro pra minha avó comprar carne, verduras, que a aposentadoria dela é muito pouca*”.

3.2 Dialogando com o estado da arte...

Dos fragmentos analisados, é possível afirmar que os posicionamentos das narradoras mantêm estreita relação com algumas das teses já defendidas para explicação da participação feminina na criminalidade, como demonstrado a seguir.

Segundo a tese do amor bandido (PIMENTEL, 2008b), a maior parte das mulheres que se envolve com o tráfico o faz em nome do amor que sentem pelos parceiros. Existe uma relação estreita entre o amor e as práticas femininas relacionadas às drogas e, segundo Pimentel (2008b), os significados atribuídos ao amor conduzem essas mulheres para relações amorosas em que impera a submissão ao homem.

O amor foi justificativa recorrente usada pelas narradoras desta pesquisa para se posicionar no “mundo do crime”. A intensidade com a qual descreveram seus sentimentos transcendia muitas vezes à prisão, já que algumas delas afirmaram que continuavam amando seus companheiros, mesmo os posicionando como culpados pela sua privação de liberdade.

Algumas das entrevistadas nomearam o amor que sentiam como “doentio”, “cego”, notadamente por não conseguirem enxergar a dimensão do risco que corriam ao se envolverem com o tráfico de drogas. Esta compreensão se situa dentro dos binarismos dos

discursos hegemônicos sobre o gênero, haja vista que o “normal” é que a mulher acompanhe seu marido em todas as situações da vida.

Nos discursos dominantes sobre o gênero, a capacidade de amar e de entregar-se intensamente nas relações amorosas é atribuída ao universo feminino. As mulheres são vistas como pessoas mais sensíveis, mais amorosas e de maior capacidade de fazer renúncias em nome do amor – no caso do crime, renúncia à própria liberdade. Como qualquer outra construção de gênero, a repetição constante deste ato durante toda a vida constrói os posicionamentos desses sujeitos.

Na pesquisa de Santos sobre a relação entre mulheres, corpo e violência, (2005, p. 41), a autora concluiu que “o primeiro ponto identificado refere-se às experiências negativas decorrentes dos relacionamentos afetivos das mulheres que *se queixam* dizendo ‘sofremos motivadas por amor’” (Grifo da autora).

Apesar de todas as mudanças advindas com a contemporaneidade, com muitas mulheres participando largamente de outros espaços, assegurando liberdades, autonomia financeira etc., o “culto feminino ao amor” segue constituindo posicionamentos e, segundo Pimentel (2008b, p. 08), isso explicaria porque as

práticas sociais femininas no contexto do tráfico de drogas não têm os mesmos fundamentos representacionais que as práticas masculinas, notadamente justificadas a partir de aspectos financeiros e da necessidade do homem de se firmar como sujeito em determinado grupo social.

É o que se compreende da narrativa de Acácia, que admite ter assumido toda a culpa para poupar o marido de uma pena maior do que já tinha. Nota-se a pouca ou nenhuma reflexão sobre o peso que a entrega total ao amor por estes homens poderia trazer para as suas vidas, não havendo uma postura mais analítica sobre os custos/benefícios do envolvimento com o crime (PEREIRA, 2008).

Assim, segundo Pimentel (2008b, p.11), tais relações

tendem a ser permeadas por situações em que a mulher, compreendendo-se como um complemento do homem e responsável pela harmonia do lar, procura dar constantes provas de amor e de fidelidade, que podem ser exteriorizadas em gestos simples – como um corte de cabelo ou um tipo de roupa que agrada o marido ou companheiro – ou, o que é objeto do nosso estudo, no envolvimento num delito.

No entanto, cabe refletir se este discurso em torno da influência masculina sobre a mulher no “mundo do crime” seja utilizado no sentido de amenizar a responsabilidade feminina neste contexto. Ora, como garantir que as narradoras não desejavam produzir o

efeito de sentido de inocência ao atribuírem a culpa pelos seus atos ao amor e à entrega aos maridos/companheiros etc? É possível, portanto, que tenha sido esta a sua intenção, considerando a natureza circunstancial do discurso, o qual é produzido de acordo com a situação em que se encontram (SPINK, 2010).

Na sua pesquisa com mulheres presidiárias, Pereira (2008, p. 71) concluiu que as participantes

usaram a entrevista como forma de justificar os seus atos criminosos, diminuindo a sua responsabilidade ou apontando para o crime como uma escolha “não racional” e, sim, como a única via de sobrevivência diante das circunstâncias em que viviam. (Grifo da autora)

No mesmo sentido, Moura (2005) identificou a existência de discursos com tal finalidade, primordialmente após pesquisar sobre outros elementos processuais e criminais da vida das entrevistadas.

Das 20 mulheres que se dizem presas injustamente, selecionados 10 casos, procedi a pesquisa jurídica *online* no site do Tribunal de Justiça. Para surpresa, três delas praticam outros delitos (lesão corporal e furtos) e quatro são reincidentes. Por essa amostragem, verifica-se que, das vinte mulheres que dizem não ter cometido o “delito”, a média aproximada de mais de 50%, efetivamente, o fez repetidas vezes. (MOURA, 2005, p. 81, grifos da autora)

Já nesta pesquisa especificamente, a despeito do discurso de arrependimento das entrevistadas ou, ainda, de que agiram influenciadas pelos companheiros, importa afirmar que, à semelhança dos resultados encontrados por Moura (2005), acima citados, algumas das participantes não estavam cumprindo sua primeira prisão no Presídio Feminino do Serrotão: ou já tinham sido presas pelo próprio tráfico de drogas outras vezes ou pelo cometimento de outros crimes, como lesão corporal, roubo e estelionato, como já dito anteriormente.

Todavia, não se pode deixar de enxergar a complexidade que reside na própria construção dos posicionamentos destas mulheres, de sua identidade. Afinal, embora seja possível que as narradoras tenham utilizado a justificativa do amor bandido para diminuir um pouco da sua responsabilidade penal e moral, isso não significa que não tenham vivido essas experiências da forma como suas memórias foram construídas nos relatos. Significa inferir que muitas mulheres – talvez a maioria delas – viveram e vivem as normas de gênero de maneira heteronormativa, inclusive no que se refere à forma de amar e de entregar-se às relações afetivas, justificando seus posicionamentos nesta direção.

Em outro sentido, a necessidade material também figura entre as teses defendidas para explicar o envolvimento da mulher com o tráfico. Muitas mulheres justificaram seu

envolvimento com o tráfico a partir das dificuldades financeiras enfrentadas, da falta de escolaridade e de perspectivas – aquilo que Moura (2005, p. 57) chama de “esvaziamento da dimensão de futuro”. A maioria das entrevistadas é oriunda de família de baixa renda e dependia seja do marido/companheiro e/ou do dinheiro do tráfico para sobreviver.

Nessa questão, importa dizer que boa parte das entrevistadas relatou ser beneficiária de programas sociais do Governo, como o bolsa-família, como se vê dos relatos abaixo:

MARGARIDA, 33 anos: Professora, porque assim... na minha casa, assim... é tudo difícil. Não é muito... é muito difícil mesmo (ênfase). Porque a gente não tem renda certa, eu tenho a minha bolsa família, que não é minha, é dos meus filhos. Tenho... é... eu não sei o nome dela, se é esse seguro-safra, alguma coisa assim. Ela [mãe] não tem renda nenhuma, a renda que tem é só essa mesmo.

ACÁCIA, 33 anos: Aí depois passou, acho que uns seis, sete meses... parou, ninguém mexia mais nada... começou a viver só do bolsa-família, aí começou a passar fome... fome não, porque fome não passa... mas assim, privado de muitas coisas, de um iogurte, de um queijo, disso, daquilo...

As construções de gênero estão implicadas, em maior ou menor grau, nestas limitações para reprodução da vida material. Ora, mulheres comumente enfrentam maiores obstáculos para entrar no mercado de trabalho formal e para nele se manter, inclusive pela sobrecarga do trabalho doméstico a ela atribuído e pelas obrigações advindas com a maternidade. Ademais, ainda recebem menores salários e ocupam os postos inferiores de emprego e, segundo Lagarde, “a pobreza tem cara de mulher” (1996, apud LISBOA; MANFRINI, 2005, p. 72):

O gênero feminino é aquele que mais trabalha, recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho, enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social, possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais.

Aqui, como se vê, as construções de gênero novamente norteiam a vida desses sujeitos no que se refere ao crime. Embora na intersecção com outros marcadores da diferença, tais como classe, raça etc., o gênero é um elemento que favorece a desigualdade socioeconômica e a ocupação desse novo lugar pelas mulheres.

A visualização da droga como uma oportunidade de obtenção de renda é, portanto, uma constante em ambientes de desemprego estrutural, que não apontam perspectivas para pessoas com pouca ou nenhuma formação. O tráfico é visto como uma atividade para a qual não se exige formalidades, em que o dinheiro “chega fácil”, sendo capaz de atrair um número cada vez maior de mulheres e representando ora uma estratégia de sobrevivência, ora possibilidade de consumo de bens antes inimagináveis para determinados contextos.

Com efeito, nas narrativas de Acácia, Begônia e Margarida, especialmente, esta motivação aparece com bastante força. Todas falaram que não havia alternativas, que o tráfico era a saída para o sustento da família, que não tinham renda além dos benefícios sociais do Estado, como bolsa-família, o que não era suficiente para manutenção dos filhos. A propósito, a este respeito, Moreira (2012) observou na sua pesquisa que a privação econômica, quando ameaça os filhos, atua como mola propulsora para inserção de mulheres no tráfico de drogas, isto é, como estímulo para que as mulheres ingressem nesse campo.

Por sua vez, para Verônica, o tráfico representava a possibilidade de consumir, de ter o que nunca pôde, considerando a extrema pobreza em que vivia. Conforme transcrito anteriormente, quando informa que o tráfico “*veio com tudo, com sandália, celular, moto, com moto, carro, carro de som...*”, a narradora conta como finalmente conseguiu alcançar os desejos de consumo que não poderia sem o tráfico.

Para Pereira (2008), o tráfico proporciona acesso a um mercado de consumo que essas mulheres não usufruíam com as condições financeiras de um trabalho formal direcionado para as suas qualificações. A autora ainda argumenta, no entanto, que é bastante difícil estabelecer uma relação direta entre os lucros proporcionados pelo tráfico de drogas e a acumulação de riquezas para os pequenos traficantes, inclusive porque tendem a ostentar com inúmeros gastos, o que dificulta a acumulação de reservas futuras.

Além disso, segundo a referida autora,

A ideia do lucro fácil pode ser analisada sob dois aspectos. O primeiro refere-se de fato aos rendimentos obtidos com o comércio ilícito de entorpecentes, sendo que em um plantão na boca de fumo uma traficante pode retirar mais de um salário mínimo, em uma única noite. [...] O segundo aspecto revela que o exercício cotidiano desta atividade ocasiona riscos que podem implicar na prisão e na perda dos “bens adquiridos”. (PEREIRA, 2008, p. 115, grifo da autora).

Assim, em vários momentos durante a interação com as entrevistadas, no momento da entrevista ou durante a observação participante, observou-se a comparação que se faz entre o que se recebe no tráfico e a quantia recebida pelo trabalhador formal. É o que se vê no relato de Verônica, abaixo descrito:

VERÔNICA, 19 anos: Cresci assim na miséria, vendo o sofrimento, eu sofria muito... “Quero ter luz, quero ter uma tela... um violão... um celular... ter tudo, ter uma moto, é o que eu quero, ter uma moto... um carro, nem que for um pálio, um fiat, mas eu quero ter um carro...”. Tem que ser ligeiro, pra ter fácil... Tem que passar o quê? Uns vinte anos estudando pra ter o que você quer? Fazer faculdade, pra depois (ênfase) arrumar serviço... pagar uma faculdade todo mês pra depois (ênfase) arrumar um serviço que ganhe muito dinheiro? Eu não, vou ganhar dinheiro é fácil...

O tráfico se apresenta, então, como esse retorno mais rápido, como a garantia de que tudo que se deseja estará ao alcance de forma mais ágil que a do trabalhador “comum”.

É importante observar, todavia, que nem todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa relataram que necessitavam do tráfico para sobreviver. Rosa e Violeta, por exemplo, são oriundas de famílias bem estruturadas financeiramente, segundo elas. Representam uma ruptura, portanto, à realidade de pessoas pobres que se envolvem com a criminalidade – o que ainda parece ser maioria. Nessa mesma direção, Gardênia também repetiu que não entrou no tráfico pela necessidade, senão pelo vício, inclusive porque sua família morava em “bairro nobre” etc. Além delas, Dália sequer mencionou qualquer necessidade financeira durante toda a entrevista. Ao contrário, afirmou ter ingressado no tráfico pela adrenalina.

Porém, é possível que o tráfico tenha significado a porta para entrada ou para a permanência no mundo do consumo e da ostentação, mesmo para aquelas que diziam não necessitar do seu rendimento para sobrevivência. É o que se nota na história de Gardênia, já transcrita neste texto, quando afirma: *“Eu comecei a traficar dentro do presídio, eu vendia pra mim. Eu não levava pra ninguém. Eu vendia pra mim. Eu tinha o meu... Eu levava e eu mesma vendia. Quando eu saía, saía com três mil... achava bom! Levava cinquenta gramas, fazia três mil dessas cinquenta gramas... E eu comprava por cento e vinte...”*.

Gardênia, em tese, não precisava do dinheiro, já que ingressou no tráfico em virtude do vício, como tinha narrado anteriormente. Mas o lucro que recebia do crime a estimulava a permanecer nesta atividade, atuando, inclusive, com protagonismo, comercializando a droga para si própria.

Para Rosa, por sua vez, que em outros momentos da entrevista afirma ser oriunda de família abastada, o tráfico também representava o recebimento de muito dinheiro, a possibilidade de ostentar, de ter acesso a inúmeros bens de consumo, a saber:

ROSA, 35 anos: E aí, automaticamente quando se fala de drogas, você já entende tudo, né? O mundo de ostentação. É um dinheiro que não vem tão fácil como dizem, porque não é fácil, entendeu? Mas que vem em grande quantidade. (...) Tinha, carros, eletrônicos em casa, tudo que uma pessoa precisa pra viver bem...

Da leitura de tais fragmentos, compreende-se que a intersecção dos vários elementos da diferença não apontaram apenas continuidades, isto é, não atuavam no tráfico apenas mulheres pobres, negras, sem escolaridade etc., que são as mais presentes nesse contexto,

como visto nas estatísticas e principais estudos sobre o assunto. No entanto, não se pode negar que o retorno financeiro estimulava mesmo aquelas que, em princípio, não precisavam dele.

Este cenário demonstra a dificuldade de indicar razões específicas para o envolvimento dessas mulheres com o tráfico, considerando as posições ambivalentes e contraditórias que ocupam: ora, ao passo que algumas relataram que não precisavam do dinheiro, afirmavam, de outro lado, como era importante tê-lo e como isso as motivava a permanecer na atividade.

Nas entrevistas de Dália, Gardênia e Verônica é afirmado protagonismo em vários momentos. Para a primeira narradora, o crime era uma forma de aventurar-se, uma vez que ela gostava do risco. Além dela, Gardênia e Verônica falaram abertamente de como atuavam de forma relativamente independente na atividade do tráfico e como pretendem retomá-la quando da saída da prisão.

Como já explicitado, para Barcinski (2012), a criminalidade pode ser vista como uma estratégia para a saída das mulheres da invisibilidade social, garantindo *status* e poder. A autora argumenta que esta invisibilidade se refere primeiramente à exclusão social daquelas pessoas apartadas da sociedade de consumo. Assim, para Barcinski (2012), a rede do tráfico de drogas representa, para muitos jovens umas das poucas possibilidades de inserção e de um sentimento, ainda que ilusório, de pertencimento a um grupo.

No que se refere especificamente às mulheres envolvidas com o tráfico, a autora explica que há peculiaridades relacionadas à questão do gênero. Por ser o tráfico de drogas reconhecido como crime tipicamente masculino, a participação de mulheres neste cenário as distinguiria de outras mulheres, justamente por estarem realizando atividades costumeiramente apresentadas como “de homem”. Segundo Barcinski (2012, p. 53),

Elas se tornam visíveis (diferentes de outras) ao desempenharem tarefas reconhecidas como masculinas. A saída da invisibilidade, no caso das mulheres envolvidas no tráfico, se dá principalmente pela diferenciação, pela afirmação de um poder antes exclusivo dos homens e pelo reconhecimento externo desse poder.

Nesta perspectiva, o envolvimento com o tráfico significaria poder e as mulheres traficantes seriam protagonistas de sua história. Esta diferenciação de outras mulheres se daria, inclusive, em relação a outras mulheres criminosas. É este o efeito de sentido provocado pelo relato de Verônica, abaixo descrito:

VERÔNICA, 19 anos: Mas as ‘mais mais’ é as que faz o tráfico, as que vivem no tráfico. Essa é a mais legal. As mais consideradas.
ENTREVISTADORA: As mais consideradas...

VERÔNICA: É. É as que vivem no tráfico. Não é as que roubam caixa lotérica... não é as que matam, não... é as que vivem no tráfico. É as mais consideradas.

ENTREVISTADORA: Por quê?

VERÔNICA: Porque é as “vida louca” na real. É as “vida louca”. É as que podem. Tá pra matar ou morrer. Tá pra morrer ou ficar de cadeira de roda... É inexplicável. É as que podem mais. Aqui a lei é dessas. Aqui a lei é dessas.

Na passagem acima, Verônica diferencia a situação das mulheres do tráfico daquelas que cometem outros crimes dentro do sistema prisional. Na entrevista, ela afirma que as mulheres do tráfico são “*as mais consideradas*”, para dizer que são as mais respeitadas e também as mais temidas na penitenciária. Para Pereira (2008), esta compreensão pode ser explicada pela simbologia que o tráfico de drogas representa, já que constrói ídolos e projeta socialmente os participantes da atividade.

Ainda segundo a autora, essa simbologia do tráfico ganha mais força dentre as pessoas mais jovens, considerando que

a dinâmica do tráfico de drogas é muito complexa e multidimensional tanto para o envolvimento masculino quanto para o feminino e aponta uma construção de identidade que permeia toda a história de vida destes indivíduos e que frequentemente aflora na adolescência – período em que busca-se a autoafirmação, a visibilidade social, as relações amorosas e a inserção na sociedade de consumo. Além disso, as falhas na sociabilidade e na introjeção de valores como a educação e o trabalho favorecem sobremaneira o envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas. (PEREIRA, 2008, p. 83)

Aqui, importa fazer destaque a um marcador da diferença geracional encontrado no decorrer da pesquisa. Como já explicitado, as duas entrevistadas mais jovens (Dália e Verônica) apresentaram um discurso mais “despreocupado” em relação ao crime, suas possíveis causas e efeitos... Houve, portanto, uma permanência no discurso norma sobre a construção das juventudes como um tempo de vivência da liberdade e do prazer com pouca preocupação sobre consequências.

Com efeito, as mulheres em outra faixa etária, em tese “mais maduras”, se mostraram, em regra, arrependidas do caminho que tomaram, procuraram justificar seu ingresso no crime por motivos exógenos, seja em virtude da influência de outras pessoas, seja devido a questões materiais, entre outras.

Por sua vez, as jovens acima referidas, com menos de vinte anos de idade, mas já com larga experiência no “mundo do crime”, apresentaram outra postura, sugerindo irresponsabilidade e até certa indiferença em relação à vivência relacionada ao tráfico: Dália

ingressou no crime porque queria aventura; Verônica quer permanecer nele, entre outros motivos, porque gosta de ser “das mais consideradas”.

É possível pensar na construção desses lugares das entrevistadas como parte do discurso normativo que atribui às juventudes a ausência de maturidade para lidar com situações cotidianas. Há uma repetição, nos discursos do dominante, de que a juventude é o espaço da subversão por excelência, ao passo que, com o passar dos anos, os sujeitos necessitam adequar-se às exigências sociais de assunção de responsabilidades.

Ora, da mesma forma que as construções dominantes do gênero marcam os posicionamentos identitários das entrevistadas, os discursos normativos sobre o elemento geracional também fazem parte de sua construção enquanto sujeito. Nas narrativas da pesquisa, assim, viu-se uma apropriação do discurso de jovens subversivos e de adultos disciplinados.

Para Dayrell (2003, p. 41), esta dicotomia gerada pelo discurso dominante precisa ser superada porque cria um modelo negativo de jovem, já que a

essa ideia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil.

O elemento geracional é apenas um dos aspectos complexos que permeiam esta pesquisa. Como visto, de maneira geral, dessas análises é possível compreender o porquê de ser tão repetida a máxima de que mulheres se envolvem no tráfico devido à influência dos maridos/companheiros, afinal é argumento recorrente em praticamente todas as narrativas. Todavia, como já dito, mesmo constatando que a presença masculina é uma constante nas suas histórias, não se pode afirmar que as narradoras se posicionam tão somente como vítimas – tampouco como protagonistas, apenas.

Com efeito, embora na maior parte do tempo, elas posicionem seus companheiros, as questões familiares e/ou expressões de desigualdade econômica como os principais elementos que as induziram a ingressar no tráfico de drogas, não se apresentam como pessoas desprovidas de discernimento e vontade e/ou necessariamente submissas.

Mesmo afirmando que fatores externos as levaram ao mundo do crime, em vários momentos as narradoras lembraram que sabiam onde estavam se envolvendo, mas seja pelo sentimento que nutriam pelos parceiros, seja pela necessidade de manutenção do casamento ou ainda de manutenção financeira, seguiram adiante no tráfico de drogas. Ademais, como

mostrado, nem todas as mulheres estavam sob a “aba” de um homem na atividade criminosa. Algumas delas vendiam droga independente dos parceiros que tinham.

Esta análise permitiu verificar, portanto, que havia de tudo na história de vida dessas mulheres. Não havia apenas um casamento, mas também problemas financeiros; não havia somente histórico de violência, mas também o desejo de transgredir etc... Assim, as identidades de traficante e de mulher das narradoras foram construídas de acordo com cada circunstância vivida, numa relação complexa cercada de rupturas e permanências quanto aos discursos heteronormativos.

CAPÍTULO IV

GÊNERO: ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

Neste momento, busquei identificar os repertórios usados pelas entrevistadas que remetem às construções de gênero. Este capítulo servirá a responder o outro objetivo específico desta pesquisa, qual seja, identificar os repertórios utilizados nas narrativas, neles compreendidos as permanências e rupturas nos posicionamentos das entrevistadas em relação às normas de gênero.

Aqui, não foram apresentadas tão somente as relações entre o gênero e o crime, afinal os efeitos de sentido construídos pelas participantes acerca de como veem as relações entre homens e mulheres, ou entre o que é ser homem ou ser mulher envolvem várias questões da vida em sociedade, do vestuário à sexualidade, por exemplo. Com efeito, falaram sobre o que consideram ser mãe, sobre a forma como homens e mulheres demonstram sentimentos, sobre as roupas de cada um, sobre as maneiras de vivência da sexualidade etc.

Dos dois capítulos em conjunto, pretendo compreender como a identidade de gênero das mulheres condenadas pelo tráfico de drogas é construída, a fim de perceber como elas se veem diante do que é estabelecido socialmente para o “ser mulher” a partir de suas narrativas de histórias de vida. Este é o objetivo geral desta pesquisa, o qual atravessa toda a análise realizada.

Além disso, neste quarto capítulo ainda trago um item para discussão sobre o posicionamento dessas mulheres na condição de estar presidiária, quais significados atribuem ao lugar de onde falam... Esta análise torna-se importante por ser este lugar mais uma posição identitária assumida por essas mulheres e também atravessada pelas construções de gênero.

4.1 As construções sobre os gêneros nas narrativas...

Das narrativas de história de vida obtidas, vê-se que essas mulheres utilizaram repertórios que as posicionavam de forma ambivalente, ora com enunciados pertencentes à “ordem das regularidades” (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 51), isto é, permitindo visualizar as permanências nos sentidos construídos, ora posicionando-se de forma subversiva diante das construções heteronormativas do gênero.

Apesar de não existir uma pergunta na entrevista sobre como elas se vê em enquanto mulher e sobre questões diretamente relacionadas ao gênero etc., elas construíram seus posicionamentos na interação com o cotidiano e com outros discursos. Trouxeram repertórios a que têm acesso, os quais dão sentido ao seu lugar e ao lugar do outro no mundo, seja dentro ou fora do crime.

VIOLETA, 25 anos: Até meus 16 anos de idade, eu vestia camisa de homem, boné... toda largadona. Brincava de bola, soltava pipa, pião, era praticamente um menino. Depois dos dezesseis, aí eu comecei a namorar na escola, aí foi que eu comecei a me vestir mais feminina, me cuidar mais, cuidar da aparência...

A entrevistada constrói sua narrativa elencando vários elementos que separam os universos masculino e feminino, segundo os discursos dominantes. Quando posiciona as brincadeiras de bola, a pipa, o pião e, ainda, a forma “largada” de se vestir como “coisas de homem”, ao passo em que posiciona o cuidado com a aparência como uma necessidade tipicamente feminina, a narradora incorre nos binarismos construídos e perpassados pelos discursos hegemônicos sobre como devem ser homens e mulheres em sociedade.

Todavia, é interessante observar como Violeta se posiciona, saindo daquilo que julga pertencer ao universo masculino e passando a “assumir” as características tidas como femininas pelos discursos essencialistas. Posiciona-se na fronteira, portanto, demonstrando as possibilidades de que corpos ocupem outros espaços para além dos definidos pelos discursos heteronormativos.

Na perspectiva de Butler (2015), os corpos não têm uma substância, mas são uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada. Para a filósofa, esta ideia de “trânsito dos corpos” costumeiramente é obscurecida em virtude da heteronormatividade, que oculta a gênese do gênero enquanto repetição de atos controlada socialmente.

Para Margarida, abaixo, cuja relação difícil com o pai ficou evidente durante toda a entrevista, a existência desses dois universos distintos se materializava no trabalho e em outros aspectos da vida cotidiana, como nas relações afetivas.

*MARGARIDA, 33 anos: Ele [pai] sempre dizia assim: “Era pra ter nascido homem, era pra ter nascido homem que não ia me dar trabalho não...” (...) Eu fui criada assim, fazendo serviço... **de homem (ênfase)**... (ininteligível) casa, de barro... (...) esse negócio de varrer casa, vim sa... vim aprender, porque eu tive que aprender, mas eu não sabia, mas eu sabia traçar um traço de concreto, ir telhar uma casa com ele, tudo... isso eu entendo tudo... aí quando eu fui ficando mocinha, ele... que mãe foi vendo assim... meus peitos aparecendo, mãe disse: “Não, você não pode botar ela pra trabalhar*

nesse serviço não, que ela quer trabalhar sem blusa igual um homem e ela não é homem, ela é uma moça, ela é uma criança”.

Quando afirma que o pai dizia *“Era pra ter nascido homem, era pra ter nascido homem que não ia me dar trabalho não...”*, Margarida se refere à compreensão do pai sobre as diferenças na educação de meninos e meninas. Para ele “homem não dá trabalho”, expressão comumente utilizada principalmente para se referir às questões relativas à vivência (heterossexual) da sexualidade.

Da ênfase dada ao termo serviço “de homem”, nota-se que, para a participante, havia um desvio muito maior relacionado ao gênero do que ao elemento geracional, haja vista que ela não contesta o fato de ser criança e trabalhar, mas o fato de ser criança e trabalhar em serviços que não deveriam ser de uma mulher.

Quando relata que *“esse negócio de varrer casa, vim sa... vim aprender, porque eu tive que aprender, mas eu não sabia, mas eu sabia traçar um traço de concreto, ir telhar uma casa com ele, tudo... isso eu entendo tudo...”*, Margarida faz uso de discurso tradicional, fundado nos discursos heteronormativos sobre o gênero, segundo o qual dentre as responsabilidades da mulher estão o funcionamento da casa e a garantia da sociabilidade e da educação da família. Por sua vez, para o homem, restam os serviços pesados, fora de casa, como a atividade de pedreiro a que ela se refere.

Assim, embora se posicione em ruptura em relação às construções hegemônicas, afinal fazia “serviços de homem”, Margarida não questiona o fato desse tipo de atividade ser costumeiramente realizada por homens, o porquê tem que ser assim. Ao contrário, como dito, ela se posiciona como quem está onde não deveria, num processo contraditório de quem, na prática, rompe com o que está posto, mesmo acreditando que são eles os que guardam as “verdades”.

Nos relatos abaixo, as entrevistadas trouxeram o repertório sobre a sexualidade, a saber:

ROSA, 35 anos: E eu sempre fui privada de tudo... de certas amizades, entendeu? De ir pra festinhas quando eu já era adolescente. Meu pai não deixava, morria de ciúmes. Meu pai era mais liberal com os meus irmãos porque ele dizia assim: “Em homem não pega nada”, entendeu? “O bicho homem pode tudo, a mulher não pode nada”, entendeu? “Porque a mulher tem o que perder, o homem não tem”. A questão de virgindade, essas coisas, sabe? E eu sempre fui muito privada de tudo, minha adolescência inteira.

ACÁCIA, 33 anos: Fui crescendo, arrumei namorado, me ‘perdi’ com ele, mas aí eu não quis, nunca quis me juntar não... porque pouco tempo depois ele morava... acho que era... [diz o nome de uma cidade da Paraíba],

trabalhava em... [diz o nome de uma cidade da Paraíba]... Quando eu me 'perdi' com ele, ele queria que eu fosse embora... (...) E é o pai dos meus filhos. Não foi o homem que eu me 'perdi' com ele, mas é o pai dos meus (...) filhos.

MARGARIDA, 33 anos: Eu via que as minhas colegas se 'perdiam', no modo de dizer, e os pais deixavam soltas e eu queria ter liberdade. Eu não tinha liberdade pra nada, nada... Aí eu disse, se eu for fazer isso aí também, eu acho que pai vai me deixar solta. Aí fui... e desde dos meus quinze anos que eu conheci esse rapaz, eu simpatizava muito com ele, mas eu sabia que ele não queria nada comigo, que ele queria... tipo assim, como me usar e jogar fora, mas como eu era uma 'moça', me envolvi com ele uma vez só, engravidei.

Nos fragmentos acima, nota-se a permanência no binarismo, com a repetição da dicotomia de que há comportamentos esperados do gênero feminino e do masculino em sociedade. Além disso, observa-se que as narradoras se posicionaram de forma bastante linear no que se refere à coerência entre gênero, sexo e desejo, tratando de uma perspectiva de relacionamentos heterossexuais tão somente.

Quando presentifica o pai no processo dialógico, Rosa aponta lugares-comuns acerca do controle da sexualidade da mulher e como estes interferiram na construção de sua identidade. Nas suas memórias, a interação com o pai era sempre restritiva e fortemente fundada nos estereótipos dominantes do gênero, como se vê da seguinte passagem: “*meu pai era mais liberal com os meus irmãos porque ele dizia assim: 'Em homem não pega nada', entendeu? 'O bicho homem pode tudo, a mulher não pode nada', entendeu? 'Porque a mulher tem o que perder, o homem não tem'”*).

Além disso, a questão da virgindade aparece como uma preocupação diretamente relacionada ao gênero feminino, já que não haveria nenhuma punição ou reprovação à perda da virgindade masculina, que não é vista como transgressão moral nenhuma, como se vê da frase de Rosa: “*porque a mulher tem o que perder, o homem não tem*”. Esta referência à virgindade como elemento a ser preservado está imbricado aos discursos dominantes de controle sobre o corpo e sobre a sexualidade feminina (LOURO, 2000).

Por sua vez, nos relatos de Acácia e Margarida, os termos usados – “se perder” e “ser moça” – mostram como elas se posicionavam diante do tabu da virgindade à época em que viveram e como permanecem dentro da ordem regular de repetição dos discursos binários sobre o gênero. A expressão “se perder” é normalmente utilizada numa referência à honra da mulher. A ideia dominante, baseada numa lógica falocêntrica de sociedade, é de que a mulher que perde a virgindade fora do casamento perde a própria dignidade.

É possível situar essa ideia sobre a virgindade naquilo que Spink e Medrado (2000) chamam de “tempo longo”, ou seja, dentre os conhecimentos produzidos e interpretados por diferentes domínios de saber e tradições do senso comum, que antecedem a vivência das pessoas, mas nela se fazem presentes por meio de instituições, modelos, normas etc.

Segundo os referidos autores, muitas vezes, devido às transformações sociais, alguns enunciados construídos historicamente perdem a razão de existir, sem, no entanto, desaparecerem os repertórios disponíveis. “É assim que o tempo longo se faz presente. Não é uma história morta, depositada nos tempos passados; são construções que alimentam, definem e ampliam os repertórios de que dispomos para produzir sentido” (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 52).

Todavia, isto não significa que o controle da sexualidade feminina, especialmente relacionado à virgindade, não exista mais. Ao contrário, as construções deste tempo longo, perpassadas por distintos discursos, permanecem vivas, mesmo com tantas mudanças advindas com a contemporaneidade.

Outro repertório recorrente que essas mulheres relacionam diretamente ao universo feminino é a capacidade de amar intensamente.

ROSA, 35 anos: Eu acreditava cegamente nele, eu estava perdidamente apaixonada, entendeu? Até que um dia, um belo dia, a polícia vem a minha casa e dá aquele tremendo... lá chama-se “baculejo”. Joga tudo pro alto, revira tudo, procurando algo. Só estava eu e meu filho e ele não estava em casa. Eu apaixonada... eu acho que... Você sabe o que é uma mulher apaixonada, não é? (Risos) (...) Ali eu só conseguia enxergar uma coisa... eu sabia que aquele homem não tinha futuro pra mim. Além de viver no mundo do tráfico, ele era praticamente viciado no álcool... Mas eu não conseguia mais me ver sem ele, entendeu? Ele estava fazendo mal não só a mim, como ao meu filho também, mas eu estava (ininteligível). A grande besteira que eu fiz... (Silêncio) (...) Mesmo correndo todos os riscos. Ou tudo ou nada. Entendeu? Pra mim, a partir dali era ou tudo ou nada e ele me pediu tudo isso como prova de amor, entendeu? Como prova de amor! “Se você me ama...”, certo? Porque as mulheres dos outros companheiros dele, todas já eram, já viviam no meio do mundo do tráfico. (...) Porque é como diz o ditado, né? Por trás de um grande homem sempre existe uma grande mulher.

Ancorada em discursos essencialistas sobre o gênero, Rosa, que atribuiu seu ingresso no “mundo do crime” ao amor cego que sentia pelo companheiro, recorre a memórias que posicionam a si e às mulheres de forma geral como capazes de correr riscos em nome de um amor. É o que se depreende da pergunta que faz à entrevistadora “*Eu apaixonada... eu acho que... Você sabe o que é uma mulher apaixonada, não é? (Risos)*”, que tem por efeito

construir uma aliança entre a pesquisadora e a narradora e, certamente, entre todas as mulheres.

Além disso, Rosa ainda apresenta a voz do companheiro na dinâmica de produção de sentidos – “*Se você me ama...*” –, o qual, segundo ela, cobrava seu envolvimento no tráfico como uma prova de amor. Quando recorre ao discurso do companheiro e afirma que “*pra mim, a partir dali era ou tudo ou nada e ele me pediu tudo isso como prova de amor, entendeu?*”, o discurso da narradora talvez tenha procurado retirar de si parte da responsabilidade pelo ingresso no “mundo do crime”.

Ora, a entrevista certamente significou um caminho para as narradoras explicarem suas experiências, para defenderem suas “verdades”... Ao posicionar a cobrança do companheiro como aquilo que a inseriu no tráfico, além de permanecer nas normas de gênero dominantes que informam que as mulheres amam cegamente, Rosa buscou legitimar a versão que sustenta, de que não teria ingressado no mundo do tráfico se não fosse por meio dessa relação, o que minimiza a sua culpa.

A narradora apresentou sentimentos ambivalentes, até incoerentes acerca do companheiro, quando afirmou que “*eu sabia que aquele homem não tinha futuro pra mim. Além de viver no mundo do tráfico, ele era praticamente viciado no álcool... Mas eu não conseguia mais me ver sem ele, entendeu? Ele estava fazendo mal não só a mim, como ao meu filho também, mas eu estava (ininteligível)...*”. Significa dizer que, mesmo percebendo os problemas que sua relação trazia, não conseguia se distanciar do parceiro. Nesse sentido, é possível que o silêncio de Rosa no meio da narrativa sugira um momento de introspecção da narradora e talvez arrependimento em não ter saído da relação anteriormente, materializado na frase “*A grande besteira que eu fiz...*”.

Segundo Acácia, abaixo, mulheres e homens amam de forma distinta:

ACÁCIA, 33 anos: É uma coisa assim sem noção, mulher é troço besta no mundo e quando a gente cai aqui a gente vê que a gente faz papel de gente besta... É, porque ama e não é amada (ênfase) suficiente porque quando a gente cai aqui, eles não se lembram da gente o tanto que a gente se lembra deles de jeito nenhum, de maneira nenhuma... é tudo ilusão da cabeça... amor, amor? Mulher, amor é da mãe, é quem passa nove meses com a gente na barriga, que gera, que lhe cria, quem lhe dá educação... mas homem, você conheceu ontem ou há num sei quantos anos... podem ser cem anos, que ele sempre apronta... homem é homem...

A narradora posiciona a mulher como aquela que “*faz papel de gente besta*”. Quer, com isso, produzir o efeito de sentido de que a falta de reciprocidade nos sentimentos e entregas é notória nas relações homem-mulher, principalmente dentro do cárcere. Acácia fala

de forma generalista sobre as centenas de mulheres “esquecidas” nas prisões país afora e, assim, se coloca na posição de quem se iludiu com o amor.

A entrevistada ainda repete o lugar-comum de que “amor, só de mãe”, reforçando a premissa de que a maternidade é o elo mais confiável entre os seres humanos, que nem o amor paterno é tão seguro quanto o da mãe. Além disso, traduz a falta de confiabilidade dos homens no dizer “*podem ser cem anos, que ele sempre apronta... homem é homem...*”, sugerindo que a “natureza masculina” difere da feminina, sendo menos fiel, mais despreocupada com sentimentos etc.

Como se vê, os posicionamentos da narradora se ancoram nas construções hegemônicas de gênero. Na referência ao estereótipo de homem estabelecido socialmente, é possível pensar sobre o caráter relacional do gênero, sabendo que não é viável conhecer e questionar a construção do universo feminino sem compreender como é construída a masculinidade hegemônica.

Segundo Scott (1990), não há razão para se estudar homens e mulheres de forma dicotômica, em duas esferas separadas, como se não houvesse relação entre a construção e as experiências de ambos os sexos. Afinal, suas diferenças – e as desigualdades construídas em virtude delas – fundam inúmeras relações de poder e de privilégios nas relações em sociedade.

Com efeito, ao passo que a mulher é pensada para o universo doméstico, para manter-se ligada à família, como aquela de enorme sensibilidade e capacidade de amar, o homem é construído para os espaços externos, para ser o provedor da casa etc... Além disso, apesar de todos os questionamentos contemporâneos sobre certos paradigmas, o homem ainda é visto maciçamente como aquele cujas traições são passíveis de perdão devido à “natureza” instintiva, aos desejos sexuais incontroláveis, é o homem que “apronta” inevitavelmente, como mostra o desencantamento no relato acima transcrito.

No mesmo sentido, a participante Rosa pede para deixar um recado às mulheres que porventura leiam o resultado da pesquisa, salientando que “não vale a pena” amar da forma como ela amou:

ROSA, 35 anos: ... porque muitas vezes são induzidas pelos homens, os companheiros, os namorados, entendeu? Que elas possam abrir os olhos enquanto é tempo, entendeu? Que elas não venham cair na mesma situação que eu um dia caí, porque não vale a pena, entendeu? E que pra amar, hoje eu vejo assim, pra amar alguém, a gente tem que primeiro se amar. Foi o que aconteceu comigo, entendeu? Eu não tinha amor-próprio, certo? E hoje eu tenho, apesar de que, foi como eu já te falei, né? Eu ainda não esqueci de vez aquela pessoa, mas eu hoje eu penso primeiro em mim, certo?

Da narrativa, infere-se que a entrevistada se posiciona como uma vítima do companheiro, como alguém que foi induzida a ingressar no tráfico, da maneira como muitas outras mulheres também são, ao dizer “*porque muitas vezes são induzidas pelos homens, os companheiros, os namorados, entendeu? Que elas possam abrir os olhos enquanto é tempo, entendeu? Que elas não venham cair na mesma situação que eu um dia caí, porque não vale a pena, entendeu?*”.

Ao posicionar outras mulheres como vítimas de seus companheiros traficantes, Rosa possivelmente busca legitimar sua posição naquele lugar. Ao tempo que inclui outras mulheres na mesma situação, chama atenção para o fato de não estar sozinha, de não ser a primeira a experimentar o crime em virtude dos motivos que apresenta.

Além disso, ao afirmar “*Eu ainda não esqueci de vez aquela pessoa, mas eu hoje eu penso primeiro em mim, certo?*”, a narradora produz efeito de sentido que privilegia o individual, uma vez que hoje coloca a si em primeiro lugar. Apesar disso, reforça que segue apaixonada pelo ex-companheiro, mesmo com todos os problemas vividos, numa verdadeira ambivalência de sentimentos. Importa ressaltar que, quando o assunto é amor, os relatos de Rosa estão no sentido de continuidade da norma, afinal atribui a responsabilidade pelo seu envolvimento com o tráfico ao companheiro, porque o amava demais.

Cumprido salientar que, embora se posicione como vítima do companheiro em quase toda a entrevista, são vistos também momentos de rupturas vividos e lembrados por Rosa, dentro de sua relação afetiva, apontando as incoerências de uma identidade que se constrói a partir de inúmeros fragmentos, a saber:

ROSA, 35 anos: A gente vivia entre facas e tiros. Entre facas e tiros porque eu era bobinha. Eu saí daqui de Campina Grande bobinha, não conhecia violência, drogas, nem nada. Mas quando eu comecei a conviver com ele, depois de um ano, eu já estava uma quase bandida. Eu não tinha mais medo de nada, entendeu? Porque ele me agredia e eu reagia. Eu sempre fui muito atrevida, entendeu? E ali eu passei a ver que, eu botei na cabeça que eu só ia apanhar dele até aquele momento depois de um ano que a gente já convivia junto. E eu cheguei pra ele e disse: “Olha, a partir de hoje, se você me bater, eu vou te bater também. Se você vier com uma faca, eu vou com outra também, entendeu? E se você vier na bala, eu vou na bala também, certo? E se você meter bala em mim, você dê pra me matar, porque se você não me matar, eu lhe mato”. E aí no mundo do tráfico tudo torna-se fácil, arma, entendeu? Tudo isso vai se tornando fácil...

Os posicionamentos de Rosa demarcam uma divisão temporal e espacial que deve ser considerada. Antes de ir morar com o companheiro que, segundo ela, a levou para as drogas, ela não conhecia violência nem qualquer atividade ilícita. Ela se posiciona como uma

pessoa ingênua quando residia em Campina Grande, que mudou quando passou a conviver conjugalmente com o parceiro. Cumpre notar que a narradora não adota a posição identitária de bandida, mas de uma “quase bandida”, quando diz “*mas quando eu comecei a conviver com ele, depois de um ano, eu já estava uma quase bandida*”.

Ao afirmar “*Eu não tinha mais medo de nada, entendeu? Porque ele me agredia e eu reagia. Eu sempre fui muito atrevida, entendeu?*”, a narradora assume também protagonismo quando no contexto das várias formas de violência. É o que se conclui quando Rosa refere-se ao diálogo que travou com o companheiro, prometendo “olho por olho, dente por dente” a cada nova agressão sofrida, reforçando sua atuação de ruptura com a posição de mulher vítima e submissa.

Cabe ainda ressaltar que da forma como se posicionam nas histórias de vidas contadas na pesquisa, essas mulheres fizeram várias renúncias em nome do amor, a fim de permanecerem ao lado dos companheiros ou maridos. É o que se vê no relato de Acácia:

ACÁCIA, 33 anos: Às vezes, comprava metade de um frango... aí cozinhar aquele frango... botar a parte dos meninos, botar a dele todinho pra ele e deixar só o molho pra quando eu chegar eu comer... era assim... aí levava cigarro, queria agradar de todo jeito... o que pudesse entrar de melhor, ia... o que tivesse ao meu alcance, eu fazia, mesmo que pra mim não tivesse... tendo pra ele e os meninos, tava ótimo...

A entrevistada narra as dificuldades sofridas durante a prisão do marido, especialmente para prover sua manutenção e dos seus filhos. A capacidade de sacrificar-se é mostrada quando afirma “*o que tivesse ao meu alcance, eu fazia, mesmo que pra mim não tivesse... tendo pra ele e os meninos, tava ótimo...*”, já que, para Acácia, o importante era garantir o bem-estar dos filhos e do marido, em detrimento do dela própria.

Na sua pesquisa, Benites e Barbarini (2009, p. 22) também identificaram esse discurso pautado no modelo binário hegemônico, que concebe mulheres como seres dóceis e de uma capacidade inata de amar, como uma de suas entrevistadas afirmou: “*Mulher já é amor. Tem que dar amor pros pais, depois tem amor pro namorado, depois pro marido... amor pros filhos...*”.

A partir das entrevistas que realizaram, as autoras concluíram que, sem se aperceberem do caráter histórico-cultural dessa concepção, as participantes reproduziram “uma ideologia de gênero, que ‘deposita’ o amor à mulher, como se homens não estivessem sujeitos a amar, a cuidar...” (BENITES; BARBARINI, 2009, p. 22, grifo das autoras).

Assim, viu-se que a história contada por Acácia, a qual, apesar de singular, não é de todo inédita, repete a posição das mulheres enquanto sujeitos capazes de renúncias, de

abnegação, tudo em nome do amor... Segundo seu relato, abaixo, direta ou indiretamente, houve renúncia à própria liberdade:

ACÁCIA, 33 anos: As meninas acham: “Acácia [diz o seu nome], será que tu disse que era só teu pra tu defender ele?”. Eu acho que sim também, eu tive muita culpa... eu fui ré confessa, né? Assumi. Fiquei pensando... e se for ficar preso, ele já tava cumprindo uma pena por tráfico, e cumprir outra... ele já pegou da primeira cadeia oito anos de cadeia, igual eu peguei agora... se ele pegar outra, vai pegar um caminhão de cadeia sem fim... Eu sei lá, pensei em tanta coisa na hora... e no dia da audiência, eu acho que eu não tava em si não... Parece que tava no outro mundo.

No processo de interanimação dialógica, a narradora presentifica as amigas para reforçar a dimensão das renúncias que fez pelo marido. Ela apresenta todas as dúvidas que vieram à mente, sempre se questionando sobre o prejuízo para o marido, caso ela o entregasse à Justiça. Diante das angústias todas, preferiu confessar a autoria do crime e renunciar ao direito à liberdade.

Aqui, a versão de Acácia permanece em conformidade com o discurso hegemônico no que se refere à intensidade na forma de demonstrar sentimentos, compreendida como típica da mulher. Mas é possível refletir também sobre esta narradora enquanto aquela que rompe com o discurso da fragilidade, afinal privar-se da liberdade em nome de um amor não poderia ser visto como um ato de coragem?

Ou, ainda, não seria a narrativa de Acácia uma defesa diante de sua prisão? Tendo o discurso natureza circunstancial, não é possível descartar a possibilidade da narradora querer se adequar à norma sobre as construções de gênero justamente porque mais “vantajosa” nesse aspecto, por exemplo.

Além disso, outra questão que praticamente todas relacionam à sua identidade de mulher é a maternidade. De todas as entrevistadas, apenas uma não é mãe e cumpre dizer que esta sofreu um aborto após brigar com o companheiro e, de complicações deste fato, resultou que não pode mais engravidar.

ROSA, 35 anos: Pra ele tem sido muito difícil, ele não tem frequentado as aulas regularmente, entendeu? E eu sou aquela mãe assim, que tava lá, ajudava... eu podia ter aquele dia cheio de tudo, mas eu tinha que ter aquele horário de sentar com ele, certo? Pra ver os trabalhos escolares, aquilo tudo. E ajudava ele em tudo. Se tinha prova, eu que tava lá ajudando ele a estudar praquela prova, entendeu? Acompanhava ele... Eu tava assim, acompanhando ele em tudo. E agora ele se sente muito só, entendeu? Bem, foi isso que ele me falou. Ele falou: “Mãe, eu quero ficar em casa esperando pela senhora, entendeu? Eu não tenho vontade, como eu tinha o ano passado...” E eu não posso exigir muito dele. Ele já é um menino muito bom, entendeu? Não tem vícios, o único vício dele é o futebol e o videogame. De casa pra escola, da escola pra casa e pra escolinha de futebol, e o

videogame em casa. Então eu não posso, eu não me sinto no direito hoje de cobrar.

MARGARIDA, 33 anos: Meus filhos, nesse momento, estão precisando urgentemente de mim. Eu nunca sofri na minha vida o quanto eu tô sofrendo agora, professora, por causa dos meus filhos, porque o meu mais velho vai fazer o quê? 16 anos, já é um homem maior do que eu. E o meu caçula tem o que? 13 anos, completou domingo. (...) Aí aconteceu essa briga agora, eu fiquei sabendo por alto e fiquei com muito desgosto. (...) Uma criança com uma faca na mão. Aí, professora, ele precisa de quem? De mim. Porque ele não tem pai, ele não tem ninguém, ele só tem medo de mim. Medo não, ele tem assim... eu reclamo com ele, ele me obedece. Aí eu tenho tanto medo dele dizer assim: “Mamãe, que exemplo a senhora deu pra mim?”.

*VIOLETA, 25 anos: Ele vive dizendo a meu pai que eu me esqueci dele, que não amo ele porque ele não, não é obediente. Que ele sente falta. E ele é **muito, muito, muito (ênfase)** esperto. Muito, muito. E ele tem andado muito agressivo. Eu sei que isso é a falta do carinho da mãe... não tem carinho nenhum que substitua, não é verdade?*

Sem que tenha sido necessário perguntar a respeito, todas as entrevistadas falaram sobre suas experiências enquanto mãe e muitas delas novamente traziam estereótipos relacionados ao discurso dominante sobre o gênero nos diálogos, inclusive citando a culpa que sentiam por não estarem presentes na vida dos filhos, devido à prisão. Ademais, algumas se sentem responsáveis pelos comportamentos dos filhos e impotentes de cobrar qualquer mudança, já que se posicionam como pessoas incapazes de “dar exemplo” na situação em que se encontram.

A participante Rosa repete várias vezes durante o relato como era uma mãe presente e que ajudava o filho nas atividades cotidianas. Presentifica a voz do filho, ao afirmar “*Ele falou: ‘Mãe, eu quero ficar em casa esperando pela senhora, entendeu? Eu não tenho vontade, como eu tinha o ano passado...’*”, para salientar como sua ausência é prejudicial ao desenvolvimento dele, que ultimamente tem apresentado problemas na escola, pois conclui dizendo: “*E eu não posso exigir muito dele*”.

Margarida, por sua vez, narra as dificuldades que têm passado longe dos filhos sem a possibilidade de educá-los. A narradora se culpa por não estar presente e atribui à sua ausência a responsabilidade pelos “desvios” dos filhos, inclusive pelo comportamento violento de um deles. Notou-se certa hesitação da entrevistada ao se corrigir diante do sentimento do filho por ela: ele não sente medo, apenas a obedece. Talvez sugira o desejo de que a entrevistadora a veja como uma pessoa isenta de práticas violentas, já que a escolha da forma de apresentação do indivíduo no relato normalmente tem uma intencionalidade relacionada, inclusive, ao tratamento que deseja receber (SOUZA, 1998).

Por fim, a entrevistada Violeta traz também a sua culpa por estar longe, sem acompanhar o crescimento do filho. Ela se culpa pela distância e pela confusão que provoca na cabeça da criança, que fica procurando explicações para a ausência da mãe – o filho não sabe que ela está presa e acredita que está num hospital, se recuperando de um acidente de motocicleta. Enfatiza a esperteza do garoto, quando diz “*E ele é muito, muito, muito (ênfase) esperto. Muito, muito*”, que tem questionado sua longa estada sem aparecer em casa.

Moreira (2012, p. 96) também identificou em sua pesquisa a recorrência a esse sentimento. Para a autora,

as falas das participantes revelam que o sentimento de culpa está diretamente atrelado a impossibilidade do estreitamento dos laços mãe-filho gerado pelo aprisionamento e/ou ausência de notícias destes por meses e até anos, o que gera outros sentimentos como a insegurança e solidão.

Importa dizer que as entrevistadas se posicionam como mães antes mesmo de qualquer outra identidade assumida, inclusive a de traficante e/ou presidiária, conforme se vê abaixo:

ROSA, 35 anos: Eu digo que sou feliz porque eu tenho um filho maravilhoso, sabe? Que ele diz assim: “Minha mãe é uma guerreira, eu me orgulho muito dela”. Porque mesmo com tudo, Marina, tá certo que não justifica, mas eu nunca deixei faltar nada aos meus filhos, eu sempre estive ali apesar de viver aquela vida corrida, toda... sabe? De cabeça pra baixo naquele tempo. Mas eles tinham uma... não tinham uma família estruturada, mas eles tinham uma mãe ali (ininteligível), entendeu?

MARGARIDA, 33 anos: O que eu ganhava aqui eu dava pros meus filhos, porque a gente ganhava... eu ganhava o quê... cento e cinquenta por mês. (...) eu fiz... mesmo eu aqui dentro, mas eu fiz o possível e o impossível pelos meus filhos lá fora, porque tudo que eu fazia era em benefício deles

Nos sentidos que dão ao mundo e às suas experiências, ao lado da culpa por não estarem presentes, situam a sua dedicação aos filhos sempre que puderam, tanto dentro quanto fora da prisão. Em ambos os relatos, nota-se o posicionamento vinculado a um ideal de mãe.

Com efeito, Rosa inicia seu relato reafirmando sua posição identitária de mãe, com a interação do filho, que diz: “*Minha mãe é uma guerreira, eu me orgulho muito dela*”. O recurso a esta voz pode se referir à necessidade de acrescentar um peso moral ao seu posicionamento, considerando as limitações construídas em torno do lugar de presidiária que ocupa atualmente. Afinal, segundo Souza (1998, p. 166),

a recorrente utilização do discurso citado chama também a atenção para situações em que a identidade pessoal ou a posição social do falante é, em alguma medida, insuficiente para garantir a verdade ou a autenticidade de suas afirmações.

Em seguida, Rosa enfatiza sua presença na vida dos filhos, ainda quando vivia no meio do tráfico de drogas. Ao afirmar “*Porque mesmo com tudo, Marina, tá certo que não justifica, mas eu nunca deixei faltar nada aos meus filhos, eu sempre estive ali apesar de viver aquela vida corrida, toda... sabe?*”, depreende-se que o efeito de sentido que se deseja produzir é certamente a diminuição da reprovação sobre suas ações.

A entrevistada Margarida narra que sempre tentou fazer de tudo pelos filhos, dentro e fora da cadeia. “*Mesmo eu aqui dentro, mas eu fiz o possível e o impossível pelos meus filhos lá fora, porque tudo que eu fazia era em benefício deles*”, justificando que o valor que recebia pelo trabalho prestado no presídio era enviado integralmente para o sustento dos filhos, que estão com a sua mãe.

Destes relatos, nota-se que as entrevistadas permanecem dentro da compreensão dominante sobre a maternidade, vista como elemento ligado à essência feminina e cuja violação é passível de imensa reprovação moral. Esta repetição do discurso hegemônico se apresenta no próprio remorso, na própria culpa que parecem sentir por terem “falhado” neste aspecto da vida.

No entanto, cumpre colocar aqui que algumas narradoras, embora em tom de arrependimento, trouxeram rupturas com o que é posto para o gênero feminino, no que se refere à maternidade.

DÁLIA, 19 anos: Mas eu só me arrependo mesmo pelo fato de eu não ter criado os meus filhos, ter deixado meus filhos pra lá... (Ininteligível) Minha menina hoje tem quatro anos, meu menino tem dois. E só sabem que eu sou mãe porque minha família sempre lembra a eles, mas se não, eles nem lembravam. (Silêncio).

A entrevistada, durante toda a narrativa, se posiciona como uma mãe irresponsável, que deixou os filhos de lado porque, conforme explica em outro fragmento, “*com quatro meses eu dei minha filha a minha avó, porque eu queria ir pra banda voou*”. No relato acima, ressalta arrependimento, já que é sequer reconhecida espontaneamente como mãe pelos próprios filhos, em virtude de toda a ausência.

Ainda no que se refere à heteronormatividade, houve menção à questão da linearidade entre sexo, gênero e desejo, como se vê do relato abaixo:

VIOLETA, 25 anos: [No presídio] se a pessoa não tiver uma mente boa. Muita pressão psicológica. Se você não tiver, não tiver atitude mesmo, de você impor uma coisa e ser aquilo e pronto... Você vai ser... é levada pela cabeça dos outros, pelo o que os outros falam. Meninas aí que chegam

casadas, se relacionam com outras mulheres... Se a pessoa não tiver uma mente boa... Vai se conduzindo pelo ruim.

Na narrativa de Violeta, o envolvimento afetivo com mulheres é algo que conduz para um “caminho ruim”. Da forma com constrói o relato, as mulheres que lá estão se envolvem com outras por não conseguirem resistir à pressão psicológica gerada no ambiente. A compreensão da narradora sobre o assunto é certamente determinista, permanecendo na ordem das regularidades, como se não fosse possível, em condições “normais”, que este tipo de relacionamento acontecesse para aquelas mulheres.

Por sua vez, merece destaque o relato de Gardênia, que é certamente o que mais se afasta dos discursos normativos dentre todas as entrevistadas, no que se refere à crítica à heteronormatividade, bem como à vivência da sexualidade.

ENTREVISTADORA: E como foram teus casamentos, Gardênia?
GARDÊNIA, 27 anos: Todos mau. O melhor que eu vivi foi com essa mulher que eu arrumei. (...) Muito bom meu casamento com ela... com a menina [refere-se à companheira]. A gente vivia numas maravilhas. Eu não vou mentir a senhora não.

Ao contrário, Gardênia ressalta como foi feliz com a companheira, quando diz “O melhor que eu vivi foi com essa mulher que eu arrumei. (...) Muito bom meu casamento com ela...”. Além disso, lembra do esforço que fez para tirar a companheira do vício das drogas, descrita abaixo.

GARDÊNIA, 27 anos: Ela [a companheira] me esqueceu aqui. Num deu mais notícia a mim. Ela é drogada também... e eu tentava tirar ela das drogas... Eu viciada, via ela fumando. E nós fumava... pra senhora ver, né? Quem era eu e quem sou eu hoje? Só a gente querer que a gente sai do vício. Colocar na cabeça “Eu não quero, eu não quero” e... não querer.

ENTREVISTADORA: E não querer...

GARDÊNIA, 27 anos: É... principalmente quando vê os filhos crescendo. Porque minha filha tem dez anos, aí ela vai passar por uma rua... E vai dizer: “Ó, a filha da noiada...”. Eu não quero isso pra minha filha. É melhor que diga “Ó, a filha da lésbica...”, como eu fui, que eu também não quero mais.

Neste trecho do relato de Gardênia, ela afirma que o relacionamento homoafetivo foi algo bom e apenas isso parecia interessar. Inclusive importa destacar o comparativo que ela faz entre o vício da droga e a vivência da sexualidade, quando diz ““Ó, a filha da noiada...”. Eu não quero isso pra minha filha. É melhor que diga ‘Ó, a filha da lésbica...’, como eu fui, que eu também não quero mais”.

Quando fala do vício, do fato de ser uma “noiada”, a narradora traz um juízo de reprovação sobre este lugar, de uma reprovação social sobre o comportamento de quem é

viciada em droga e da sua própria rejeição a esta posição identitária. Ela não quer, de jeito nenhum, que a filha seja apontada na rua em virtude da mãe usuária de droga. Por sua vez, traz a condição de estar homossexual como comparativo, como fato que também costuma despertar uma condenação moral na sociedade, mas que a ela não importa, embora, em seguida, diga que não quer mais.

Cumpra salientar este posicionamento adotado pela entrevistada no que se refere à vivência de sua sexualidade. O tempo verbal utilizado na frase “*Ó, a filha da lésbica...’, como eu fui, que eu também não quero mais*” sugere que a narradora enxerga a possibilidade de transitar entre experiências que se apresentam. Na compreensão de Gardênia, que já tinha tido vários relacionamentos heterossexuais, ela “foi” lésbica, mas não quer mais “ser”.

Assumir esta contingência ou transitoriedade em relação à sexualidade pode ser interpretado como um rompimento com o discurso heteronormativo (LOURO, 2000), que seculariza e torna imutáveis as posições identitárias. Há uma ligação de seu posicionamento à fluidez das identidades sexuais... Segundo Nepomuceno (2005, p. 120), esse processo está relacionado à “ambivalência das possibilidades de ser e deixar de ser e continuar sendo, no fluxo contínuo de identidades plurais e suas possíveis ressignificações na contemporaneidade”.

No entanto, importa dizer que, em que pese tenha experimentado a subversão da heterossexualidade compulsória, rompendo com a inteligibilidade de gênero de que fala Butler (2015), Gardênia não se desvencilhou completamente do instituído em seus posicionamentos, como se vê do relato abaixo:

GARDÊNIA, 27 anos: Aí quando a gente subiu, que minha mãe me ajudou a gente a morar junto, porque dentro de casa não dava certo... pra meus filhos não tá vendo aquela convivência de duas mulheres...

Quando afirma que não queria que os filhos vissem a convivência de duas mulheres, a narradora se aproxima da ideia de que a homoafetividade não se encontra dentro do âmbito da “normalidade”. Os posicionamentos de Gardênia sobre a vivência de sua sexualidade, indo e vindo em meio aos discursos hegemônicos e de rupturas com a norma, demonstram que, em vários instantes, a narradora se permite tráfegar em outras regiões não alcançadas pela normatividade, sem abandonar as posições identitárias dominantes. Ao contrário, a narradora as assume também.

Nepomuceno (2005) explica que este processo de continuidades e discontinuidades se justifica porque as transitoriedades de gênero são apenas brechas, fissuras, algo que começa a escapar, mas que não subvertem integralmente a ordem. Para a autora,

a variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidade, de itinerários e de aspirações. [...] A liberdade de autodirigir-se se aplica agora, indistintamente, aos dois gêneros, mas se constrói sempre “em situação”, a partir de normas e papéis sociais diferenciados (NEPOMUCENO, 2005, p. 126-27, grifos da autora.)

Um caminho para compreender a complexidade e a aparente incoerência na construção dessas identidades tem sido apontado pelas abordagens pós-modernas, para as quais o sujeito se constrói e se desconstrói a todo instante, diante das inúmeras possibilidades que se apresentam. Há quem defenda, nessa perspectiva, a existência de uma espécie de “crise de identidade” (HALL, 2005), considerando as diversas posições de sujeito assumidas pelo indivíduo na contemporaneidade.

Para Hall (2005), a identidade em tempos pós-modernos é um elemento móvel e não é capaz de revelar verdades absolutas e incontestáveis. Em realidade, diante das mudanças cada vez mais rápidas e da mistura de inúmeros discursos que compõem os posicionamentos de cada um, as certezas tornam-se relativas, inconstantes... Há uma desmistificação da ideia de alguém ser um sujeito composto de essências e de discursos seguros e lineares sobre si.

Nesse contexto, o sujeito se abre às possibilidades da dúvida, da incerteza, da insegurança, e aquilo que é posto como certo e coerente, conforme os discursos hegemônicos, por vezes é deixado de lado e/ou convive com a oportunidade de outras vivências. Segundo Nepomuceno (2005, p.125):

Seja como uma modernidade líquida, exacerbada ou pós-moderna, o que sabemos é que a história humana está sendo marcada por descontinuidades e continuidades, uma pluralidade de possibilidades não-homogêneas, alterando o micro-universo particular de cada identidade na vida cotidiana num multifacetado mundo de variantes e possibilidades.

4.2 Sobre a condição de estar presidiária...

Ao contar sobre suas vidas, boa parte das entrevistadas se remeteu não apenas ao que viveu antes do crime, mas também à vivência enquanto presidiária. É curioso notar que não é esta a posição identitária que prevalece nos relatos. Em realidade, como já visto, elas se mostravam sobretudo como mães, esposas, filhas, antes mesmo de aparecerem como “mulheres do tráfico”.

Quando se posicionavam enquanto presidiárias, normalmente ressaltavam o seu lugar à margem, a invisibilidade sobre este segmento, seja dentro ou fora do presídio. Para Dália, a vida na unidade prisional não é fácil:

DÁLIA, 19 anos: A vida aqui é muito complicada... o sistema é muito complicado. Se você pensar: “Pronto, eu errei, mas foi a primeira vez, eu posso ter outra chance...”. Você não pode. Você errou, você vai pagar. Você errou, é assim, assim e assim... São bem rígidos, não querem nem saber, não querem me escutar, saber o que eu tenho a dizer, não querem escutar o lado da outra pessoa, não querem escutar nada... pra eles, aquilo é só o errado.

Quando Dália afirma que “*o sistema é muito complicado*”, subentende-se que faz referência ao sistema penitenciário em geral. Segundo Gregolin (1995), a implicação de conteúdos pode ser considerada uma estratégia discursiva normalmente utilizada para que seja possível alguém dizer algo sem assumir a responsabilidade de ter dito. E para que tal estratégia funcione, torna-se necessário que “o enunciador e o enunciatário tenham um conhecimento *partilhado* que lhes permita inferirem os significados. Esse conhecimento de mundo envolve o contexto sócio-histórico a que o texto se refere”. (GREGOLIN, 1995, p. 19-20, grifo da autora).

A sequência de inúmeras frases com elementos de negação utilizada por Dália certamente enfatiza a ausência de diálogo para a qual ela quer chamar atenção, considerando que, segundo a narradora, não é dado ouvido às vozes das mulheres que lá estão.

Além disso, a entrevistada fala bastante em “errar” e de como sempre se paga pelo erro no presídio. Também transmite a ideia de que, justamente por não serem ouvidas, aquelas mulheres sempre estarão erradas diante da Administração: “*pra eles, aquilo é só o errado*”. O relato de Dália produz um efeito de sentido de injustiça.

No mesmo sentido, Gardênia se refere à dificuldade no cotidiano na prisão:

GARDÊNIA, 27 anos: Sim, o que já passei aqui. Sim, senhora. Eu fui espancada. (Pausa). (...) Prefiro também não tocar no assunto não.

O relato de Gardênia aponta para agressões sofridas dentro do presídio. A pausa após dizer que foi espancada sugere uma hesitação antes de revelar qualquer outro elemento, sendo que a postura de finalização do enunciado (SPINK, 2010), ao dizer em tom de repetida negação “*Prefiro também não tocar no assunto não*”, pode sugerir receio de retaliação dentro da unidade. Não houve nenhuma abertura para conhecer mais sobre o posicionamento da entrevistada a esse respeito.

Relatos de violência são encontrados em outras pesquisas com mesmo objeto. Pereira (2008) traz histórias de várias mulheres condenadas pelo crime de tráfico de drogas que enfrentaram situações de violência das mais diversas, algumas delas institucionais. Nos presídios em Belo Horizonte, onde foi realizada a pesquisa da referida autora, algumas

mulheres afirmaram, inclusive, terem sido responsabilizadas por autoridades que lhe atribuíram inveridicamente posse de drogas.

Na presente dissertação, por sua vez, as entrevistadas trouxeram, ainda, dificuldades enfrentadas em virtude da posição identitária de presidiária fora dos muros da penitenciária, como se vê abaixo:

MARGARIDA, 33 anos: ...eu tô pedindo porque eu não tenho oportunidade de trabalho, as pessoas fecham as portas de tudo, as pessoas criticam.

ENTREVISTADORA: Criticam...

MARGARIDA, 33 anos: Principalmente por ser ex-presidiária, professora. Isso não é fácil não lá fora não. Nem é em todo canto que a gente pode trabalhar, em bar a gente não pode trabalhar, tem os ambientes de trabalho também (ininteligível) por conta disso aqui. Não pode de jeito nenhum. Eu mesmo, eu aceito qualquer tipo de trabalho, eu não ligo não, de jeito nenhum, mas o problema não enfrentar, o problema é ter. Quem tiver seu empreguinho hoje que dê valor. Se eu tivesse no mundão, ainda, eu tava no mesmo canto trabalhando. Isso aí eu garanto a senhora. Mas vim... por essa.

Margarida traz uma peculiaridade na sua experiência que precisa ser contextualizada. Ela está na sua segunda entrada na unidade prisional. Condenada à pena privativa de liberdade pela prática do crime de tráfico de drogas, a narradora já tinha cumprido parte da pena e obtido progressão funcional, cumprindo a pena em liberdade, quando foi novamente presa. Desta vez, acusada de envolvimento num esquema de corrupção dentro do presídio. Ocorre que, por este delito, ela já tinha sido inocentada à época da entrevista, mas ainda não tinha recebido de volta a liberdade condicional devido à morosidade da Justiça.

Nesse sentido, quando Margarida fala da sua experiência enquanto ex-presidiária, aponta as dificuldades que enfrentou no intervalo de tempo em que esteve fora da prisão. Segundo ela, “*as pessoas fecham as portas de tudo, as pessoas criticam*”, sugerindo que não é fácil viver – e, no caso, sobreviver materialmente – com o estigma dessa identidade.

No trecho abaixo, Verônica, por sua vez, relata dificuldades semelhantes e vai além, apresentando um processo de exclusão ainda mais amplo que o mundo do trabalho especificamente:

*VERÔNICA, 19 anos: Eu sei que minha vida é podre, é... eu não sou nada por já ser conhecida, por já ter nome sujo, por ser traficante... não arruma serviço, não arruma... não arruma uma carteira de trabalho, não arruma... porque é uma traficante... por isso, não tem outra coisa que fazer a não ser isso, esse é o mundo desconhecido pela comunidade, pelo mundão... pelas pessoas de bem, pelas pessoas de bem... “Não tem estudo, só fala gíria, maloqueira, só fala gíria, não teve estudo... não sabe nem conversar... **Não (ênfase)**...”. Então eu não tenho apoio de ninguém, né? A não ser dos que é igual nós, das que são igual nós... que tem mulheres de bem... uma mulher de bem não aceita uma amizade com uma maloqueira traficante... não*

aceita. Ninguém aceita, a não ser das que são traficantes também, os traficantes, homens como mulher... É... nós somos muito, nós traficantes somos muito desprezados pela sociedade... Que acham que a gente somos do mal...

O crime assume certa centralidade em toda a narrativa de Verônica. No relato acima, observa-se que a condição de estar traficante não propicia nada além da permanência neste “mundo”. Segundo a narradora, o “nome sujo” de presidiária faz com que não encontrem trabalho formal, faz com que não haja aproximação das “pessoas de bem”, restando apenas aproximação dos “semelhantes”, isto é, outras “pessoas do crime”.

A narradora faz uso de uma estratégia que utiliza em outras passagens de sua narrativa, qual seja, a repetição de várias negativas, ressaltando que não há nada em sua vida – “podre” – a não ser o crime, senão vejamos: “**não arruma serviço, não arruma... não arruma uma carteira de trabalho, não arruma... porque é uma traficante... por isso, não tem outra coisa que fazer a não ser isso (...)** ‘**Não tem estudo, só fala gíria, maloqueira, só fala gíria, não teve estudo... não sabe nem conversar... Não (ênfase)...**’. Então eu **não** tenho apoio de **ninguém**, né? ... uma mulher de bem **não** aceita uma amizade com uma maloqueira traficante... não aceita. **Ninguém** aceita, a não ser das que são traficantes também, os traficantes, homens como mulher...” (Grifos nosso).

As narradoras trouxeram relatos no sentido de posicionar a identidade de presidiária na condição de abjeção de que fala Butler (2000). Este significado se mostra ainda mais forte no relato de Verônica, no que se refere à condição de sujeito ou, melhor, de “não sujeito” dessas mulheres. Afinal, segundo Butler, em entrevista concedida a Prins e Meijer (2002), o conceito de abjeto não se limita à discussão sobre a sexualidade, mas relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante.

A filósofa cita as vidas dos refugiados libaneses, cujo significado não importa diante do extermínio realizado sobre essa população, para situar o conceito de abjeção para além da heteronormatividade. Porém, ressalta a necessidade de ter cautela com o desejo de elencar exemplos do que seria abjeto, sob pena de incursão no terreno da normatividade, restringindo a utilidade teórica do termo para casos não previstos previamente. Afinal, abjetos não seriam os corpos em si, mas o modo como aparecem nos discursos de uma determinada matriz cultural. (PRINS; MEIJER, 2002)

Nessa pesquisa em particular, as narradoras posicionaram as mulheres presidiárias como “não sujeitos” no que se refere à relação com a sociedade em geral, considerando a

invisibilidade que herdamos após o envolvimento com o crime. Segundo seus relatos, a vida das presidiárias a ninguém interessa, já que não existem trabalhos, amizades, apoios... São, portanto, os corpos rejeitados, aqueles que não importam e são considerados não-significativos e não-experimentáveis. (DÍAZ, 2013).

Numa construção que se pode afirmar “pesada”, Verônica, acima, trata do abismo que existe entre aquele que está na norma, neste caso, no âmbito da legalidade e da moralidade dominante, e aquele que foge delas. O repúdio à diferenciação do sujeito do tráfico, pela prática de uma atividade criminosa, parece que simplesmente o exclui da vida em sociedade, em suas várias dimensões.

O sentido construído pelo discurso da narradora é de uma negação generalizada sobre a existência desse sujeito que fere o padrão, remetendo, inclusive, à reflexão sobre os discursos sobre ressocialização de presidiários: haverá mesmo vontade (política, jurídica, social, cultural...) de “reeducá-los” para a vida em sociedade?

Verônica conclui seu relato apresentando uma ideia de injustiça acerca da posição identitária de traficante. Segundo ela, a sociedade a despreza por achar que todos os traficantes são “*do mal*”. A narradora não prossegue no assunto, apesar de despertar na entrevistadora a curiosidade sobre esta colocação, que aparentemente sugere certa problematização sobre o binarismo “bem *versus* mal”, tão comum quando se trata do debate sobre criminalidade.

4.3 Compreendendo os repertórios usados nas narrativas...

Embora em nenhum momento durante a entrevista, as participantes tenham sido questionadas sobre os sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino em sociedade, como se viu, espontaneamente muitas delas trouxeram repertórios com os quais posicionaram o que é “ser homem ou mulher” na sua compreensão.

Mesmo que na maior parte do tempo tenham permanecido no marco do discurso hegemônico de gênero, o qual binariza, opõe e hierarquiza as relações entre os gêneros, as entrevistadas não estiveram imunes a fissuras e ambivalências na construção de suas identidades, conforme se verá adiante.

Em inúmeros relatos, as mulheres repetiram estereótipos, a exemplo de Violeta, já citada no início deste tópico, ao falar sobre o vestuário e o comportamento típico de meninos e meninas.

Ao compreender o gênero enquanto categoria analítica, Scott (1990) assevera a importância de se observar todo o universo simbólico que organiza as relações em sociedade. Da repetição constante de que existem brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas, de que há cores e comportamentos ideais para cada gênero etc., os sujeitos se constituem seguindo uma série de regras construídas e acreditando que estas estiveram ali desde sempre, “naturalmente”.

Este contexto remete à imitação persistente de que fala Butler (2015), considerando que não basta ao sujeito ser nomeado homem ou mulher, porém se faz necessário insistir para que a norma seja vivida e reiterada, que o corpo se acostume a cada espaço construído para si conforme os discursos hegemônicos.

Assim, as diferenças existentes entre os gêneros costumeiramente passam a ser justificadas em virtude das diferenças sexuais, tratando os lugares masculinos e femininos como distintos e opostos. Para Louro (2003, p. 20-21),

o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível.

Seja falando da sexualidade, seja tratando da maternidade, por exemplo, observou-se que as mulheres entrevistadas repetiram bastante os discursos heteronormativos. Quando se posicionaram como rupturas em relação a estes, normalmente se colocaram como aquelas que estavam em contradição com a norma, sem tentar refutar as “verdades” estabelecidas socialmente.

No que se refere à sexualidade, cumpre destacar que, ao se posicionar a respeito de como viveram ou deveriam viver sua sexualidade, a maioria das entrevistadas se referiu apenas à dimensão heterossexual. Portanto, falaram a partir do que é norma, tratando especificamente da relação entre homem e mulher. Com efeito, apenas duas entrevistadas se posicionaram acerca das relações homoafetivas.

Assim, as narradoras imbricaram às construções de gênero as questões sobre a sexualidade, tratando da liberdade (heteros)sexual masculina em detrimento do controle da sexualidade da mulher. Citaram, por exemplo, a virgindade como um tabu ainda bastante presente em suas vidas e na de outras mulheres.

Em vários trechos da entrevista, Rosa se posicionou como alguém cuja liberdade era restrita pelo fato de ser mulher. Ao afirmar, como já ressaltado, “*Meu pai era mais liberal com os meus irmãos porque ele dizia assim: ‘Em homem não pega nada’, entendeu? ‘O bicho*

homem pode tudo, a mulher não pode nada', entendeu? 'Porque a mulher tem o que perder, o homem não tem'. A questão de virgindade, essas coisas, sabe?', a narradora permite que seja visto parte do processo de construção da sua sexualidade, a qual não é uma questão meramente pessoal, mas também social e política (LOURO, 2000).

Com efeito, seguindo a mesma lógica do processo de construção das identidades de gênero, a sexualidade é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (LOURO, 2000). A sexualidade hegemônica se funda na heteronormatividade e aos homens é assegurada plena liberdade para sair com as mulheres que quiserem, quantas e quando quiserem. Ao invés disso, às mulheres resta a necessidade de recato, de preservar seu corpo, a fim de manter a vivência de sua (hetero)sexualidade dentro daquilo que é tido como “ideal”.

Nos discursos normativos sobre o gênero, a delimitação da atividade sexual da mulher é compreendida como a ordem natural das coisas, o comportamento feminino ideal, o que explicaria os posicionamentos adotados pelas narradoras no que tange à questão da virgindade, por exemplo.

Nesse aspecto, tanto Acácia quanto Margarida se referiram à iniciação sexual como “*se perder*”. No caso, como já explicitado, não se tratava de perder tão somente a virgindade, mas de abrir mão da própria dignidade, quando este processo não ocorria nos moldes do que é culturalmente estabelecido como “normal”. Segundo Parker (2000, p. 95), que embora trabalhe numa perspectiva teórica distinta da utilizada neste trabalho, faz uma importante análise sobre a sexualidade, a sexualidade feminina é encarada como “cheia de perigos potenciais”, o que explica a vigilância, as proibições e repressões sobre ela.

Assim, diversas estratégias são utilizadas para produção e controle de um gênero e de uma sexualidade em conformidade com os discursos hegemônicos. Para Louro (2000), para a construção de homens e mulheres, há um investimento continuado e produtivo dos sujeitos na determinação de suas formas de ser ou suas maneiras de viver o gênero e a sexualidade, ainda que este processo não se mostre evidente ou consciente.

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 2000, p. 17, grifos da autora)

A busca por essa “normalidade” constitui aquilo que Butler (2015) chama de inteligibilidade do gênero, isto é, quando há coerência entre sexo, gênero e desejo, fundada numa heterossexualidade compulsória.

Tal coerência é obtida quando alguém que nasce com uma vagina, nomeada mulher, sente atração sexual por homens. Significa dizer que aquele que não esteja no cenário de inteligibilidade está fora da norma. É essa a ideia usada para posicionar as relações homoafetivas nos mais diversos discursos, inclusive como visto durante esta pesquisa.

Com efeito, no que tange à vivência da sexualidade, apenas duas entrevistadas na pesquisa se referiram às relações homoafetivas e somente uma delas se posicionou num sentido de ruptura com o discurso normativo, embora com ambivalências, conforme se observou.

Em diversos momentos da narrativa, a entrevistada Gardênia, que viveu um relacionamento homoafetivo dentro e fora da prisão, afirma que foi a melhor relação que manteve, que realmente foi feliz com a companheira. Ademais, um ponto que merece importância no posicionamento da narradora é que ela transitou entre várias possibilidades de vivência da sexualidade. Ela já esteve heterossexual, já esteve homossexual e agora diz que não quer mais relacionamentos homoafetivos...

Segundo Louro (2000), trata-se do caráter de contingenciamento e fluidez das identidades:

Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.

É certo que a subversão da narradora experimentada ao viver uma relação homoafetiva materializa os momentos de rupturas aos quais se refere Judith Butler (2015). Para a autora, os sujeitos que escapam da inteligibilidade da norma de gênero demonstram a instabilidade mesma do processo de construção da identidade, com a pluralidade de possibilidades que se apresentam a cada um.

Gardênia certamente exemplificou essa fluidez no processo de construção identitária, ao viver experiências que rompiam com o instituído e, apesar disso, não conseguir ficar imune aos ditames dos discursos normativos.

Ora, Gardênia materializou a ruptura quando manteve uma relação homoafetiva, quando enalteceu a importância da companheira para sua vida e, ainda, quando se posicionou

diante do caráter contingente da sexualidade. Todavia, a ambivalência da construção da identidade da entrevistada é sentida, por sua vez, quando afirmou que não seria correto que os filhos soubessem de sua relação homoafetiva. Há, aqui, certa concordância com o discurso normativo que concebe a heterossexualidade como algo “natural”, “universal” e “normal” (LOURO, 2000).

Já a entrevistada Violeta, ao tratar da homoafetividade, relatou que relações entre mulheres dentro do presídio representavam um erro que ela não pretendia cometer. Seria um caminho ruim, segundo ela: *“Meninas aí que chegam casadas, se relacionam com outras mulheres... Se a pessoa não tiver uma mente boa... Vai se conduzindo pelo ruim”*.

Louro (2000) ressalta que o uso desse discurso normativo se explica porque supõe que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto, motivo pelo qual as outras formas de sexualidade são constituídas como “antinaturais”, “peculiares” e “anormais”.

Outro repertório que surgiu nas histórias de vida desta pesquisa, diretamente relacionado à questão de gênero, refere-se à maternidade. Embora tenha surgido relato de ruptura com o discurso hegemônico, isto é, com o ideal de mãe e de amor materno, como se viu da história de Dália, a maioria das entrevistadas construiu discursos que as mantiveram também num campo essencialista, inscrevendo a maternidade na natureza feminina, como uma substância.

Dália, por sua vez, mesmo rompendo com a norma, já que se posicionou como uma mãe irresponsável e ausente, relatou seu arrependimento por não ter cumprido o seu “papel de mãe”. Seria algo que faria diferente, segundo ela.

De maneira geral, nos posicionamentos das narradoras observou-se a apropriação do discurso de que o sentimento materno é algo inerente à condição de mulher, de uma forma determinista, como se nenhuma relação tivesse com as inúmeras construções sociais.

Em diversos momentos da entrevista, as narradoras se posicionaram como mulheres que correspondem ao estereótipo “ideal” de mãe, de imensa dedicação e entrega aos filhos, mesmo durante a prisão, como se observa na fala de Rosa: *“e eu sou aquela mãe assim, que tava lá, ajudava... eu podia ter aquele dia cheio de tudo, mas eu tinha que ter aquele horário de sentar com ele, certo? Pra ver os trabalhos escolares, aquilo tudo. E ajudava ele em tudo”*.

No mesmo sentido, Margarida ressalta que todo o valor que recebia pelo trabalho realizado na penitenciária era encaminhado para o sustento dos filhos. Nas palavras dela, *“mesmo eu aqui dentro, mas eu fiz o possível e o impossível pelos meus filhos lá fora, porque tudo que eu fazia era em benefício deles”*.

Dos relatos acima, nota-se que, para as entrevistadas, não bastava apenas ser mãe. Conforme ressalta Badinter (1985, p. 15), nos discursos hegemônicos,

uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência.

Compreende-se que os reiterados posicionamentos das entrevistadas certamente serviam para justificar que a posição de presidiária não as impedia de fazer aquilo que era esperado de cada uma delas no que se refere à maternidade. Exceto Dália, praticamente todas as narradoras se colocaram como mães presentes na educação dos filhos.

Segundo Moreira (2012), um dos principais impactos do encarceramento de mulheres se refere justamente à desestabilização das relações familiares, especificamente em relação à maternidade. Nesse sentido, as participantes desta pesquisa se responsabilizaram pelas direções “erradas” tomadas pelos filhos, pois se consideram os pilares de sua criação, e ficam impossibilitadas de cumprir seu dever na cadeia. Para a autora,

a maternidade constitui grande problema para a mulher encarcerada, porque, como veremos adiante, os filhos ficam quase sempre abandonados, ou em companhia de terceiros. Elas demonstram preocupação com o distanciamento e subsistência dos filhos. Este é um dos pontos que mais toca a todas. (MOREIRA, 2012, p. 66)

Para a maior parte das entrevistadas da presente pesquisa, o “natural” seria que o amor e o cuidado maternos estivessem presentes em todas as mulheres. Em diversas passagens, demonstraram culpa e arrependimento por não estarem perto dos seus filhos e se mostraram horrorizadas com aquelas que não se preocupavam. É que, segundo a ordem dominante, não amar um filho é um crime inexplicável (BADINTER, 1985).

Elisabeth Badinter, por sua vez, contesta o mito do amor materno enquanto essência. A autora não acredita que esse amor exista necessariamente em todas as mulheres, afinal, em sua concepção, não há conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, para Badinter (1985), o amor materno não é inerente às mulheres, mas modelado pela variabilidade dos seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações.

Nas memórias das narradoras, como se observou, o cotidiano apresentado é um espaço de permanências nas normas de gênero, considerando que incorporaram diversos

repertórios que reproduziam a divisão binária entre “coisas de homem e coisas de mulher”. Mas não somente. Muitas vezes se colocaram fora das normas, rompendo as barreiras dos discursos dominantes, embora, na maior parte destas situações, se posicionassem como “desvio”, como algo que fugia do que seria “correto”.

Para Nepomuceno (2005, p. 128),

a história de gênero se constrói contraditoriamente porque contraditório é o tempo e o lugar onde se inscreve. Este jogo de identidades complexas e instáveis nos parece inconcluso. O que vemos é um grande labirinto de caminhos a quais homens e mulheres constroem e refazem suas histórias e identidades

Desse modo, a identidade dessas mulheres é construída em meio a esses múltiplos lugares e posições assumidas, ora no campo das continuidades, ora nas discontinuidades. A notória permanência das narradoras, na maior parte do tempo, no seio das construções hegemônicas de gênero precisa ser pensada em função da força das instituições e normas que regulam e produzem os gêneros, cujos efeitos remontam à “naturalização” de comportamentos e características que fundamentam inúmeras relações de poder em sociedade.

Todavia, é importante pensar também como os discursos são circunstanciais e como o lugar de onde as narradoras falavam –presidiárias– precisa ser refletido nesse processo. Faz-se necessário lembrar que a própria identidade de traficante é certamente uma primeira ruptura com o que está instituído em sociedade e que a entrevista se mostrou uma oportunidade das narradoras posicionarem-se em relação às experiências com o crime. Ora, se todo discurso é circunstancial, se sempre há uma intencionalidade na sua produção, é possível pensar na possibilidade do desejo de reproduzir o discurso hegemônico inclusive para diminuir a reprovação sobre si.

Assumir as posições de mulheres em conformidade com as construções dominantes de gênero, como mães exemplares, como esposas leais etc., poderia significar uma defesa diante de um cenário desfavorável construído pelo tráfico e pela prisão, afinal há uma incompatibilidade na relação entre a mulher e o crime segundo os discursos hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da construção da identidade de gênero das mulheres condenadas pelo tráfico de drogas a partir de suas histórias de vida foi o objetivo geral desta pesquisa.

Como objetivo específico, procurei compreender o posicionamento das mulheres quanto ao envolvimento com o crime. A ideia era identificar se as participantes se posicionariam enquanto vítimas de seus maridos, companheiros, namorados etc., ou se admitiram protagonismo na atividade do tráfico.

Ademais, outra finalidade específica desta pesquisa foi buscar identificar os repertórios usados pelas participantes, que estivessem direta ou indiretamente relacionados às construções heteronormativas de gênero, buscando destacar as permanências e rupturas nos seus posicionamentos. Para tanto, utilizei o referencial de Spink (2000), para quem as permanências se relacionavam a repetição destes discursos, enquanto as rupturas significavam as discontinuidades em relação aos mesmos

Parti do pressuposto de que as discussões sobre o envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas estão normalmente fundadas no discurso normativo, naquele que dicotomiza as relações entre os gêneros, opondo o fraco ao forte, a vítima ao opressor, o submisso àquele que subjuga...

Enxerguei tal pressuposto como uma provocação às “verdades” construídas socialmente, mesmo àquelas “verdades” que pareciam “beneficiar” um sujeito que historicamente sofre com as relações de poder que produzem inúmeras desigualdades entre os gêneros. Afinal, conforme visto, o discurso hegemônico sobre a mulher do tráfico comumente a protege e retira dela grande parte da responsabilidade, pelo menos moral, de ter ingressado num mundo que “não lhe pertencia”.

Como todo pesquisador, eu parti de uma ideia inquieta, sabendo que poderia desconstruir não apenas o discurso dominante que eu questionava, não somente essa “verdade” do mundo, mas a minha própria, que insistia em me fazer refletir sobre as mulheres do tráfico: seriam elas mesmo vítimas nessa história toda?

Após todo o processo de entrega às histórias de vida a mim contadas, observei que o meu ponto de partida pautado nos binarismos comuns ao discurso hegemônicos me levaria a outras direções, afinal a construção da identidade de gênero dessas mulheres se mostrou um processo complexo, composto por permanências, contradições, ambivalências...

Com efeito, as mulheres participantes desta pesquisa se constituíram e inúmeras vezes permaneceram em meio ao que é estabelecido hegemonicamente para o “ser mulher” em sociedade, uma vez que, na maior parte do tempo, posicionaram-se em conformidade com o discurso hegemônico, seguindo as diversas normas que demarcam os territórios binários e opostos construídos para os gêneros masculino e feminino.

Os posicionamentos das entrevistadas repetiram aquilo que é construído e perpassado cotidianamente com bastante força, através dos inúmeros discursos estabelecidos socialmente, praticamente sem indagações sobre o caráter de construção social dessas “verdades”. Elas se mostraram, portanto, imersas num discurso bastante normativo.

Nos diversos repertórios relacionados ao gênero que apareceram nas entrevistas, amor, maternidade, sexualidade, entre outros temas, estas mulheres se mostraram muito presas aos estereótipos de gênero, que binarizam, opõem, cristalizam e hierarquizam as relações entre os gêneros, repetindo lugares-comuns e reafirmando a ideia de natureza pré-discursiva de determinados elementos. Ser mulher, para elas, tinha um significado e devia obedecer regras específicas, as quais eram repetidas pela família, pela Igreja, pelos amigos...

Porém, não foi só isso. Os inúmeros momentos de continuidades em relação aos discursos hegemônicos não significaram ausência de rupturas. As narradoras também se posicionaram de forma subversiva no que se refere às normas de gênero, principalmente quando admitiram participação no tráfico, quando se posicionaram como mães irresponsáveis, como mulheres violentas... Todavia, neste caso, não buscaram legitimidade para suas ações; ao contrário, se posicionaram como mulheres ao avesso do que deveriam ser, demonstrando que não havia necessariamente linearidade na construção de sua identidade, aproximando-se do típico sujeito pós-moderno, que se constrói e se desconstrói a todo instante em meio a essas fissuras.

É possível que o lugar de onde falavam e que a posição de presidiária tenham contribuído para a insistência nos posicionamentos obtidos durante a pesquisa. Ao afirmarem, a todo instante, suas posições identitárias de mães, filhas e esposas, normalmente situando-se dentro do marco binário de gênero, as narradoras possivelmente buscavam enaltecê-las antes mesmo de serem vistas como mulheres envolvidas com o crime, como mulheres traficantes. Essa última, sim, parecia uma posição em que elas não queriam ser vistas de forma alguma.

Certamente essa necessidade de enfatizar outros posicionamentos, observada em quase todas as narrativas, se relaciona com o significado que elas atribuíam à condição de estar presidiária. Como discutido, a compreensão das mulheres quando falaram de forma

situada, a partir do seu lugar de mulher do tráfico, se aproximou da noção de abjeção, isto é, da construção pela exclusão, daquilo que não é sujeito, que não tem existência diante dos demais. Era assim que elas se viam enquanto presidiárias ou, pelo menos, era assim que elas acreditavam serem vistas pelos outros.

Sendo assim, considerando que as narrativas colhidas neste trabalho possam ter significado a oportunidade que essas mulheres tiveram de se explicar e de se posicionar em um lugar menos “reprovável”, é possível compreender a recorrência aos discursos normativos. Era um momento para a defesa, afinal.

Se não poderiam ser vistas exatamente como inocentes, poderiam ao menos ter a responsabilidade amenizada, seja porque cumpriram seus “papéis” na família, por exemplo, seja porque apresentaram inúmeros fatores externos à sua vontade para justificar a relação com o crime. A necessidade econômica, os relacionamentos afetivos, a falta de estabilidade e a violência familiar foram alguns dos fatores apontados.

Neste sentido, é importante pensar sobre os posicionamentos acerca da participação no tráfico. Talvez com o desejo de se justificar diante da pesquisadora e do leitor de sua história, as narradoras posicionaram imediatamente um homem como protagonista, como aquele responsável por seu ingresso na atividade do tráfico. No entanto, durante o processo de interanimação dialógica, fizeram surgir outros elementos que pareciam ter ainda mais força para empurrá-las para o “mundo do crime”, como apontado no parágrafo anterior.

Assim, é possível concluir que as mulheres participantes não se posicionaram exclusivamente como vítimas de algum homem quando falaram sobre o crime. Ainda que, na maior parte das entrevistas, as narradoras tenham indicado expressões das desigualdades sociais, além de posicionar várias pessoas e problemas familiares como aqueles que as instigaram ao envolvimento com o crime, elas não negaram sua clareza sobre o que faziam. Ao contrário, afirmaram protagonismo em inúmeros instantes.

Em várias passagens, lembraram que ingressaram no tráfico porque queriam permanecer ao lado de seus maridos e companheiros ou porque enxergavam uma possibilidade de melhorar de vida ou, ainda, de se aventurar...

O limite, portanto, entre posicionar-se como vítima ou protagonista mostrou-se bastante tênue. Num instante, essas mulheres são traficantes, donas de si, que sabem o que fazem, onde estão indo, as consequências de suas ações... Em outro, estão envolvidas com pessoas que as controlam, com questões sociais, desejos de consumo que parecem empurrá-las para um caminho sem volta... Assumem, portanto, identidades distintas em momentos

diferentes da vida e seus relatos sinalizam incoerências e contradições que marcam a construção desse sujeito.

É possível dizer que esta conclusão afetou meu olhar não somente sobre as mulheres na condição de presidiárias, mas sobre as pessoas de modo geral. De repente a minha capacidade de enxergar além do que é binário se aguçou – o que certamente não significa estar imune a isso. Agora, os questionamentos sobre o que vem posto, sobre como alguém é vítima ou algoz, como alguém é bom ou ruim, se tornaram mais frequentes em várias situações no meu cotidiano.

Após lidar com a profundidade de oito histórias de vida, seus sofrimentos, seus protagonismos, suas contradições, passei a refletir sobre como é corriqueira a tentativa de “simplificar” o outro, encaixando-o em lugares preestabelecidos, buscando ver sua vida como uma linha reta – como se isso fosse possível!

Talvez finalmente eu tenha me apropriado do discurso que enxerga a construção das identidades como um processo complexo, marcado por várias rotas, muitas delas em colisão. Restou mais nítida a visão sobre como as subjetividades se constroem, se desconstroem, se reconstroem, sobre como as pessoas repetem discursos, mas também como os ressignificam... De repente, no meu dia a dia, o ser humano se transformou em uma pergunta constante para a qual as respostas não são fáceis de revelar.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. O projeto de pesquisa. In: _____. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, cap. 1, p. 29-42.
- ALMEIDA, P. R.; KOURY, A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**. Uberlândia: v. 50, p. 197-226, 2014.
- ARAGAKY, S. S. *et alli*. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J. *et alli* (Org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, cap. 03, p. 57-72.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARCINSKI, M. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo: v. 5, n. 1, p. 52-61, 2012.
- BENITES, A. P. O.; BARBARINI, N. Histórias de vida de mulheres e saúde da família: algumas reflexões sobre gênero. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte: v. 21, n. 1, p. 16-24, 2009.
- BRASIL. Resolução n. 466 de 12 de Dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 12, p. 59, 13 de Junho de 2013, Seção I.
- _____. Lei n. 12.852 de 5 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 150, p. 01-04, 6 de Agosto de 2013, Seção I.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, cap. 6, p. 151-166.
- CESAR, M. A. **Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias**. Brasília, 1995. 157f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 10, p. 171-188, 2002.
- _____. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2004. Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em 10 de Outubro de 2015.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte: n. 24, p. 40-52, 2003.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008.

DÍAZ, E. B. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**. Belo Horizonte: v. 4, n. 7, p. 441-464, 2013.

FRANÇA, M. H. O. Criminalidade e violência: a inserção da mulher no mundo do crime. **Revista Conceitos**, João Pessoa: v. 1, n. 18, p. 96-106, 2013.

GIL, A. C. Pesquisa social. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, cap. 3, p. 26-32.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceito e aplicações. **Alfa**. São Paulo: v. 39, p. 13-21, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, cap.3, p. 103-133.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V. *et alli* (Org.). **Avaliações e tendências da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, cap. 2, p. 31-45.

LANG, A. B. S.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. F. **História oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Katálysis**. Florianópolis: v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, cap. 1, p. 14-37. _____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, cap. 1, p. 07-35.

McCLINTOCK, A. Introdução: Pós-colonialismo e o anjo do progresso. In: _____. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010, cap. 1, p. 15-40.

MATOS, R.; MACHADO, C. Criminalidade feminina e construção do gênero: emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. **Revista Análise Psicológica**. Lisboa: v. 1, n. 2, p. 33-47, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOREIRA, V. S. **Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas**. Salvador, 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Bahia.

MOURA, J. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão**: estudo realizado no presídio feminino no Ceará. Fortaleza, 2005. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará.

NASCIMENTO, V. L. V.; TAVANTI, R. M.; PEREIRA, C. C. Q. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, M. J. *et alli* (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, cap. 12, p. 247-272.

NEPOMUCENO, M. A. Ser e não ser: ambivalência nas identidades de gênero. **Revista Ártemis**. João Pessoa: v. 2, p. 119-129, 2005.

PARKER, R. G. Homens e mulheres. In: _____. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 2000, cap. 3, p. 55-107.

PEREIRA, S. V. J. **Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PIMENTEL, E. Criminologia e feminismo: um casamento necessário. In: Congresso Português de Sociologia: mundos sociais – saberes e práticas. v. VI, 2008, Lisboa. **Anais eletrônicos**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008a.

_____. E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. In: Congresso Português de Sociologia: mundos sociais – saberes e práticas. v. VI, 2008, Lisboa. **Anais eletrônicos**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008b.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia: v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo: n. 14, p. 25-39, 1997a.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 15, p. 13-50, 1997b.

_____. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo: n. 14, p. 07-23, 1997c.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**. Florianópolis: n. 10, p. 155-167, 2002.

SALIH, S. O gênero. In: _____. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, cap. 2, p. 63-101.

SANTOS, L. P. **Histórias do Corpo Negado**: uma reflexão educacional sobre gênero e violência feminina. Natal, 2005. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Rio Grande do Norte.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre estudos feministas no Brasil. 2005. Disponível em <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso em 12 de Fevereiro de 2016.

SCOTT, J. W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 05-21, 1990.

SILVA, E. E. D. **A (des) construção social de identidades de mulheres criminosas**: estigmas, negociações e diferenças. Campina Grande, 2012. 313f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, I. M. A. Um Retrato de Rose: considerações sobre processos interpretativos e elaboração de história de vida. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Orgs.) **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, cap. 9, p. 151-168.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo: v. 37, n. 2, p.119-126, 2003.

SPINK, M. J. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**. Porto Alegre: v. 31, n.1, p. 7-22, 2000.

_____. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; ARAGAKI, S. S.; PIANI, P. P. Uso de repertórios linguísticos em pesquisa. In: SPINK, M. J. *et alli* (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, cap. 11, p. 229-246.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, cap. 2, p. 41-62.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, cap. 3, p. 63-92.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, cap. 4, p. 93-122.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(OBS: para o caso de pessoas maiores de 18 anos e que não estejam inseridas nas hipóteses de vulnerabilidade que impossibilitam o livre discernimento com autonomia para o exercício dos atos da vida civil).

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **Um estudo sobre a identidade de gênero de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas.**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **Um estudo sobre a identidade de gênero de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas** terá como objetivo geral *investigar a construção da identidade de gênero de mulheres condenadas pelo crime de tráfico de drogas, a partir de suas histórias de vida.*

Ao voluntário só caberá a autorização para *depoimentos de história de vida* e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **99831-2949** com **Marina Torres Costa Lima.**
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e

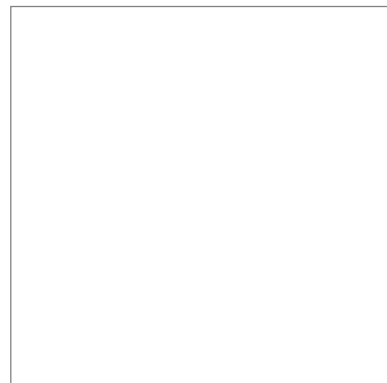
uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **Um estudo sobre a identidade de gênero de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora **Marina Torres Costa Lima** a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa, **Marina Torres Costa Lima**, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução N°. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande, ____ de _____ de 2015

Assinatura do participante da pesquisa